

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM

CAMILA BENTO DE OLIVEIRA

**XENOFOBIA E APOROFOBIA: O PULSAR DOS SENTIDOS NOS DISCURSOS
DE BRASILEIROS E VENEZUELANOS ACERCA DO PROCESSO MIGRATÓRIO
VENEZUELANO NO BRASIL**

Rio Grande

2022

CAMILA BENTO DE OLIVEIRA

**XENOFOBIA E APOROFOBIA: O PULSAR DOS SENTIDOS NOS DISCURSOS
DE BRASILEIROS E VENEZUELANOS ACERCA DO PROCESSO MIGRATÓRIO
VENEZUELANO NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós- Graduação em Letras
da Universidade Federal do Rio Grande
como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em Letras, área de
concentração Estudos da Linguagem

**Orientador(a): Prof.^a Dra Rosely Diniz
da Silva Machado**

Rio Grande

2022

Ficha Catalográfica

O48x Oliveira, Camila Bento de.

Xenofobia e aporofobia: o pulsar dos sentidos nos discursos de brasileiros e venezuelanos acerca do processo migratório venezuelano no Brasil / Camila Bento de Oliveira. – 2022.
105 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS, 2022.

Orientadora: Dra. Rosely Diniz da Silva Machado.

1. Imigração venezuelana 2. Análise do Discurso pecheuxiana
3. Xenofobia 4. Aporofobia I. Machado, Rosely Diniz da Silva II. Título.

CDU 314.742

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO nº 03/2022

No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, através de videoconferência, realizou-se a defesa de dissertação da mestranda **Camila Bento de Oliveira**, intitulada "XENOFOBIA E APOROFOBIA: O PULSAR DOS SENTIDOS NOS DISCURSOS DE BRASILEIROS E VENEZUELANOS ACERCA DO PROCESSO MIGRATÓRIO VENEZUELANO NO BRASIL". A sessão foi aberta às dez horas pela Profa. Dra. Rosely Diniz da Silva Machado (FURG), orientadora da dissertação e presidente da Comissão de Avaliação que também foi composta pelas professoras doutoras Aracy Graça Ernst (FURG), e Luciana Iost Vinhas (UFRGS). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que **APROVA** a mestranda neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem. Após, a presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata. Atendendo à Deliberação nº 025/2020 do COEPEA, que dispõe sobre Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de pós-graduação *Stricto Sensu* durante o período emergencial devido à pandemia da COVID-19, o presidente da comissão examinadora assinará a ata, substituindo as assinaturas dos demais membros da banca. Este documento possui chave de autenticidade gerada pelo sistema FURG, podendo ser verificada em <https://www.furg.br/consultardocumentos>.

Profa. Dra. Rosely Diniz da Silva Machado (Orientadora - FURG)
Profa. Dra. Aracy Graça Ernst (FURG)
Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

A todos aqueles que, paradoxalmente, arriscam suas vidas ao cruzar fronteiras em busca de sobrevivência.

A Jesus Briceño, imigrante venezuelano, aluno e amigo querido, para o qual a vacina não chegou a tempo.

Ao Vicente e sua geração, com o desejo de que lutem por justiça social.

AGRADECIMENTOS

A minha família, especialmente aos meus pais, Adriane e Umberto, as minhas avós, Noemi e Biloca, e a minha dinda, Doralina, por terem cuidado tanto de mim ao longo da minha vida.

Aos meus queridos alunos do Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras da Universidade Federal do Rio Grande/FURG, por me mostrarem a América Latina como a conhecem. Entre eles, um agradecimento especialmente à Andrea Renata, Carelia, Jéssica, Jesus (*in memorian*), Marióxis, Luiz Alejandro, Rafael, Steed e Verónica, por me apresentarem à Venezuela de ontem e de hoje.

As minhas amigas, Marília, Marina, Natália e ao Doug, por serem *presença*, não obstante os milhares de quilômetros que nos separam.

À Isabel, secretária do PPG Letras, pelo amor que coloca em tudo o que faz.

A minha orientadora, Rosely, por me *sulear* por entre o emaranhado teórico da Análise do Discurso e pelo sinuoso, e por (muitas) vezes, melancólico, itinerário da imigração.

Ao Felipe, pelo companheirismo de sempre e pela dedicação ao Vicente quando não me fiz presente.

E finalmente, ao serzinho mais incrível, Vicente, que me institui enquanto *mãe- pesquisadora*, que ilumina meus dias com o sorriso e a inocência das descobertas pueris, que me faz pensar no futuro com a esperança dos sonhadores. É por ti e para ti, o meu trabalho e o meu amor.

*Ésta cuna es el paraíso,
Dios la quiso perfecta, sin igual
contigo, conmigo,
com los que se han ido a brillar,
a socorrer otros lugares inesperados;
dejando el sudor, el intelecto en tierras lejanas,
resignando lágrimas en almohadas frías
recordando cada día en la angustia
nuestra sin igual Venezuela*

(Carelía Rayen)

RESUMO

A eclosão de uma crise econômica, política e social sem precedentes na Venezuela coloca o Brasil como protagonista enquanto nação receptora da diáspora venezuelana. Devido ao intenso fluxo migratório, o estado de Roraima se transforma em palco de intensos conflitos. Diante deste cenário, o presente trabalho se propõe, com base na teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, a compreender os efeitos de sentido que emergem dos discursos de brasileiros e imigrantes venezuelanos no que tange à crise humanitária instaurada na fronteira entre Brasil e Venezuela. Para tanto, foram analisados discursos diretos veiculados na mídia jornalística *online* nos anos de 2018 e 2019, nas publicações O Estado de São Paulo, Exame, Portal G1, El País e El País Brasil, BBC News Brasil, Folha de S. Paulo e The Intercept Brasil. Foi possível delinear os contornos da FD xenofóbica, conjunto de saberes sob os quais se constrói a imagem do imigrante a partir do discurso securitizador. Assim, pelo funcionamento do interdiscurso, há um processo de estigmatização do venezuelano, que é associado à criminalidade. Já sob a filiação aos saberes da FD aporofóbica, a imagem em torno do venezuelano é construída de forma a demarcar a disputa que a presença do imigrante instaura em território brasileiro, já que este passa a competir com os brasileiros pelo acesso à saúde pública, alimentação e moradia. Contra a privação do alimento à qual está submetido em seu país de origem e contra o discurso dominante que rejeita, o sujeito venezuelano assume uma tomada de posição de resistência, de forma a instaurar sentidos- outros acerca da constituição do sujeito imigrante.

Palavras-chave: Imigração venezuelana. Análise do Discurso pecheuxtiana. Xenofobia. Aporofobia.

ABSTRACT

Brazil has become one of the main host countries for the venezuelan nationals due to the outbreak of an unprecedented economic, political and social crisis in Venezuela. Regarding the conflicts that take place in Roraima state as a consequence of the intense migratory flow, the present dissertation aims, based on Pêcheux's Discourse Analysis Theory, to understand the meaning effects that emerge from the brazilian and venezuelan discourse. To do so, direct speeches published on the online journalistic media in 2018 and 2019, in the following publications O Estado de São Paulo, Exame, Portal G1, El País, El País Brasil, BBC News Brasil, Folha de S. Paulo and The Intercept Brasil were analyzed. It was possible to outline the contours of the xenophobic DF, a set of knowledge in which the image of the immigrant is constructed as a threat to the brazilian population, resulting in a process of stigmatization of the venezuelan who is associated with criminality. Under the aporophobic DF, the venezuelan image is built in order to demarcate the dispute that the immigrant's presence establishes in Brazil, since they start to compete with brazilians for access to public health, food and housing. Against the dominant discourse, the venezuelan subject assumes a position of resistance, in order to establish other meanings about their own constitution as a migrant being.

Keywords: Venezuelan immigration. Discourse Analysis. Xenophobia. Aporophobia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL E NA VENEZUELA	17
2.1 HISTÓRICO DA VENEZUELA	17
2.2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA	23
2.3 A FRONTEIRA ENQUANTO LINHA IMAGINÁRIA	25
2.4 A FRONTEIRA ENQUANTO ESPAÇO DE DISPUTA: A XENOFOBIA E A APOROFOBIA TOMAM FORMA	29
2.5 A INSTITUIÇÃO DO <i>EU</i> E DO <i>OUTRO</i> : O RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE A PARTIR DA INTOLERÂNCIA	32
2.6 SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO: ENTRE CHEGADA E PARTIDA	33
2.7 DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO: MAPEANDO OS DISCURSOS DA LEI	39
3 AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM	43
3.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E A IDEOLOGIA	43
3.2 SUJEITO, SENTIDO, RESISTÊNCIA E LÍNGUA	46
3.3 TEXTO E DISCURSO	49
3.4 O INTERDISCURSO E AS FORMAÇÕES- IMAGINÁRIAS, IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS	51
4 UM PERCURSO ANALÍTICO	56
4.1 SOBRE A METODOLOGIA EM AD	56
4.2 SOBRE A COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	59
5 O <i>CORPUS</i> EM ANÁLISE	64
5.1 A QUEM AS PORTAS (E OS BRAÇOS) ESTÃO ABERTOS? O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DELIMITANDO OS CONTORNOS DA FD XENOFÓBICA	66
5.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO REFERENTE: A CONSOLIDAÇÃO DO ESTIGMA EM TORNO DO IMIGRANTE VENEZUELANO COMO CERNE DA FD XENOFÓBICA	69
5.3 A FD XENOFÓBICA VESTE A MÁSCARA DA JUSTIÇA POPULAR	75

5.4 A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA CAPITALISTA: O BERÇO DA FD APOROFÓBICA	
80	
5.5 A RESISTÊNCIA QUE EMERGE DO DISCURSO DOS VENEZUELANOS NA BUSCA PELA SOBREVIVÊNCIA.....	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	94

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ACO- Ação Civil Originária

AD- Análise do Discurso

AIE- Aparelho Ideológico de Estado

ARE- Aparelho Repressivo de Estado

Conare- Comitê Nacional para os Refugiados no Brasil

CPF- Cadastro de Pessoa Física

DAPP- Diretoria de Análise de Políticas Públicas

FD- Formação Discursiva

FGV- Fundação Getúlio Vargas

FI – Formação Ideológica

GNB- Guarda Nacional Bolivariana

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IOM- International Organization for Migration

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

OIM- Organização Internacional para Migrações

PIB- Produto Interno Bruto

SD- Sequência Discursiva

1 INTRODUÇÃO

O despertar para o desenvolvimento desta pesquisa surge da inquietação suscitada por sucessivas notícias veiculadas na mídia nos últimos dez anos acerca da crise humanitária envolvendo imigrantes e refugiados ao redor do mundo. Como metáfora à tragédia humana instaurada em fronteiras internacionais, pode ser citado o episódio em que a cinegrafista húngara Petra Laszlo expulsa, a chutes, refugiados sírios na fronteira com a Sérvia. Entretanto, os conflitos migratórios, ainda que aterradores, apresentavam-se espacialmente distantes, concentrados nas fronteiras da Europa e dos Estados Unidos. Tratavam, portanto, sobre os *outros*. Eis que o epicentro da crise humanitária sofre um deslocamento da Europa para a América do Sul devido à convulsão política, econômica e social que irrompe na Venezuela, colocando o Brasil como protagonista enquanto nação receptora da diáspora venezuelana. Entretanto, a crise de deslocamento venezuelana traz contornos muito singulares, uma vez que a Venezuela não se encontra em uma guerra civil e possui as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo (TORRADO, 2019).

Durante os primeiros anos que se sucederam à eclosão da crise venezuelana, o Brasil não figurava entre os principais destinos dos imigrantes. Entretanto, estima-se que a população venezuelana vivendo no país tenha aumentado em 3000% entre 2015 e 2018 (SILVEIRA, 2018), concentrados na cidade fronteira de Pacaraima e na capital do estado de Roraima, Boa Vista. Como resultado do intenso fluxo migratório e da ineficiência das autoridades em coordenar um programa de acolhimento, o estado de Roraima se transforma em palco de intensos conflitos entre brasileiros e venezuelanos. A pressão sobre os serviços públicos e os benefícios concedidos aos imigrantes tornam-se o centro das reivindicações da população brasileira, que ainda atribui à presença do imigrante o aumento da criminalidade. Assim, o venezuelano passa a ser identificado como uma ameaça à manutenção da ordem, estabelecendo-se, dessa forma, o discurso securitizador.

No que tange às questões migratórias, faz-se necessário mencionar o conceito de fronteira enquanto instrumento político, sendo utilizado ora como forma de afirmar parcerias, ora para demarcar divergências entre os Estados limítrofes. Além de possibilitar a coexistência de múltiplas identidades na medida em que propicia um espaço de intercâmbio cultural, é preciso considerar ainda as relações

de dominação e os conflitos sociais que as regiões fronteiriças abrigam, uma vez que colocam *as diferenças lado a lado*, abrindo espaço para a afirmação de identidades. Dessa forma, as fronteiras entre as nações atuam na delimitação entre o *dentro* e o *fora*, entre o *nós* e o *eles*, entre o *eu* e o *Outro*.

O reconhecimento da *alteridade*, a partir de uma posição de intolerância, fez com que a *xenofobia*, a aversão ao estrangeiro, perpassasse o processo migratório venezuelano no Brasil, tanto a partir de atos praticados por cidadãos brasileiros comuns, que buscaram através das próprias mãos rechaçar o *invasor*, como por meio de autoridades, através de instrumentos políticos, colocando em xeque a premissa que tem o Brasil como país acolhedor. Entretanto, o que se tem observado é que muitas vezes o sentimento de repulsa não está somente relacionado à raça ou etnia, mas também à condição socioeconômica do imigrante, ou, melhor dizendo, a sua pobreza. A aversão ao pobre, Cortina (2020) denomina *aporofobia*. No que tange ao sentimento de repulsa, Orlandi (2017a) menciona Pêcheux ao afirmar que o *ato de interpretar* só é factível pela existência de um *outro*, e da relação que este outro, ao existir, pode estabelecer. E é justamente na possibilidade de significar este *outro*, que operam o preconceito, o ódio e a intolerância.

Pesquisas no campo da Análise do Discurso de Michel Pêcheux têm procurado investigar os sentidos mobilizados nos processos migratórios. Nesta perspectiva, Orlandi (2017b, p. 91), ao compreender os sentidos que emergem dos corpos imigrantes enquanto *corpos- memória*, aponta para o

potencial de violência e derrisão que pode se apresentar quando topamos com as situações, as práticas sociais e os espaços de interpretação que envolvem os processos de imigração/deportação dos sujeitos vitimados no processo de imigração/diáspora que se dão nos tempos atuais.

A autora ainda questiona como são significados esses sujeitos, em uma conjuntura que inclui “a rejeição total de existência desses corpos [...] pelas formações sociais geridas pelo capitalismo”, cuja presença provoca desde indiferença até “práticas de violência simbólica ou física” (ibid, p. 91).

Ainda, Dos Anjos (2021, p. 249), ao analisar o “(re)arranjo identitário do sujeito” imigrante e refugiado no Brasil, afirma que a instituição de um discurso soberano¹ que os associa à “criminalidade, à violência e proliferação de doenças[...]” está intimamente relacionada à consolidação de um imaginário que mobiliza sentidos de ameaça e que atua no modo como os brasileiros significam esses

¹ Discurso perpetrado pelo Estado.

sujeitos, “produzindo efeitos de verdade a partir das evidências materiais da ideologia, responsável por instituir uma memória da migração”. A autora ainda afirma que o discurso midiático, enquanto “responsável por gerir discursos”, ao se referir a esses sujeitos como “invasores, fugitivos, bárbaros”, os excluem do meio social, consolidando uma barreira entre o *nós* e o *eles*.

Quanto aos mecanismos de proteção ao imigrante e ao refugiado, cabe destacar o trabalho de Nogueira (2018), que se propõe a compreender, a partir de dois espaços discursivos distintos, o funcionamento das definições dos termos *imigrante* e *refugiado*. Sobre este recorte, a autora afirma que a imagem construída pela mídia, enquanto “um lugar de consulta de definições” (ibid., p. 82), busca um efeito de fechamento, de delimitação entre os sentidos atribuídos a cada termo. A fim de problematizar estas noções, Nogueira analisa o funcionamento dos termos enquanto *palavras-silêncio*, já que “as palavras estão atravessadas de silêncio, de sentidos que não cabem, que vazam, que explodem em diversas direções, textualizando o político, a divisão dos sentidos, em determinada direção” (ibid., p. 94). Isso se deve ao fato de que, as definições, ainda que sob o ideal de produzir uma uniformidade semântica em torno da concepção de *imigrante* e *refugiado*, são perpassadas pelo equívoco, fruto da inscrição da história na língua, e por isso, não são capazes de refletir a realidade.

Diante do exposto, chega-se ao cerne deste trabalho: a compreensão dos efeitos de sentido que emergem em discursos de brasileiros e venezuelanos envolvidos no conflito migratório instaurado no estado brasileiro de Roraima sob o âmbito da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Desse modo, pretende-se explorar, especialmente: a) os fenômenos da *xenofobia* e da *aporofobia* como componentes do discurso brasileiro voltado aos venezuelanos, b) a forma como o venezuelano significa sua condição de *imigrante* e a forma como o brasileiro significa o *imigrante venezuelano*, c) a *resistência* enquanto constituinte do discurso venezuelano. Assim, através do funcionamento discursivo, busca-se analisar os efeitos de sentido produzidos no interior das Formações Discursivas e Ideológicas mobilizadas nos discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Empreender em uma análise sob a perspectiva da AD pecheuxtiana é, primeiramente, compreender os *sentidos* em sua relação com o *sujeito*, a *linguagem* e a *história* e como estes conceitos se conectam de modo com que a busca por *sentidos possíveis*, para além de um *sentido real*, seja o cerne da sua proposta.

Partindo-se do conceito de sujeito, a AD postula que o sujeito não está posto, mas que se constitui através da linguagem, ou seja, ele submete-se à língua para significar, e, conseqüentemente, para instituir-se. Ainda, a AD se propõe a compreender o *sentido* enquanto produto da relação indissolúvel entre sujeito e história, estabelecendo dessa forma um novo eixo basilar a sua constituição: a relação entre *linguagem e ideologia*.

A ideologia adentra o quadro epistemológico da AD em sua relação à ordem econômica, a partir das contribuições de Louis Althusser. Assim, o sujeito, que utiliza a língua para produzir sentidos, enuncia a partir do lugar que ocupa em um sistema de classes sociais, a partir de uma “visão de mundo” que esse lugar lhe confere. Logo, os sentidos por ele produzidos são oriundos do atravessamento ideológico sob o qual o sujeito encontra-se submetido, devido a sua inscrição em uma classe social. Ainda, a partir dos construtos de Althusser, o princípio da “luta de classe na teoria” passa a ser imanente aos estudos de Pêcheux (CESÁRIO; ALMEIDA, 2009, p. 2), como também a atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), ao lado do Aparelho Repressivo de Estado (ARE), de forma a perpetuar a ideologia da classe dominante.

A concepção de sujeito em AD resulta também das contribuições da psicanálise de Jacques Lacan. Assim, toma forma um sujeito heterogêneo, clivado entre consciente e inconsciente. O inconsciente passa a afetar o discurso, o que faz com que o discurso seja atravessado pelo discurso do Outro. Sendo assim, assume-se que o sujeito da AD é forjado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente; assujeitado, tanto ao seu próprio inconsciente quanto ao contexto sócio-histórico no qual se insere. Portanto, não é fonte nem origem do seu dizer, enunciando o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa em uma formação social e devido a sua filiação a um conjunto de saberes específicos.

Dessa forma, no ponto de convergência entre *ideologia, linguagem e inconsciente*, encontra-se o *sujeito*, sendo ele um efeito das três ordens e ocasionando a cada uma delas um elemento de incompletude, representados pela *contradição*, pelo *equivoco*, e pelo próprio *inconsciente*, respectivamente. Portanto, a questão da *falta* mostra-se como inerente ao quadro teórico do discurso, pois é através destas *brechas* que os sentidos deslizam (FERREIRA, 2010), por meio de uma língua heterogênea e opaca e de um sujeito interpelado.

Deste ruído intrínseco ao dizer, da possibilidade do sentido- outro oriundo da falha, da contradição, emerge a resistência, via pela qual se instauram sentidos que rompem com o logicamente estabilizado. Segundo Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência”; sendo assim, a resistência encontra-se no interstício da luta de classes e, portanto, vai de encontro ao discurso dominante. Nesta mesma corrente, Lagazzi- Rodrigues (1998, p. 16) afirma que a resistência é “a luta do sujeito por um lugar de poder/dizer”, o que diz muito sobre o sujeito imigrante. Portanto, o mover-se do sentido que clama por voz, a resistência da/na língua, é também objeto desta análise.

A AD refuta que o sentido seja da ordem da língua, mas que é, sim, da ordem das Formações Discursivas (FDs), um conjunto de saberes interligados entre si em função de uma regularidade discursiva, que atuam como projeções das Formações Ideológicas. Dessa forma, as palavras não significam por si, mas sim devido à filiação a uma FD. Cabe destacar que o político também está presente no interstício de análise da AD, já que ela se propõe a elucidar as *relações de força* que emanam do funcionamento dos discursos (CAZARIN, 2008, p. 206). Segundo Orlandi (2010), as relações de força são sustentadas pelas Formações Imaginárias; assim, são as imagens projetadas acerca dos sujeitos e dos objetos discursivos que atuam no discurso. As relações de força, como resultado de uma sociedade estratificada em classes sociais, apresentam-se como um importante conceito na compreensão dos sentidos suscitados a partir do conflito migratório em análise.

Na busca pelos sentidos a partir da relação entre materialidade linguística e sua exterioridade constitutiva, é essencial mencionar que o olhar que move uma pesquisa que se destina a falar sobre o imigrante e sobre a aversão que ele suscita, é perpassado pela inclinação de “olhar a linguagem e nela perceber o social” (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 818). Dessa forma, entende-se que o *chamado* ao desenvolvimento deste trabalho é também de ordem ética e política, uma vez que se tornam cúmplices aqueles que, por omissão, compactuam com os movimentos segregatórios.

De forma a compreender os efeitos de sentido colocados em disputa no conflito migratório instaurado no estado brasileiro de Roraima, este trabalho foi constituído no formato de seis capítulos. Após delimitação da proposta a ser desenvolvida na introdução, no capítulo 2 é realizado um percurso histórico acerca da Venezuela dos séculos XX e XXI, em que se busca elucidar como as

transformações no cenário econômico, político e social do país culminaram em uma das maiores crises humanitárias do século XXI. Ainda, versa sobre as implicações inerentes às fronteiras nacionais, bem como traz um apanhado sobre a legislação que protege o imigrante, da qual o Brasil é signatário.

Já o capítulo 3 é destinado ao quadro epistemológico da Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Assim, busca-se elucidar os principais conceitos que integram a AD, cujo arcabouço teórico parte da articulação entre três regiões do conhecimento, sendo elas o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso.

O capítulo 4 trata sobre o dispositivo metodológico de interpretação em AD. Inicialmente, destaca-se que a análise em AD busca por sentidos possíveis a partir da relação entre a materialidade linguística e aquilo que se encontra fora da língua, mas que a constitui, o interdiscurso. Sobre o desenvolvimento das análises, salienta-se a identificação das Formações Discursivas (FDs) e sua relação com as Formações Ideológicas (FIs). Destacam-se também as categorias analíticas *excesso*, *falta* e *estranhamento*, propostas por Ernst- Pereira e Mutti (2011). O capítulo ainda discorre sobre a composição do *corpus*, constituído por discursos diretos de brasileiros e venezuelanos veiculados na mídia nacional.

O capítulo 5 é destinado às análises, que foram desenvolvidas a partir de elementos de regularidade apresentados pelas sequências discursivas (SDs). E por fim, no último capítulo desta dissertação, busca-se um efeito de fechamento, demonstrando o papel determinante da ideologia no dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso (AD), a partir do gesto de interpretação empreendido nos discursos da xenofobia e aporofobia.

Considerando o exposto acima, este trabalho ancora-se nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de vertente pecheuxtiana, que entende a linguagem “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2010, p. 15) para compreender os efeitos de sentido que emergem a partir de discursos de brasileiros e imigrantes venezuelanos no que tange à crise migratória na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, partindo da premissa de que é através da linguagem que sujeitos e sentidos se relacionam. Definido este objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: i) identificar e caracterizar as Formações Discursivas (FDs), cujos dizeres materializam as Formações Ideológicas, de forma a constituir os processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos sobre os imigrantes venezuelanos; ii)

compreender o fenômeno da xenofobia e da aporofobia enquanto constituintes do discurso de ódio instituído pelos brasileiros; iii) analisar de que forma a resistência se manifesta no discurso imigrante como busca pelo “lugar de poder/dizer”.

2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL E NA VENEZUELA

2.1 HISTÓRICO DA VENEZUELA

A Venezuela é um país localizado no extremo norte da América do Sul, cujas fronteiras são delimitadas a norte pelo mar do Caribe, a oeste pela Colômbia, ao sul pelo Brasil e a leste pela Guiana. É o país com as maiores reservas comprovadas de petróleo na atualidade (CIA, 2018), principal fonte energética mundial, o que demonstra a importância geopolítica da Venezuela no cenário global. Assim, desde que os primeiros poços do “ouro negro” foram encontrados, o recurso vem determinando o rumo político, econômico e social do país, outrora conhecido como “Venezuela Saudita”.

A partir da descoberta dos campos de petróleo no início do século XX, a Venezuela deixa de ser uma economia essencialmente agrícola, baseada na monocultura de exportação de cacau, café e gado, e passa a ser uma economia petroexportadora. Assim, a partir da década de 1920, há a entrada massiva de capital estrangeiro no país, principalmente norte-americano (BARROS, 2007). A partir daí, inaugura-se na Venezuela o modelo econômico rentista, pautado no recebimento regular de renda externa, ou seja, oriunda de outros países, que independe do trabalho, pois não resulta do esforço produtivo interno, e que pertence, em primeira instância, ao Estado, sendo ele o responsável pela distribuição da receita aos demais setores (BAPTISTA, 2010). O período é também marcado pelo início da política de intervenção estatal na economia, característica que perdurará durante sucessivos governos, até a liberalização econômica dos anos 1990, tendo sido retomada de forma contundente no governo de Hugo Chávez.

A cena política venezuelana foi marcada, até 1957, por regimes democráticos e ditatoriais, que se sucederam no comando do país até a deposição do governo ditatorial de Marcos Pérez Giménez, após pressão de movimentos populares. Assim, tem-se a queda da última ditadura venezuelana do século XX. Após a realização de eleições, se sucederam governos que buscaram, entre outras medidas, substituir as importações através do desenvolvimento da indústria nacional. A partir do governo de Rómulo Betancourt (1959- 1964), inicia-se na Venezuela o pacto de *Punto Fijo*, que predominou no país até o ano de 1998, fase em que houve redução das

desigualdades sociais por meio de políticas assistencialistas de governo, financiadas pela renda proveniente da indústria petrolífera. O pacto consistia em um acordo bipartidário firmado por partidos que se alternaram no poder, mantendo, entretanto, política similar: o social-democrata Ação Democrática (AD) e o social- cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) (SOUZA, 2008).

Marcado pelo comprometimento entre as elites do país para garantir sua estabilidade, *Punto Fijo* ainda respaldava os interesses de setores como Forças Armadas, igreja, empresários e sindicatos. Com relação às Forças Armadas em especial, em um país com o histórico de regimes ditatoriais, o acordo atua no sentido de salvaguardar o Estado de um possível golpe militar ao manter as Forças Armadas sob controle civil. No que tange à política externa, *Punto Fijo* ainda marca a defesa dos regimes democráticos no continente por meio da *Doutrina Betancourt*, ao não reconhecer governos oriundos de golpes de Estado (VILLA, 2000).

Paradoxalmente, apesar da opulência petroleira, em 1978, o modelo econômico rentista entra em colapso, devido à incongruência entre a renda distribuída pelo Estado e a produção interna, bem como à má gerência da receita petrolífera. Em 1982, o preço do barril do petróleo atinge seu maior valor, o que assegura a bonança petroleira dos anos 80. Entretanto, no fim da década, a renda oriunda do petróleo cai abaixo dos 50%, o que impacta diretamente o setor econômico, visto que esta receita mantinha 80% da economia venezuelana (BARROS, 2007).

Em 1989, Carlos Andrés Pérez, eleito pela segunda vez, firma acordo com o FMI, cujo pacote neoliberal incluía, entre outras medidas, abertura econômica, redução dos direitos sociais e privatização de empresas e serviços públicos. A insatisfação da população diante do acordo, associada à alta no preço dos combustíveis e em itens de primeira necessidade, toma as ruas durante a revolta popular conhecida como *Caracazo*, que obteve grande repercussão internacional devido à gravidade dos acontecimentos, que resultaram em duas mil mortes, como consequência da forte repressão militar (VIEIRA, 2016). O *caracazo*, ainda que carecesse de articulação, marca a indignação popular contra *Punto Fijo*, pacto que, embora de cunho democrático, foi marcado por corrupção, disseminou a miséria e a desigualdade social (WASSERMAN, 2013).

A instabilidade política e econômica se agrava entre 1992 e 1994, o que ocasiona a volta do capital privado à Venezuela. Assim, os anos 1990 são marcados

por uma forte liberalização da economia e, após aprovação da Lei de Privatizações, em 1992, um grupo de militares liderados pelo tenente-coronel Hugo Chávez orquestra um golpe militar para destituir Pérez do poder. A tentativa fracassa, mas traz visibilidade imediata a Chávez, que, embora preso, torna-se o principal líder de oposição ao bipartidarismo, conquistando o apoio da maioria dos caraquenhos. O governo de Carlos Andrés Pérez sofre *impeachment* por corrupção. Após eleições, Rafael Caldera volta ao poder (1994-1999), anistia Hugo Chávez e legitima a tentativa de golpe por ele comandada (BARROS, 2007).

Em um cenário de forte instabilidade econômica, com a inflação ultrapassando os 20%, um grande desequilíbrio das contas públicas, e com o dólar despencando ao valor mais baixo desde 1973, no ano de 1998, a continuidade do *Punto Fijo*, pacto que manteve a estabilidade política na Venezuela durante 30 anos, se torna insustentável (SOUZA, 2008). É nesta conjuntura que ascende a figura de Hugo Chávez. Assim, o Chavismo inicia-se na Venezuela com a eleição de Chávez em 1998, que assume a presidência no ano seguinte, deixando o cargo apenas no ano de sua morte, 2013. A convulsão política, econômica e social do fim dos anos 1990 é o cenário para a ascensão política do militar, que surge com a promessa de combater a política tradicional. Tem-se o início da Revolução Bolivariana da Venezuela, marcada pelo discurso nacionalista, anti-imperialista e antioligárquico.

Dessa forma, os primeiros anos de Chávez no poder conformam o ineditismo de ruptura com o neoliberalismo na América Latina ao inaugurar um modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, que se opunha ao conservadorismo tradicional e a fracassada corrente neoliberal antecedente (CERVO, 2003). Assim, como parte do novo direcionamento político adotado, o país estreita os laços com Cuba, o que gera um tensionamento no vínculo com os Estados Unidos, país com quem sempre manteve relações econômicas bilaterais.

Ainda no primeiro ano como presidente, Chávez promulga uma nova Constituição, em que, entre outras medidas, amplia o mandato presidencial para seis anos, com possibilidade de reeleição, altera o nome do país, que passa a se chamar *República Bolivariana de Venezuela*, consolida o controle do Estado na exploração do petróleo e dá ênfase aos direitos trabalhistas. A principal crítica à nova Constituição incide sobre a excessiva concentração de poder na figura do presidente (VILLA, 2005).

Durante os quatorze anos em que Chávez esteve à frente do país, houve redução da desigualdade social e do analfabetismo, diminuição da taxa de desemprego, bem como aumento exponencial do PIB. Em contraposição, o país maximizou sua dependência ao petróleo, intensificou o controle estatal, a dívida pública cresceu a um patamar estratosférico e o percentual de importação de gêneros alimentícios atingiu 60%. A alta inflação é mais uma herança da era Chávez. Entre 2008 a 2013, o índice esteve em torno de 30%, enquanto no Brasil, no mesmo período, aproximava-se de 6% (CURY, 2013).

Ainda como parte de seu legado, Chávez consolida um sistema político com alto grau de intervenção estatal em todas as esferas da sociedade, denominado “Socialismo do século XXI”. As liberdades política, econômica e civil sofreram grandes limitações de acordo com os interesses do grupo chavista, o que ocasionou abuso de poder político, corrupção, insegurança, escassez, inflação e cerceamento da liberdade de expressão e associação. O regime autoritário conduzido pelo ex-militar centralizou o poder através do controle das instituições políticas e econômicas, cerceou liberdades individuais, como o direito à propriedade privada, através de expropriação ou estatização e sucateou o setor energético (SELMAN; FORNET, 2014).

Após a morte de Chávez em 2013, instaura-se na Venezuela uma atmosfera de instabilidade, dada a premente necessidade de sucessão do governo. Nicolás Maduro, seu herdeiro político, assume o poder, mantendo a mesma política chavista. É a partir de então que a Venezuela começa a vivenciar a derrocada de sua economia. Entre 2013 e 2017, o PIB do país teve uma queda de 37%, o que, aliado à hiperinflação e a denúncias de corrupção, reflete uma das piores crises econômicas da história. Segundo o Banco Central da Venezuela, em 2019, a hiperinflação chegou à casa de 9.585%, quando se observou um aumento de 80 vezes no preço dos alimentos e 180 vezes no valor dos medicamentos (SINGER, 2020), tornando o custo de vida impraticável para a maioria da população, que se vê obrigada a deixar o país em prol de sua sobrevivência.

A situação é agravada pela total dependência das importações, o que provoca constantes desabastecimentos. Consequentemente, supermercados têm dificuldade para repor os estoques, o que impulsiona um mercado ilegal sustentado pelo dólar. Segundo a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela (ENCOVI, 2017a, p. 20) conduzida pelas principais universidades do país, 80% dos lares encontravam-

se em situação de insegurança alimentar em 2017. O estudo, realizado desde 2014, revelou que 6 em cada 10 venezuelanos entrevistados relataram ter perdido em média 11kg e 90% afirmaram não possuir renda suficiente para a aquisição diária de alimentos.

Somado a isso, sanções dos Estados Unidos, iniciadas em 2015, no então governo de Barack Obama, maximizam a catástrofe humanitária vivenciada pela população venezuelana. As punições, que objetivam destituir o governo ditatorial de Nicolás Maduro, impedem a importação de remédios essenciais e pressionam empresas estrangeiras a não realizarem negócios com o país, o que já comprometeu o sistema de abastecimento de água potável. Em 2017, Donald Trump intensifica a ofensiva através do embargo à compra de petróleo venezuelano, o que impactou sobremaneira o setor econômico, visto que 90% da receita do país é oriunda da indústria petrolífera (FOX, 2019).

Os índices de violência são também alarmantes. Segundo dados de 2017 do Observatório Venezuelano da Violência, em estudo vinculado à ENCOVI (ENCOVI, 2017b, p. 40), uma em cada cinco pessoas foi vítima de algum crime e em apenas 10% das comunidades não foram registrados crimes violentos, concluindo que 90% do território venezuelano foi tomado pela violência. O sentimento de insegurança vem alavancando o desejo de emigração. Entre os entrevistados, 41% manifestaram vontade de mudar-se do local onde vivem. Em 2014, apenas 28% dos entrevistados expressaram esse desejo (ENCOVI, 2017b, p. 17).

Em 2020, a ONU apresentou um relatório responsabilizando Nicolás Maduro e a cúpula de governo por inúmeras violações aos direitos humanos, cometidas sistematicamente desde 2014, e que se configuram como crimes contra a humanidade. Entre as ações, assassinatos, uso sistemático de tortura, violência sexual e prática de perseguição política, que ocasionou em detenções arbitrárias, desaparecimentos temporários e tortura, com o intuito de extrair informações que incriminem opositores ao governo. Ainda, ganha destaque no relatório as execuções extrajudiciais pela polícia, cabendo ressaltar que a polícia venezuelana é responsável por um dos maiores índices de mortalidade da América Latina (SINGER, 2020), o que reafirma a situação de periculosidade em que se encontra o povo venezuelano, especialmente os dissidentes do governo.

A partir de um breve percurso histórico acerca da Venezuela dos séculos XX e XXI, cujas lutas políticas foram intercaladas por períodos democráticos e

ditatoriais, buscou-se elucidar a dependência política e econômica do país em relação ao petróleo, a sujeição ao capital estrangeiro, a política de intervenção estatal na economia, a liberalização econômica nos anos 1990, o esfacelamento das estruturas políticas que propiciam a ascensão de Hugo Chávez ao poder, em 1998, e a sucessão da política chavista por Nicolás Maduro, culminando em uma crise política, econômica e social sem precedentes, que alavancou a emigração venezuelana a partir de 2013.

O petróleo, desde sua descoberta, impõe-se como protagonista nos rumos político e econômico do país, uma vez que regula a forma como o Estado intervém na economia. A adoção do modelo econômico rentista a partir da descoberta do “ouro negro” atrela o setor econômico à flutuação do preço internacional da *commodity*, fazendo com que o país vivencie períodos de abundância, como épocas de crise e escassez. Além disso, a má gestão dos recursos advindos da exploração do petróleo, aliado ao desequilíbrio entre receita e produção interna fez com que o modelo econômico adotado desde o início do século colapsasse no fim dos anos 1970, paradoxalmente, em uma época de prosperidade econômica.

Apesar das benesses advindas do recurso, a falta de um plano estratégico de desenvolvimento impediu o estabelecimento de um setor industrial diversificado, o que tornou o país dependente das importações, quadro que se intensificou desde a chegada de Chávez ao poder e faz com que, atualmente, o país importe grande parte dos gêneros alimentícios e medicamentos, expondo a população venezuelana à escassez ou à total privação de itens de primeira necessidade. Foi possível observar também que a desigualdade social sempre permeou a sociedade venezuelana, e as tentativas para combatê-la, na maioria dos governos, configuraram-se em políticas de distribuição de renda.

Assim, pode-se assumir que a crise atual que assola o país tem raízes bem mais profundas, ainda que tenha atingido seu ápice nas últimas décadas. Neste sentido, a chegada de Chávez ao poder emerge como um marco divisório na política venezuelana, uma vez que a partir 1999, observa-se uma política de intervenção estatal em todos os níveis da vida em sociedade a partir da adoção de um regime totalitário de governo. A partir de sua morte e consequente chegada de Nicolás Maduro ao poder, o que se vê é um cenário de depauperação econômica e violações aos direitos humanos, condições que forçaram o deslocamento de milhares de venezuelanos em uma das maiores crises humanitárias do século XXI, e

que colocou o Brasil e os brasileiros como protagonistas enquanto nação receptora da diáspora venezuelana.

2.2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VENEZUELA

Desde que estabeleceram vínculos diplomáticos, em 1843, Brasil e Venezuela conduzem relações bilaterais de forma “não conflitante”, sendo consideradas ainda como relações “benéficas” (CERVO, 2003). Dessa forma, foram ínfimos os incidentes diplomáticos ou disputas envolvendo os dois países, como também foram irrelevantes as interações no tocante ao desenvolvimento de uma parceria (NUNES, 2011). Entretanto, vale ressaltar que a Venezuela, sob diretriz da *Doutrina Betancourt*, rompe relações com o Brasil em 1964, em função da deposição do presidente eleito democraticamente João Goulart por meio de um golpe militar. Ainda assim, pode-se considerar que Brasil e Venezuela mantêm relações de caráter formal, ainda que distante, até a década de 1970, época em que a Venezuela passa a adotar uma política de aproximação com os países vizinhos, buscando mercado para o aprovisionamento de petróleo.

A medida vai ao encontro do desejo brasileiro de aumentar a importação de petróleo venezuelano. Em uma conjuntura de interesses convergentes, o primeiro encontro entre presidentes dos dois países ocorre em 1973, na região da fronteira, simbolizado pela “atmosfera fraterna e construtiva das relações bilaterais, bem como pela vontade de realizar a vocação inelutável da integração da América do Sul” (GALVÃO, 2011, p. 347). Ainda nesta ocasião, manifesta-se o interesse comum de construção de uma rodovia que ligasse os dois países. Assim, a partir do final da década de 1970, a relação entre os dois países é tida como *cooperativa* (CERVO, 2003).

As décadas subsequentes de 1980 e 1990 servem para consolidar a parceria brasileiro- venezuelana iniciada no período anterior. Assim, fatores como o processo de redemocratização no Brasil, o adensamento das relações bilaterais no setor energético, a cooperação dos estados fronteiriços no tocante à integração regional e a normatização da atividade de mineração na região da fronteira (GALVÃO, 2011) marcam uma nova fase no alinhamento político e econômico entre as duas nações.

Entretanto, é sob um contexto de ascensão de regimes de centro- esquerda na América do Sul, na primeira década dos anos 2000, que as relações entre Brasil

e Venezuela atingem outro patamar, sendo elevadas ao nível de “aliança estratégica” a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez. Dessa forma, o *status* de relação entre os países passa de *cooperativo* a *convergente* (CERVO, 2003). A identificação ideológico-política entre as duas plataformas políticas surge como um contraponto à onda neoliberal da América Latina nos anos 1990, responsável pelo aumento no nível da pobreza e da desigualdade social. Assim, é neste período em que se reforçam e se ampliam iniciativas de integração e cooperação de forma a consolidar a América do Sul enquanto espaço geopolítico e geoeconômico (GONÇALVES; ARAÚJO, 2018). Neste cenário, a primeira década dos anos 2000 é marcada pela bonança econômica, atribuída à intensificação do comércio e ao aumento dos preços dos principais produtos exportados por Brasil e Venezuela, as *commodities*.

Entretanto, o rumo dessa aliança é alterado em função da instabilidade a que os dois países foram submetidos: a crise econômica, política e social instaurada na Venezuela a partir de 2013 e a crise político- institucional enfrentada pelo Brasil desde a reeleição democrática da presidente Dilma Rousseff, destituída do cargo através do golpe parlamentar que levou Michel Temer à presidência, em 2016. Assim, a relação entre Brasil e Venezuela passa a ser marcada por uma atmosfera de “distanciamento” e “incerteza” (CARNEIRO, 2017).

Neste contexto, em 2016, Brasil, Argentina e Paraguai se opuseram à assunção da Venezuela como presidente semestral do MERCOSUL, que assumiria a função substituindo o Uruguai, como forma de retaliação ao governo Maduro. No mesmo ano, o país perdeu sua posição de membro permanente do bloco econômico, por não cumprir com exigências que assegurariam sua permanência (SILVA, 2020). O clima de tensão se intensifica durante o governo de Jair Bolsonaro e seu alinhamento à política estadunidense. Em abril de 2020, o governo brasileiro decide retirar diplomatas e funcionários da embaixada em Caracas (ARANHA, 2020), como um ato definitivo de rompimento de relações diplomáticas em resposta à reeleição de Maduro em 2018.

Outro incidente diplomático ocorreu em setembro de 2020, com a visita do embaixador americano Mike Pompeo ao estado de Roraima, ocasião em que Jair Bolsonaro afirmou trabalhar juntamente com os Estados Unidos, a fim de “restaurar a democracia na Venezuela”. A presença do Pompeo foi duramente criticada pelo então presidente da câmara Rodrigo Maia, que considerou o episódio como uma

“afronta” aos princípios da política externa brasileira, posicionamento endossado em nota por ex- chanceleres. Maia ainda mencionou a necessidade de manter “a estabilidade de fronteiras e o convívio pacífico com os países vizinhos”, bem como a defesa dos preceitos constitucionais através da promoção dos “princípios de independência nacional, autodeterminação dos povos e não intervenção” (FARIAS, 2020).

2.3 A FRONTEIRA ENQUANTO LINHA IMAGINÁRIA

Brasil e Venezuela compartilham uma fronteira de 2.199 km de extensão, que engloba a região de contato entre os estados de Roraima e Amazonas, do lado brasileiro, e os estados de Amazonas e Bolívar, do lado venezuelano. Entretanto, como grande parte da fronteira reconhecida internacionalmente encontra-se em uma região de difícil acesso, é através das cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Helena de Uiarén, nos estados de Roraima e Bolívar, respectivamente, por onde ocorrem os deslocamentos transfronteiriços, uma vez que a região é margeada pela BR-174, rodovia federal que interliga os dois países. Por esse motivo, Pacaraima vem sendo a porta de entrada do fluxo migratório venezuelano no Brasil, iniciado em 2015 e intensificado nos anos de 2018 e 2019.

O estado de Roraima, que ainda faz fronteira com a Guiana, a leste, situa-se no extremo setentrional do país. É o estado menos populoso e possui a menor densidade demográfica da federação. Com o menor PIB do país, apresenta atividade primária incipiente e receita atrelada ao serviço público. Sendo assim, é perceptível que o estado não possuía infraestrutura para o acolhimento imediato do fluxo migratório venezuelano. Ainda, Roraima compartilha com o estado de Bolívar, na Venezuela, a tensão ocasionada pela disputa pela exploração de recursos naturais, travada entre a população indígena, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. Seu isolamento político e econômico pode ser explicado pelo seu posicionamento geográfico, uma vez que o estado situa-se na região amazônica, uma região de difícil acesso, distante dos centros de poder do país e em uma região fronteira, encontrando-se, dessa forma, à margem do Estado nacional (FGV, 2018).

Mas o que significa localizar-se em uma área fronteira? Embora a literatura recente assuma que a fronteira é muito mais do que uma linha divisória entre duas

nações, é preciso evocar o conceito político- administrativo, já que o mesmo delimita o espaço onde uma nação exerce sua soberania, sendo de suma relevância para as questões migratórias. Assim, pode-se definir a fronteira terrestre brasileira enquanto linha e enquanto faixa. A fronteira linha (limite) é uma linha imaginária de separação, natural ou artificial, que acompanha os limites definidos a partir de acordos internacionais. (BORBA, 2014; BRASIL, 1988). Assim, as *fronteiras* delimitam a abrangência de domínio do Estado, sendo uma área indispensável à segurança nacional, motivo pelo qual têm sido reafirmadas pelos Estados como forma de controle sobre as questões migratórias.

Nas regiões de fronteira, é preciso destacar o papel das cidades gêmeas, como Pacaraima e Santa Helena de Uiarén, enquanto *espaços de vida*, conceito proposto por Courceau em 1988 e que possibilita compreender a fronteira “como espaço de mobilidade e de migração”. Dessa forma, *espaço de vida* seria a área onde os sujeitos circulam com vias a desenvolver suas atividades. Apesar de periféricas em relação aos centros de poder do Estado, as cidades gêmeas apresentam valor estratégico à medida que permeiam uma série de relações bilaterais, promovendo assim o desenvolvimento e a integração regional, como também permitindo a mobilidade fronteiriça e os movimentos migratórios internacionais. Dessa forma, o universo das cidades gêmeas desponta como um verdadeiro elo na imbricada rede de relações vivenciadas no espaço contíguo (LIRA, 2017).

Quanto ao fluxo migratório entre os dois países, historicamente, havia um maior número de brasileiros vivendo na Venezuela do que imigrantes venezuelanos residindo no Brasil. Assim, o movimento migratório de brasileiros para Venezuela a partir de Roraima pode ser dividido em dois períodos: o primeiro está ligado ao período de estabilidade econômica na Venezuela, em meados dos anos 70, quando o estado de Roraima sofria com o declínio da garimpagem de diamantes. Na Venezuela, os imigrantes brasileiros se estabelecem nas cidades de Ciudad Bolívar e Santa Helena de Uiarén e passam a se dedicar ao comércio de ouro e diamante. O contínuo declínio da atividade de mineração também alavancou a nova onda de imigração, entre os anos 1980 e 1990. Neste período, brasileiros deixaram o país para atuarem em diversas atividades comerciais, no setor de prestação de serviços e em garimpos ilegais na Venezuela, o que deu origem a várias crises diplomáticas entre os dois países (RODRIGUES, 2006)

Assim, no final da década de 80, o fluxo de circulação na região dava-se no sentido Brasil- Venezuela, já que moradores de Boa Vista se deslocavam até o país vizinho em busca de bens e combustível. Pacaraima passa a apresentar um aumento no fluxo migratório quando elevada à categoria de município, em 1997, e a partir da perspectiva de criação de uma Área de Livre-Comércio. As flutuações econômicas enfrentadas por ambos os países também foram fatores atrativos, já que a desvalorização da moeda de um lado permite um maior poder de compra no outro. Além disso, durante os anos 90, a expansão agrícola e atividades de mineração passam a ser um atrativo à imigração em Roraima. Já nos anos 2000, venezuelanos em busca de bens e serviços na área de saúde e educação passam a circular intensamente na região, o que impulsiona o comércio local (ibid., 2006).

A descoberta de garimpeiros brasileiros na Venezuela em 1989, assim como o desmatamento da área e presença de traficantes fizeram com que os governos firmassem relações bilaterais no intuito de sanar as problemáticas fronteiriças. Brasil e Venezuela ainda lançaram programas de povoamento da região, que tinham como objetivo “zelar pela respectiva soberania, melhorar a qualidade de vida das populações locais, assegurar boas condições para as populações indígenas, desenvolver suas potencialidades econômicas e proteger os recursos naturais” (CERVO, 2003, p. 174). Entretanto, os programas foram duramente criticados pela militarização excessiva e a indiferença com as questões ambientais. Apesar disso, contribuíram para a percepção da necessidade de integração energética entre os países, cujas estatais selam contratos desde 1993. Ainda como resultado da cooperação fronteiriça, discute-se a possibilidade de construção de uma rodovia que interligasse os dois países, a BR- 174, que permitiria escoamento da produção e, por conseguinte, alavancaria o desenvolvimento regional (CERVO, 2003).

Em âmbito regional, a partir de 2006, as relações entre Brasil e Venezuela se estreitam devido ao empenho dos governadores dos estados fronteiriços de Roraima e Bolívar em desenvolver uma política de cooperação nas áreas de segurança pública, saúde, agricultura, educação, cultura e turismo. No ano seguinte, diante da iminente entrada da Venezuela no MERCOSUL, o governo de Roraima afirma a importância que o ingresso do país vizinho ao bloco econômico traria ao estado, já que, dessa forma, Roraima desfrutaria efetivamente dos benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo acordo. Neste período, a Venezuela importava 70% dos

gêneros alimentícios, que poderiam ser supridos pelo estado de Roraima em alguma parcela (VIANA; DE QUEIROZ, 2013).

Entendida enquanto limite onde o Estado exerce sua soberania, a *fronteira* é um instrumento político, que pode ser usado como forma de corroborar a parceria entre os Estados limítrofes, tendo como escopo a cooperação e a integração regional, como também para demarcar divergências de diversas ordens entre duas nações. Dessa forma, durante a última década, algumas medidas corroboraram a importância estratégica da fronteira entre Brasil e Venezuela. Assim, em 13 de dezembro de 2016, sob a alegação de combater o contrabando e a retenção de bolívares, Nicolás Maduro determina o fechamento de fronteiras, incluindo a fronteira com o Brasil, a qual foi reaberta 21 dias depois. As consequências foram inúmeras para a economia local, já que o comércio sofreu grande impacto devido à queda nas vendas. Além disso, cidadãos brasileiros ficaram retidos em Santa Helena de Uiarén, podendo retornar apenas seis dias após o fechamento. A medida ainda impediu que alunos venezuelanos pudessem frequentar as aulas em Pacaraima e houve aumento nas passagens cobradas por taxistas e empresas de transportes (MOREIRA, 2021).

Já em 2018, o fluxo migratório venezuelano se intensifica no Estado de Roraima, especialmente na cidade Pacaraima, suscitando na população um sentimento de repulsa à nova dinâmica populacional que se instaurava na cidade. Assim, o estado de Roraima manifestou o desejo de fechamento da fronteira com a Venezuela através da Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121). O documento procurava coibir a entrada de imigrantes venezuelanos sob a justificativa de conter o aumento da criminalidade, bem como impedir a proliferação de doenças já erradicadas no Brasil. A solicitação foi indeferida pela ministra relatora da ação Rosa Weber, que reiterou o compromisso internacional assumido pelo Brasil na acolhida humanitária e na cooperação entre países vizinhos.

Em 21 de fevereiro de 2019, Maduro ordena novo fechamento, na tentativa de barrar a entrada de caminhões de ajuda humanitária através de Pacaraima, comandada pelo líder da oposição. A medida surge como retaliação ao apoio do governo brasileiro ao grupo opositor. De forma mais acentuada, a atividade comercial sofreu grande impacto em Pacaraima e houve escassez de combustível na cidade. As exportações sofreram queda de quase 40% em Roraima, atividade também afetada em outros estados, como Rio Grande do Sul e Amazonas. Como o

estado tem dois terços da sua demanda energética atendida por uma hidrelétrica da Venezuela, as interrupções no abastecimento de energia elétrica aumentaram. Apesar do fechamento da fronteira, o fluxo migratório venezuelano não apresentou queda, já que os imigrantes utilizavam rotas clandestinas para a entrada no Brasil. Além disso, houve confronto entre a Guarda Nacional Bolivariana (GNB) e manifestantes que se encontravam em território brasileiro. Apenas em 10 de maio de 2019, a fronteira foi reaberta e as atividades, antes paralisadas, puderam ser retomadas (MOREIRA, 2021).

Como já mencionado, Pacaraima é a porta de entrada dos venezuelanos no Brasil. Entretanto, é também uma opção de permanência aos que retornam com frequência à Venezuela para prestar auxílio a familiares e amigos, principalmente no que se refere ao provisionamento de alimentos e medicamentos, o que reforça o caráter tênue da linha divisória entre dois países enquanto limite entre *dentro* e *fora*. Além disso, os altos custos implicados no deslocamento para outras regiões e a falta de perspectivas em outras localidades são razões para que os imigrantes permaneçam o mais próximo possível ao país de origem (MILESI; CORY; ROVERY, 2018).

Diante do exposto, foi possível observar a relevância da *fronteira* enquanto instrumento político para afirmação da soberania de uma nação. Ainda, procurou-se demonstrar a essencialidade das relações estabelecidas entre brasileiros e venezuelanos na região da fronteira entre os dois países, especialmente na cidade brasileira de Pacaraima. Episódios em que a fronteira esteve fechada, por decisão de cunho político do Estado venezuelano, impactaram negativamente a vida dos cidadãos de ambos os países. Já a tentativa de fechamento da fronteira por parte do Brasil, de natureza securitizadora e xenofóbica/aporofóbica, vai de encontro à Constituição Federal e foi negada pelo Supremo Tribunal Federal. Além disso, observou-se que o terreno fronteiriço é especialmente movediço. Assim, a predominância no sentido das relações é flutuante: ora pende para um lado, ora pende para o outro, sendo conduzida por fatores políticos e econômicos.

2.4 A FRONTEIRA ENQUANTO ESPAÇO DE DISPUTA: A XENOFOBIA E A APOROFOBIA TOMAM FORMA

Entender o espaço fronteiro apenas como uma área adjacente ao traçado que demarca o fim ou começo é empobrecê-lo de significado. Assim, ao compreendê-lo enquanto *zona de contato* entre povos, evidencia-se seu caráter fluído e poroso (OLIVEIRA, 2015) que possibilita o contato entre diferentes historicidades e temporalidades, onde os sujeitos se constituem a partir da relação com o outro. São, portanto, zonas permeáveis, constituídas pelo movimento e transitoriedade, cuja riqueza dos fenômenos sociais aí engendrados compõe múltiplas identidades.

Deste modo, a questão da pluralização de identidades parece ser a essência das regiões de *fronteira*, onde aspectos linguísticos e culturais, para citar alguns, se fundem, e dão origem a novas identidades, que tendem a ser permeadas pela cultura do outro tanto quanto os indivíduos a vivenciem. Muitas vezes, ambas as nacionalidades se encontram em uma relação de simbiose, mais especificamente mutualística, em que a troca entre as duas traz benefícios mútuos.

Ainda que a fronteira seja entendida como um lugar de intercâmbio cultural, e dessa forma, terreno fértil para a construção de múltiplas identidades, é preciso levar em consideração as relações de dominação e os conflitos sociais que também transpassam essa realidade, cujas conexões nem sempre são amistosas. Entretanto, isso não significa dizer que o domínio de uma população sobre outra seja sinônimo de *aculturação ou apagamento de identidades*. Em muitos casos, ocorre o inverso: há um enaltecimento e reafirmação dessas identidades justamente a partir de elementos colocados em voga pelas trocas fronteiriças (CARVALHO, 2006).

Sob esta perspectiva, abre-se espaço para o discurso da cultura nacional, que busca a construção de identidades, frequentemente associada a uma ideia de povo original, apoiada na tradição (HALL, 2006). Assim, o estabelecimento e a conservação das crenças de pertencimento a uma determinada cultura nacional pautam-se sobre um conceito de “comunidades políticas”, proposto por Max Weber, e que remonta a um conjunto de características que interligam os sujeitos uns aos outros através de um passado comum (CARVALHO, 2006). Da mesma forma, a constituição das identidades nacionais sustenta-se sob o pertencimento a “comunidades imaginadas”, dentro das quais se compartilha uma narrativa em comum, e que insere os indivíduos em algo maior, que antecede suas existências e que perdura para além delas (HALL, 2006).

É visto na história que, muitas vezes, a busca pela afirmação e perpetuação de uma identidade nacional mobiliza os indivíduos de determinada cultura a uma espécie de expurgo, que procura coagir ou eliminar influências externas de diversas ordens, como culturais, religiosas, étnicas, sociais e linguísticas, que vão de encontro ao ideal construído sobre o que é ser brasileiro, húngaro ou estadunidense. Assim, os *outros*, aqueles que ameaçam o quimérico sonho da pureza, são muitas vezes impedidos de ingressar em territórios nacionais, ou até mesmo têm seus direitos tolhidos, em ações movidas pela aversão ao que é diferente, e assim, entendido como inferior.

As crises migratórias das últimas décadas provocaram o ressurgimento do nacionalismo, que trouxe consigo a xenofobia, definida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) como “uma atitude, preconceito ou comportamento que rechaça, exclui e, frequentemente, menospreza pessoas com base na percepção de que são estranhas e estrangeiras no tocante à comunidade, à sociedade ou à identidade nacional (OIM, 2009, p.80). A xenofobia apresenta, na base da sua constituição, o discurso de ódio, que consiste “em qualquer forma de expressão cuja finalidade seja propagar, incitar, promover ou justificar o ódio a determinados grupos sociais, a partir de uma posição de intolerância.” (CORTINA, 2020, p.37). Importante ressaltar que o discurso de ódio não se dirige a um indivíduo pelo fato de ser quem é, mas pelo fato de pertencer a um coletivo, para o qual tenha sido atribuída uma característica que cause desprezo ou repulsão (ibid., 2020). Assim, entende-se que a aversão que se concretiza a partir do discurso de ódio não se dirija, por exemplo, a “este venezuelano”, indivíduo que porventura tenha cometido algum delito, mas a “um venezuelano”, ou seja, a qualquer um dos cidadãos que compõe este coletivo.

Contudo, tem-se observado que esse sentimento de repulsa, muitas vezes, não está somente atrelado à raça ou etnia, mas também à condição socioeconômica deste imigrante, ou melhor dizendo, a sua pobreza. A este conceito, Cortina (2020, p. 18) propõe o termo *aporofobia*, que se refere à rejeição ao pobre, àquele que nada tem a oferecer em troca, e que, por via de regra, compete por recursos com aqueles que “bem ou mal, vão se defendendo”. Lançando mão do conceito, pode-se observar que a causa da repulsa aos imigrantes venezuelanos não se deva somente ao fato de serem estrangeiros, mas sim ao fato de serem pobres, de sobrecarregarem o sistema público de saúde, de se amontoarem pelas ruas da

cidade em acampamentos improvisados, de trazerem o sentimento de insegurança às cidades. Por esses, e por tantos outros problemas que lhes são atribuídas a causa, os imigrantes têm sua entrada proibida, ou sua expulsão exigida. Portanto, o olhar desta pesquisa volta-se também para o conceito de *aporofobia*, enquanto fruto da ordem econômica vigente, o capitalismo.

2.5 A INSTITUIÇÃO DO *EU* E DO *OUTRO*: O RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE A PARTIR DA INTOLERÂNCIA

Ao buscar compreender a intolerância sob o viés psicanalítico, é inevitável mencionar Freud, que afirma que os sentimentos de estranheza e hostilidade se estabelecem a partir de pequenas diferenças, ainda que todo o restante se assemelhe. Esse comportamento é denominado pelo autor como *narcisismo das pequenas diferenças*, de onde advém a hostilidade, “que em todas as relações humanas combate vitoriosamente os sentimentos de solidariedade e sobrepuja o mandamento de amor ao próximo” (FREUD, 2016, p. 292).

É também a partir do *narcisismo das pequenas diferenças* que se origina a dicotomia *eu/nós* x *outros*, que, enquanto cerne das relações sociais em determinada conjuntura, pode levar à segregação e ao racismo, manifestações da intolerância ao outro (FUKS, 2007). Entretanto, essas não são quaisquer diferenças, mas incluem uma diferença que “produz estranhamento suficiente para lembrar a própria divisão do sujeito” (FUKS, 2018, p. 29). Neste contexto, emerge o conceito de alteridade, enquanto estado de ser outro, diferente. Entretanto, o conceito não remete apenas ao reconhecimento do que é distinto em outro indivíduo, mas também “a tudo que se faz de algum modo estranho, alheio, novo ou estrangeiro” (SCHARINGER, 2009, p.12).

Ainda que a teoria freudiana não contemple uma definição de alteridade, o autor afirma que o *estranho* é na verdade uma variedade do *familiar*. Assim, uma *inquietante estranheza* se apresenta quando não há o reconhecimento de algo que seja constitutivo do sujeito, que, por ter sido reprimido, não é identificado como pertencente a ele. Dessa forma, o estranho é posto ao sujeito a partir de uma exterioridade, como uma projeção externa de algo interior. Assim, os limites que separam o exterior e o interior sofrem por uma ruptura, desfazendo a dicotomia dentro-fora, como marca de um sujeito atravessado pela alteridade. Logo, segundo

Jacques Lacan, discípulo de Freud, a alteridade não é condição do outro, o diferente, mas inerente ao sujeito clivado, na medida em que o Outro o constitui (HOMRICH, 2016). Portanto, a alteridade é intrínseca à condição de ser sujeito. A teoria de Lacan tem grande relevância para a Análise do Discurso pecheuxtiana, sendo o *sujeito do inconsciente* um dos pilares de sua constituição.

Sobre a intolerância xenofóbica, Fuks (2018) afirma que a crítica psicanalítica aborda a questão de forma a buscar compreender a manutenção da identidade nacional em seu alinhamento à rejeição, questionando se os privilégios da cidadania atuam enquanto pressupostos à violência de exclusão daqueles que não são reconhecidos como semelhantes, como aconteceu no prelúdio da Segunda Guerra Mundial, em que os judeus tiveram seus direitos cassados. A autora ainda ressalta a importância de um entendimento amplo sobre os desafios enfrentados na contemporaneidade no que tange à exclusão/inclusão do outro, já que alguns Estados, a partir da configuração de um discurso hegemônico de exclusão, se distanciam cada vez mais do projeto democrático o qual deveriam defender.

Com base nisso, a autora reitera a importância do papel dos sujeitos que reconhecem a gravidade dos movimentos de segregação, que ameaçam a vida do outro, pois cabe a estes sujeitos, como um dever de ordem ética, reivindicar justiça para aqueles que não têm voz, que cruzam fronteiras internacionais em busca de sobrevivência. A autora baseia seu argumento em Freud, que, em *Comentário sobre el antisemitismo*, “insiste que um judeu não deve advogar em causa própria, de forma que caberia a um não judeu indignar-se publicamente contra o nazismo. Este poderia ter sido um ato efetivo do povo alemão: o repúdio às leis nazistas de segregação e de extermínio.” (FUKS, 2018, p. 32).

2.6 SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO: ENTRE CHEGADA E PARTIDA

A migração é um fenômeno inerente à espécie humana, visto que é um dos mecanismos de evolução biológica, tendo, dessa forma, contribuído para o surgimento da espécie. Ademais, é através da migração, do deslocamento a partir de sua origem, no sudeste da África, que o homem se dispersa pelo mundo (MOYA, 2018). Assim, desde a pré-história aos tempos atuais, fluxos migratórios são observados na história da humanidade e moldam diariamente as relações entre os seres humanos entre si e com o espaço onde habitam.

Ainda que não haja consenso sobre a definição do termo, de uma forma geral, pode-se entender *migração* como um deslocamento no espaço físico, caracterizado por uma origem e um destino e orientado por uma causa ou objetivo. Considerando os deslocamentos entre diferentes países ou continentes, tem-se os chamados *migrantes internacionais*, também conhecidos como *imigrantes*. Neste contexto, *emigração* é a ação de deixar o local de origem, enquanto *imigração* refere-se à chegada ao destino (RESSTEL, 2015).

Em *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* (1998, p. 15), Abdelmalek Sayad diz que a imigração é um “fato social completo”, já que falar sobre ela é falar da “sociedade como um todo”. O autor afirma ainda que “todo itinerário do imigrante [...] é um itinerário epistemológico” à medida que ocorre na convergência das ciências sociais, e até das ciências cognitivas, entre elas, a linguística e a sociolinguística. Para além de um deslocamento no espaço físico, a imigração ocupa um lugar de onde emergem muitos sentidos em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, este último, especialmente, no que tange à língua e à religião.

O autor ainda enfatiza o caráter dual do processo migratório, uma vez que o ato de chegar é condicionado por uma partida. Assim, Sayad demonstra a necessidade de uma ordem cronológica na abordagem do fenômeno, partindo-se, dessa forma, da análise da conjuntura emigratória, das condições sociais que a constituem, uma vez que os imigrantes em uma sociedade são os emigrantes em outra, como faces de uma mesma moeda. Bourdieu, ressaltando esse aspecto pioneiro na análise de Sayad, afirma que a abordagem da *imigração* pela sociedade receptora era permeada por um etnocentrismo inconsciente que considerava apenas o sujeito enquanto *imigrante*, desprezando sua origem e percurso, ao tratar apenas sobre sua *condição final* (SAYAD, 1998).

Ainda segundo Bourdieu, o *imigrante* ocupa um limbo social entre partida e chegada, e é inserido pelo autor em uma categoria inclassificável, justificada pela ausência de pertencimento. Assim, o sujeito, desprovido de uma constituição, materializa-se como um inconveniente tanto para a sociedade que ele abandona, quanto para a sociedade que o recebe, trazendo à tona a necessidade de se reconsiderar os movimentos de repulsa fundamentados no discurso de manutenção de uma *essência nacional*.

Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo”

de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita embaraço;[...] Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre Estado e a Nação ou nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a repensar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não, de “raça”) [...] (SAYAD, 1998, p. 11-12).

Segundo dados divulgados pela International Organization for Migration (IOM), o número de imigrantes internacionais atingiu a marca de 272 milhões de pessoas em 2019, o que representa 3,5% da população mundial, superando a estimativa para 2050, que era da ordem de 2,6% ou 230 milhões. Desde 1970, os Estados Unidos são o principal destino de imigrantes internacionais, seguidos pela Alemanha. A Índia é o país com o maior número de emigrantes, seguida pelo México e China, que ocupa a terceira posição. O deslocamento causado por conflito, violência e outros fatores permanece em um patamar jamais antes visto, sendo a Síria o país com o maior número de pessoas deslocadas (IOM, 2020), já que mais de 30% da população deixou o país diante da guerra civil que já dura 10 anos.

Nos últimos anos, houve um aumento substancial na porcentagem de migrantes por deslocamento forçado em relação ao número de imigrantes espontâneos. Assim, entre 2010 a 2017, a porcentagem de refugiados e solicitantes de asilo superou os 8%, enquanto entre 2010 a 2019, o número de imigrantes espontâneos esteve abaixo de 2%. Por deslocamento forçado entendem-se os fluxos migratórios em que cidadãos são compelidos a deixar seus países em função de guerras, conflitos e perseguições, razões que, até o fim de 2019, haviam deslocado 79,5 milhões, o que representa 1% da população mundial. O crescimento anual, quando comparado ao ano anterior, na ordem de 8,7 milhões, é reflexo de duas grandes tendências: a primeira está associada ao deslocamento originário da República Democrática do Congo, Iêmen e Síria. Já a segunda refere-se ao fluxo emigratório da Venezuela, em que grande parcela dos imigrantes não se encontra na situação de refugiados ou solicitantes de asilo² (UNHCR, 2020), o que os coloca em situação de maior vulnerabilidade.

² É importante distinguir os termos *migrante* e *refugiado*. Segundo a ACNUR (ACNUR, 2019b, p. 13), “O que os diferencia é o motivo do deslocamento. No caso do refugiado, ele é forçado. Permanecer no país de origem representa risco à própria vida, uma ameaça grave, um temor fundado de perseguição; para os demais migrantes, pelo menos em tese, não existe necessariamente um risco à

Devido à grave crise econômica, política e social, associada às inúmeras denúncias de violação aos direitos humanos, a Venezuela vivencia um aumento vertiginoso no fluxo de saída do país: desde o final de 2015 até meados de 2019, o número de refugiados e migrantes venezuelanos subiu de 695 mil para 4 milhões, de acordo com a Agência da ONU para refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o que coloca os venezuelanos entre um dos “maiores grupos populacionais deslocados de seu país” (ACNUR, 2019a). Dessa forma, estabeleceu-se no continente americano um fluxo transfronteiriço jamais antes visto em sua história recente, provocando um deslocamento da crise humanitária da Europa para a América do Sul. Entretanto, o fato de a Venezuela não se encontrar em uma guerra civil e possuir as maiores reservas comprovadas de petróleo traz contornos muito particulares à crise humanitária instaurada no país (TORRADO, 2019).

Entre os destinos mais procurados pelos emigrantes venezuelanos encontravam-se Colômbia, Peru, Chile, Estados Unidos e Panamá, respectivamente (ACNUR, 2019a). O Brasil não figurava entre esses países; entretanto, segundo dados do IBGE, a população venezuelana vivendo no país aumentou em 3000% entre 2015 e 2018 (SILVEIRA, 2018). No país, a porta de entrada é a cidade fronteiriça de Pacaraima, no estado de Roraima, onde, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encontravam-se 99% dos imigrantes venezuelanos no Brasil em 2018, concentrados nas cidades de Pacaraima e Boa Vista (IBGE, 2019), o que transformou a região da fronteira em uma zona de intensos conflitos. Diante do intenso afluxo migratório, em 2020, o Brasil tornou-se o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina (ACNUR, 2020).

Como resultado do crescente fluxo migratório no estado de Roraima, abrigos ficaram superlotados, obrigando imigrantes a dormir ao relento. Além disso, destaca-

sua vida ou integridade física caso retornem à sua terra natal.” Dessa forma, os venezuelanos não se enquadrariam nos requisitos exigidos para a solicitação de refúgio. Entretanto, em maio de 2019, a ONU divulgou uma nota em que afirmava a necessidade do reconhecimento da *condição de refugiado* aos venezuelanos, devido à grave crise a qual o país enfrenta, orientação acatada em junho de 2019 pelo Conare, Comitê Nacional para os Refugiados no Brasil, órgão responsável por receber e avaliar os pedidos de refúgio solicitados no país (VIDIGAL, 2019). A medida viabiliza a adoção de um procedimento simplificado para a concessão das solicitações, já que, sendo reconhecido como *refugiado*, cidadãos estrangeiros passam a ser amparados por um sistema de proteção legal concedido pelo Brasil. Neste trabalho, a opção pelo uso do termo *imigrante* ou *imigrante venezuelano* é utilizada de forma genérica ao se referir *àquele que vem de outro país*.

se a pressão sobre os serviços públicos, especialmente no que tange ao sistema educacional e de saúde e relatos sobre o aumento da criminalidade causado pela presença dos estrangeiros. A competição por espaço e recursos mostrou o lado mais primitivo dos seres humanos e casos de xenofobia/aporofobia se sucederam, praticados tanto por parte de cidadãos comuns, que buscaram através das próprias mãos rechaçar o invasor, como por meio de autoridades, através de dispositivos políticos. A questão da xenofobia/aporofobia vai além e serve como pano de fundo para disputas políticas, além de colocar em xeque a premissa que tem o Brasil como país acolhedor.

Apenas em fevereiro de 2018, como forma de gerir o alto fluxo de imigrantes que aportavam na região, o governo federal cria a força-tarefa humanitária Operação Acolhida, sob coordenação do Exército Brasileiro e com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil. O instrumento é orientado por três etapas de atuação: ordenamento, acolhimento e interiorização. Durante o ordenamento, os imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil pelo Estado de Roraima passam por um processo de identificação, imunização e regularização migratória. Através desta etapa, é feito um controle de entrada no país e os imigrantes recebem documentação que assegura direitos no Brasil, como CPF e carteira de trabalho. No acolhimento, os imigrantes recebem assistência em um dos abrigos oferecidos pelo governo (BRASIL, 2021).

Já o processo de interiorização, último eixo a ser contemplado pela Operação Acolhida, busca desafogar a região fronteiriça mediante realocação voluntária dos imigrantes venezuelanos para outros estados do Brasil. É considerada pelo governo federal a principal estratégia da força-tarefa no tocante à reinserção socioeconômica dos cidadãos, bem como à diminuição da procura por serviços públicos no Estado de Roraima, sobrecarregados pela alta demanda (BRASIL, 2021). A interiorização pode ser entendida ainda como um meio de integração local, de caráter durador, em que os refugiados têm a oportunidade de recompor suas vidas (ACNUR, 2021), a partir de iniciativas oriundas dos países anfitriões.

Embora definida pelo governo federal como uma operação de cunho humanitário, a Operação Acolhida apresenta um viés securitizador, na medida em que se encontra sob o comando das Forças Armadas, mais especificamente do Exército Brasileiro, atuando, dessa forma, como um instrumento de controle da fronteira terrestre. Além disso, ocorrem concomitantemente à Operação Acolhida, a

Operação Controle e Tucuxi, que visam coibir ações ilícitas na região de fronteira e dar suporte a outras medidas de ordenamento fronteiriço. Na conjuntura de sua concepção e ação, a Operação Acolhida funciona como um instrumento que busca “transmitir uma sensação de segurança à população brasileira” (SILVA, 2020, p.103).

Apesar de ter sido afirmado pelas autoridades estaduais que a imigração venezuelana transformaria Roraima no “pior estado do Brasil”, segundo o *Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa sobre os impactos no Estado de Roraima*, decorrentes da crise de deslocamento venezuelana (FERREIRA, 2019), dados oficiais mostram uma melhora em índices analisados no período que coincide com a chegada dos imigrantes ao país. Segundo o estudo *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*, realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima cresceu 2,3% entre 2016 e 2017, associado à chegada dos venezuelanos, o que demonstra um crescimento acima da média dos demais estados (1,4%).

Houve também um aumento de 25% na arrecadação via ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019, já que os venezuelanos, que sofrem com o desabastecimento de itens básicos em seu país, vão até a cidade de Pacaraima fazer compras, desenvolvendo, dessa forma, o comércio local. Quanto ao grau de diversificação econômica, foi observado um aumento em torno de 8%, assim como um crescimento no comércio varejista, especialmente nos anos de 2018 e 2019, não sendo equiparável aos demais estados. Entretanto, em contraposição à tendência observada no restante do país, a taxa de desemprego aumentou substancialmente em 2018 e 2019, não sendo possível afirmar se o dado reflete a inclusão de imigrantes que chegam ao país desempregados (FGV, 2020).

Diante deste cenário, observou-se que a chegada massiva dos imigrantes venezuelanos à cidade de Pacaraima, acompanhada de uma resposta ineficiente por parte do governo federal no que tange ao acolhimento desses cidadãos, fez com que a população local se sentisse preterida em detrimento ao atendimento às demandas dos imigrantes, o que fez com que fosse atribuída à presença dos venezuelanos a responsabilidade pela ineficácia dos serviços e pelo sentimento de insegurança, o que serviu como propulsor a atos xenofóbicos/aporofóbicos. Esse

sentimento crescente na população foi endossado pelo discurso político, que responsabilizava os imigrantes venezuelanos pelos problemas que acometiam a população, assunto que será discutido na próxima seção.

2.7 DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO: MAPEANDO OS DISCURSOS DA LEI

No que tange à proteção aos direitos humanos, parte-se, de forma mais abrangente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada no período pós Segunda Guerra Mundial, em 1948 (ONU, 1948), e chega-se, de forma mais específica, àquela que ampara o migrante. Ainda em 1951, foi promulgada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951, p.1) que afirmava ser “desejável rever e codificar os acordos internacionais anteriores relativos ao estatuto dos refugiados e estender a aplicação desses instrumentos e a proteção que eles oferecem por meio de um novo acordo”.

Esta convenção é implementada no Brasil através da lei nº 9.474, de 1997 (BRASIL, 1997, p. 2) e estabelece, no art. 7º, § 1º que: “Em hipótese alguma será efetuada sua deportação [do estrangeiro] para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.” Já a lei nº 13.445, de 2017, que institui a Lei de Migração (BRASIL, 2017) rege a política migratória através de princípios e diretrizes previstos no art. 3º, entre eles:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

No art. 4º da referida lei, que garante ao migrante “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”, é também assegurado: “VIII- o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social [...]”, “X - direito à educação pública [...]” e “XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional [...]. Entretanto, o que se observou com a chegada massiva dos imigrantes venezuelanos à cidade de Pacaraima, acompanhada de uma resposta ineficiente no processo de interiorização desses cidadãos, foi a precarização dos serviços públicos, especialmente no que

tange à saúde, educação e segurança pública. Não é difícil imaginar que a população local tenha se sentido prejudicada diante deste cenário, responsabilizando assim os imigrantes pela precarização dos serviços e pelo sentimento de insegurança, o que se tornou um combustível ao discurso e atos xenofóbicos/aporofóbicos.

Tal posicionamento foi corroborado e ganhou respaldo por parte do poder público. Como exemplo, pode ser citada a Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121) de 2018, ação proposta pelo Estado de Roraima e resultante da insatisfação diante das medidas provisórias adotadas pelo governo brasileiro na gestão do fluxo migratório. A partir da retórica xenofóbica, o governo estadual responsabiliza os venezuelanos por uma série de problemas que acometem o estado de Roraima, ainda que muitos deles sejam anteriores a chegada dos imigrantes. Entre as solicitações da ACO, estavam o fechamento temporário da fronteira entre Brasil e Venezuela e a limitação do ingresso de refugiados venezuelanos. Entretanto, tais medidas configuram-se como inconstitucionais, à medida que vão de encontro à Constituição Federal de 1988. Ademais, ferem o princípio da “Proibição de expulsão ou rechaço”, contido na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), que o Brasil implementou através da Lei de Refúgio de 1997 (BRASIL, 1997), assim como da nova Lei de Imigração de 2017 (MILESI; COURRY; ROVERY, 2018)

Além da ACO 3121, no ano de 2019, foi elaborado um relatório pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, cujo conteúdo afirmava que, se os “impactos da migração venezuelana não fossem remediados a tempo, Roraima seria transformado no 'pior Estado do Brasil' (FERREIRA, 2019). O relatório versa sobre o estado de “insegurança generalizada”, afirma que “vários brasileiros já foram assassinados por venezuelanos”, além de discorrer sobre saúde e educação, afirmando que, nestas esferas, as vagas disponíveis “deveriam ser ofertadas a brasileiros” (COMIRR, 2019). Tal documento foi duramente criticado pelo Comitê para Migrações de Roraima, que vê na ação uma forma de instigar o medo e o preconceito e de eximir os parlamentares de Roraima “de suas responsabilidades de garantia dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou nacionalidade (ibid., 2019)”.

Diante do exposto, observam-se sentidos moventes no que tange aos instrumentos jurídico e político referidos acima e que tratam sobre o imigrante e o refugiado, pois tanto legitimam a condição de vulnerabilidade e concedem direitos a

esses cidadãos, como legitimam a condição de invasores e exigem medidas urgentes contra os responsáveis pela instabilidade social instaurada. Dessa forma, um ponto a ser questionado sobre os sentidos que os instrumentos legais e políticos expostos acima suscitam: que imagem do imigrante é constituída a partir dos mecanismos jurídicos que os definem e os protegem e perante a ACO 3121 e ao relatório elaborado pela Comissão de *Direitos Humanos* da Assembleia Legislativa, que os estigmatizam e os repelem?

Neste ponto, cabe destacar Orlandi (2008) quando afirma que afirma que, como resultado da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, emerge a forma- sujeito- histórica, o sujeito moderno. Este sujeito é delimitado pela ordem capitalista em *sujeito jurídico*, e, portanto, passa a gozar de “direitos, deveres e [...] livre circulação social”. Como efeito da individualização ao qual é submetido pelo Estado, o indivíduo passa a ser “ao mesmo tempo responsável e dono da sua vontade” (ibid., p. 297), o que lhe garante, de alguma a forma, a ilusão de controle. Segundo a autora, é também reflexo do sistema econômico vigente, da ordem social burguesa, o estabelecimento de Pactos, Declarações, que visam a solucionar problemas criados pelo próprio sistema, já que é a diferença que mantém coesa a relação entre dominantes e dominados. Ou seja, o sistema cria os problemas e *formas* de administrá-los.

Através dos dispositivos jurídicos como a Constituição Federal de 1888, a Lei nº 9.474, de 1997 e a Lei nº 13.445, de 2017, o Brasil assume o compromisso legal de amparar o imigrante que chegue ao seu território e aqui permaneça. Entretanto, o que se observou em Roraima foi a intransigência do governo estadual, que buscou despojar os imigrantes dos direitos a eles assegurados pelo Estado brasileiro, de forma a *institucionalizar* a xenofobia/aporofobia, o que contribui sobremaneira para a construção de um sentimento de aversão aos estrangeiros, e, por conseguinte, o estabelecimento de um discurso de ódio voltado a estes cidadãos. A partir de documentos como a ACO 3121 e o relatório elaborado pela Comissão de ***Direitos Humanos*** da Assembleia Legislativa, sentidos outros emergem no contexto migratório, que acionam a imagem do imigrante como uma ameaça de diferentes ordens à população brasileira.

Como observado, o primeiro capítulo ofereceu um panorama das condições de produção dos discursos que serão objeto de análise deste estudo. Devido à chegada massiva de imigrantes venezuelanos em Roraima, tornou-se imprescindível

uma resposta eficaz por parte dos governos, de forma a garantir a acolhida humanitária destes cidadãos, o que não foi observado. Dessa forma, a aversão ao imigrante venezuelano por parte do cidadão brasileiro passa a ser o cerne do conflito migratório, sendo materializada na língua a partir do estabelecimento de uma prática discursiva xenofóbica e aporofóbica, amplamente sustentada pelo discurso político. No capítulo subsequente, serão considerados os pressupostos teóricos da Análise do Discurso pecheuxtiana que serviram como aporte teórico às análises, visando a compreender, entre outras questões, a ideologia enquanto constitutiva de toda prática discursiva.

3 AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

3.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E A IDEOLOGIA

A Análise do Discurso pecheuxtiana (AD), doravante AD, nasce no final dos anos 1960, na França, a partir das postulados teóricos de Michel Pêcheux, em contraposição à tradição estruturalista vigente, cuja análise centrava-se na “descrição dos arranjos textuais discursivos” em detrimento à “produção de interpretações” (PÊCHEUX, 1997a, p. 44). A tendência que consolidou a linguística enquanto ciência, ao excluir o sujeito e atribuir ares matemáticos às análises, apesar de dominar os estudos linguísticos por longo período, passa a perder força a partir da recepção das ideias que alocam o sujeito ao centro da discussão.

Assim, o surgimento da AD rompe com uma conjuntura política e epistemológica consolidada à época, ao definir um objeto de análise, o *discurso*, em oposição à visão imanentista, centrada na análise da língua enquanto estrutura. Entretanto, o discurso é entendido pela AD como um objeto- fronteira, uma vez que este se configura nos contornos de grandes áreas do conhecimento, o que lhe atribui, ao mesmo tempo, uma materialidade linguística e uma materialidade histórica (FERREIRA, 2010).

Dessa forma, o ponto- chave para a compreensão do arcabouço teórico da AD é sua articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, o que a configura enquanto *disciplina de entremeio*. Neste sentido, no ponto de intersecção, convergem três regiões do conhecimento (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163). São elas:

1. o *materialismo histórico*, como teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia;
2. a *linguística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. *teoria do discurso*, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos

Entretanto, é importante destacar que os conceitos que integram a AD advindos de outras áreas do saber, deixam de possuir os sentidos estritos as suas teorias-mãe e passam a integrar às particularidades que singularizam a AD enquanto disciplina de entremeio. E é nesta zona de contato com disciplinas adjacentes que se edifica a Análise do Discurso pecheuxtiana, e de onde se dá a construção de um novo objeto de análise e o estabelecimento de procedimentos analíticos próprios. Em uma dessas áreas de contato, encontra-se o Materialismo Histórico, uma vez que, para a AD, a história atua na língua e nos processos de constituição de sentido. É a partir desta interface que se estabelece um eixo básico constitutivo da AD: a relação entre linguagem e ideologia (FERREIRA, 2010).

Assim, é essencial mencionar as contribuições de Louis Althusser à constituição do quadro teórico da AD, já que é a partir da matriz althusseriana que Michel Pêcheux reelabora os conceitos de ideologia e assujeitamento. Para tanto, é preciso ainda retomar a filiação teórica de Althusser ao marxismo. A partir de sua leitura acerca do Materialismo Histórico, proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, Althusser o define como a ciência da História, que se apresenta como um continente científico (CUTRIM; MARQUES, 2017) devido à robustez de sua arquitetura e as possibilidades de desdobramento teórico.

Althusser define os *modos de produção*, em sua constituição e transformações ao longo da história, como o objeto do Materialismo Histórico (CUTRIM; MARQUES, 2017, p. 119). Assim, entende-se que no centro da teoria encontra-se o *modus operandi* do sistema capitalista: sua estruturação baseada em um sistema de classes; logo, a ideologia adentra o quadro epistemológico da AD em sua relação à ordem econômica. Dessa forma, a ideologia pode ser definida como a visão de mundo dos indivíduos a partir da classe social que ocupam (GREGOLIN, 1995) ou ainda a forma como esta classe apreende o funcionamento da sociedade da qual faz parte. É partir deste conjunto de representações que ela passa a significar. Segundo Pêcheux (1995, p. 160):

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Embora Pêcheux tenha reinterpretado as teorias propostas por Althusser, é importante destacar que “a ideia althusseriana de ‘lutas de classe na teoria’ perpassa todo o trabalho de Pêcheux” (CESÁRIO; ALMEIDA, 2009, p. 2). Ainda, destaca-se também a contribuição dada por Althusser à teoria marxista do Estado: os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). É a partir do conceito de AIEs e de assujeitamento que Pêcheux constrói a ideia de sujeito que, interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, não é fonte nem origem do dizer (ibid., 2009). Dessa forma, o sujeito, antes excluído das análises linguísticas, é conduzido ao centro no processo de produção de linguagem. Agora, os sentidos que ele produz estarão relacionados ao lugar que ele ocupa socialmente em uma estrutura de classes.

Para entender melhor a ideia de sujeito interpelado pela ideologia, é preciso adentrar na concepção de AIEs. Segundo a teoria althusseriana, os Aparelhos Ideológicos de Estado estão ao lado do Aparelho Repressivo de Estado. O traço fundamental que os distingue é a forma como atuam: o Aparelho Repressivo funciona “maciça e predominante pela repressão (inclusive repressão física), e secundariamente, pela ideologia”, enquanto os AIEs agem “maciça e predominante pela ideologia”, e, secundariamente, pela repressão, ainda que velada, ou até mesmo simbólica. E ambos encontram-se submetidos à *ideologia* da classe dominante. A este ponto, Althusser (1996, p. 116) faz a seguinte declaração:

[...] a ideologia pela qual eles [AIEs] funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da “classe dominante”. Dado que, em princípio, a “classe dominante” detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em quem em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições.

São, portanto, o Aparelho Repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado os responsáveis por assegurar a reprodução das relações de produção. O primeiro o faz através da força, garantindo as “condições políticas de reprodução das relações de produção”, (ALTHUSSER, 1996, p.118) que são as relações capitalistas de exploração, como também propicia a atuação dos AIEs. De fato, são os AIE's, através da ideologia da classe dominante, que detém o poder estatal, os grandes responsáveis pela manutenção das relações de produção, sob o ‘escudo’

fornecido pelo Aparelho Repressivo de Estado. É no seio de um modo de produção dominante que nasce uma Formação Social, lugar de onde os sujeitos enunciam.

Tem-se, então, que a linguagem produzida por sujeitos que, imprescindivelmente, ocupam lugares sociais, reproduz as relações de produção, e que, por isso, é o espaço de atuação da ideologia. É a partir desta nova perspectiva, da possibilidade de um olhar que se volta para a materialidade linguística forjada no interior de práticas materiais, que, por sua vez, estão submetidas à ideologia dominante veiculada pelos AIEs, que Pêcheux irá conduzir o estabelecimento do quadro epistemológico da Análise do Discurso pecheuxtiana. Dessa forma, a linguagem é entendida enquanto espaço de materialização da ideologia.

3.2 SUJEITO, SENTIDO, RESISTÊNCIA E LÍNGUA

Além do Materialismo Histórico althusseriano, é preciso incluir a Psicanálise lacaniana no quadro epistemológico da Análise do Discurso pecheuxtiana, já que desta abordagem advém contribuição fundamental para a concepção de sujeito em AD. É importante destacar que, tanto para psicanálise quanto para o campo discursivo, o sujeito não está posto, não é dado *a priori*, mas constitui-se mediante a linguagem, sendo, portanto, compreendido, enquanto *efeito de linguagem* (FERREIRA, 2010). Assim, o sujeito submete-se à língua para significar, e, consequentemente, para instituir-se.

A partir da teorização acerca do inconsciente proposta por Freud, a ideia de sujeito homogêneo sofre uma ruptura. Logo, o sujeito deixa de ser uno, e passa a ser concebido como heterogêneo, fragmentado entre consciente e inconsciente. Entretanto, as ideias de Freud vinham sofrendo uma mudança de direção que as impunham ares científicas, o que poderia comprometer o desenvolvimento da noção de “sujeito do inconsciente”. É a partir da leitura que o psicanalista Jacques Lacan faz de Freud, fundamentada nos princípios da linguística saussuriana, que os estudos sobre o inconsciente sofrem um realinhamento (ibid., 2010).

Assim, para Lacan, o inconsciente está disposto como uma linguagem, em que significantes superpostos uns aos outros intervêm no discurso, de modo com que este seja sempre afetado pelo discurso do Outro, aquele que habita o inconsciente (MUSSALIM, 2006). Assim, o sujeito funciona como um elo em uma rede de significantes, pois a ele cabe o papel de conectar os significantes, o que lhe

confere, portanto, uma *natureza intervalar*: o sujeito situa-se entre os significantes, amarrando- os uns aos outros (FERREIRA, 2010). É a partir dessa concepção que o sujeito da AD passa a tomar forma, já que para Pêcheux a ideia de sujeito centrado e homogêneo não se sustentava.

Dessa forma, este novo sujeito que surge, forjado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, é clivado e assujeitado, tanto ao seu próprio inconsciente quanto ao contexto sócio-histórico no qual ele se insere. O discurso é sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. E o inconsciente é o lugar do impalpável, do desconhecido. É a morada do Outro, a partir do qual o sujeito se configura. Neste ponto, não é possível atribuir ao sujeito algo que lhe seja elementar, uma vez que ele só é definido a partir de sua relação com os tantos outros discursos que povoam o inconsciente. Assim, o sujeito não tem o controle sobre o que diz. Ele enuncia o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa em uma formação social e devido a sua filiação a um conjunto de saberes específicos.

O sujeito, segundo Lacan, se encontra no ponto de intersecção entre *ideologia, linguagem e inconsciente*, sendo, portanto, afetado pelas três ordens. Em contrapartida, deixa em cada uma delas um elemento de incompletude, representados pela *contradição*, pelo *equivoco*, e pelo próprio *inconsciente*, respectivamente. Assim, a questão da *falta* se manifesta como elementar ao quadro teórico do discurso, já que é a através *desta lacuna*, destes *espaços vazios* que se abrem em possibilidades, por onde o sentido desliza (ibid., 2010). A *falta* é o componente que dissolve a estrutura de uma língua supostamente fechada e estável, de um sujeito no controle do dizer e de um sentido que é dado previamente. Assim, é através *dessas lacunas* que os sentidos transbordam, nos interstícios de uma língua instável e por meio de um sujeito cindido e assujeitado.

Na busca pelas brechas, falhas e deslizamentos constitutivos de uma língua instável e opaca, o lugar da incompletude da linguagem dá origem ao “lugar do impossível (nem tão impossível) e do não sentido (que faz sentido)” (FERREIRA, 2000, p. 24). É daí que surge o conceito de *resistência*, isto é, a forma de observar os apagamentos ideológicos presentes na língua, o que significa não apenas a ruptura a um dizer hegemônico, mas também a possibilidade de estabelecer outros sentidos.

A partir do conceito de resistência, observa-se que o sujeito da AD é forjado na contradição de não ser totalmente livre nem totalmente determinado, já que a

ideologia também se abre em ruptura, condição que não a impede de atuar. Portanto, ao subsistir ao discurso dominante, o sujeito subverte a ordem vigente, instaurando o embate contra saberes que interditam sentidos que a eles se opõem, como forma de apagá-los. Assim, é pelas fissuras do dizer hegemônico, previamente estabelecido e logicamente estabilizado, que a resistência se materializa e faz ecoar na história sentidos- outros. Por este fato, segundo Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 16) a resistência deve ser analisada “na contradição entre a sujeição ao poder e a luta contra o poder”.

Enquanto *efeito de linguagem*, o sujeito acredita que expressa, através da língua, sua completude, sua integralidade, característica intrínseca ao *sujeito desejante*: crer na entrega de sua totalidade, através da transparência da língua e da singularidade do seu dizer. Entretanto, o que ele manifesta marca exatamente sua incompletude, essência do sujeito discursivo, que, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, não é fonte nem origem do dizer. Ele confia à língua o papel de ser a emissária de sua completude. Entretanto, o que ela faz é o inverso, pois afetada pela historicidade, nada nela está posto previamente, e tampouco se mostra evidente. A língua não é um suporte para a verdade, ilusão do *sujeito desejante*. Ela é apenas o meio pelo qual muitos sentidos se tornam possíveis.

Neste ponto, é importante destacar que para a AD, o estabelecimento do sentido é algo essencialmente histórico, atrelado à memória. O sentido não existe em si. É, pois, estabelecido pelas posições ideológicas, sendo fruto da relação determinada do sujeito com a história. Desta forma, a concepção de um sentido prévio e verdadeiro não se sustenta, pois há de se considerar as condições de produção que engendram os discursos. Portanto, é imprescindível que seu modo de funcionamento seja associado à exterioridade, o que inclui a conjuntura sócio-histórica de sua produção, ao lugar social de onde o sujeito enuncia e a gama de formulações pré-existentes (INDURSKY, 1998, p. 12).

Dessa forma, os efeitos de sentido ancoram-se em uma língua fadada ao equívoco, à falha, ao deslize, em que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 53). E dizer que a língua é sujeita à falha significa dizer que no cerne desta falha encontram-se os atravessamentos, que fazem com que, na língua, tudo fuja à obviedade. Os sentidos fogem à língua, uma vez que são extrínsecos a ela, sendo a língua apenas a

materialidade concreta através da qual os sentidos podem ser experienciados. Cada sujeito que a vivencia será afetado por ela e pelos efeitos de sentidos mobilizados, em função do atravessamento ideológico ao qual está submetido.

Assim, rompe-se com o pretense efeito de transparência da língua, voltando-se o olhar a sua opacidade. Com base no que precede, a AD se propõe a um gesto de interpretação, de modo a identificar “pontos de deriva possíveis” a partir de um enunciado: o discurso- outro. Portanto, a língua de que trata a AD mostra-se instável e heterogênea, cuja opacidade exige o (des)velamento de mecanismos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos. Sua aparente transparência dá lugar à polissemia, a um sentido que não nasce com seu autor e que foge à obviedade. Daí a necessidade de interpretar, de buscar as condições de produção dos discursos, de considerar a exterioridade como mecanismo de produção de sentido.

3.3 TEXTO E DISCURSO

O processo analítico em AD parte do exame do texto, unidade de análise. Considerando a sua contrapartida, o discurso, à medida que o texto se abre a possibilidades de leitura, desvelam-se as falhas, os deslizamentos que permitem novas formulações, e que, dessa forma, mostram o processo de textualização do discurso (ORLANDI, 2001). É através do texto que se acessa o discurso, o texto é a via pelo qual se atinge o processo discursivo. Nas palavras da autora (ibid., p. 67),

O texto mostra como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias da enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, ‘falando’.

Orlandi fala ainda sobre essa relação dita “imperfeita” entre texto e discursividade, na medida em que as inúmeras possibilidades de leitura materializam-se enquanto textualidade. Segundo a autora, as palavras não carregam significados; é o texto que significa a partir de sua textualidade, que por sua vez é fruto da relação entre texto e exterioridade. Se uma palavra emana significado, é porque possui textualidade, é porque está atrelada a um discurso que lhe ancora o significado e que lhe permite significar. Assim, o texto não é uma unidade fechada, ainda que, como objeto de análise, possa ser entendido como uma

unidade integral, como um todo significativo, já que é engendrado a partir de “sua relação com outros textos, bem como a partir de sua exterioridade constitutiva, o interdiscurso, e sob condições de produção específicas, que incluem os sujeitos e a situação” (ORLANDI, 2012, p. 112).

Partindo-se da premissa de que os sujeitos enunciam a partir dos lugares sociais os quais ocupam e que daí emergem os efeitos de sentidos, não é difícil supor que a ideia de língua homogênea vá de encontro à visão discursiva de língua. Assim, se os sentidos não podem ser apreendidos a partir da superfície da língua, e tampouco são produtos intencionais dos sujeitos, pois são inerentes ao lugar que os sujeitos ocupam em uma estrutura de classes, é fato que os sentidos não estão impressos na materialidade da língua. Há de se considerar a exterioridade.

Desse modo, surge um novo objeto de análise que permita a compreensão da produção de sentidos: o discurso. Segundo Gregolin (1995, p. 17), o discurso é compreendido “como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu.” Caberá ao analista remeter a língua à sociedade, via história e ideologia. Portanto, o que distingue texto de discurso é justamente esse universo circundante do qual o discurso emerge, uma vez que ele não está *escrito* apenas na materialidade em que se dá a conhecer, mas está *inscrito* também na história.

Sobre o discurso, Pêcheux afirma que o objeto de análise da AD opera um “descentramento na própria linguística”, uma vez que o que se tinha na tradição linguística era uma análise voltada para a estrutura da língua, ancorada em um sistema de diferenças (ORLANDI, 2012, p. 112). Agora, o que se encontra no centro de análise é um objeto sócio-histórico-ideológico, que se manifesta a partir de condições de produção específicas. Destrinchando esse objeto, surge um conceito caro à AD: a historicidade. Para além de um mero reflexo ou transposição de acontecimentos materiais para o interior do texto, a historicidade é posta através da inscrição da exterioridade no texto (ibid., 2012). Assim, Orlandi explica que não se trata da história cronológica que de alguma forma transparece no texto, ou da identificação de traços no texto que remetam a fatos históricos concretos, mas a forma como a materialidade linguística produz sentido.

Em suma, o discurso possui como materialidade específica a língua, enquanto esta opera como materialidade específica à ideologia. Dessa forma,

entende-se que o discurso articula língua e ideologia. A língua, enquanto *palco* dos sentidos, é a via pela qual se dá o acesso à ideologia, que, por sua vez, institui os sujeitos e os sentidos. O sujeito, atravessado pela ideologia, entende ser origem do seu dizer, assim como crê na univocidade do seu dizer. Contudo, devido à opacidade da língua, a busca pelos sentidos que nela estão a *pulsar* se dá por um caminho mais tortuoso, em que estão imbricados sujeito, língua, ideologia e historicidade. Por essa razão, os discursos estão permanentemente em aberto, à espera de movimentos interpretativos que lhe suscitem os sentidos.

3.4 O INTERDISCURSO E AS FORMAÇÕES- IMAGINÁRIAS, IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS

As condições de produção das quais emergem os discursos são parte constitutiva dos sentidos que estes suscitam, o que significa dizer, que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos. Acerca deste ponto, Haroche *et al.* (2007, p. 3) afirmam que “... o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”. Dessa forma, o discurso deve ser pensado a partir do contexto sócio-histórico sob o qual é concebido. E é por essa razão que o discurso, objeto da AD, não se confunde com o texto, uma vez que a materialidade discursiva é produto da relação entre língua e ideologia. Assim, as condições de produção estabelecem a situação enunciativa vivenciada pelo sujeito a partir da posição ocupada por este em uma estrutura de classes e, concomitantemente, a sua filiação a saberes específicos.

Orlandi (2010), ao tratar sobre as condições de produção, as relaciona, de forma geral, aos sujeitos, à situação e à memória. Em sentido estrito, tem-se o contexto imediato de produção dos discursos, enquanto em sentido amplo, atuam o contexto sócio- histórico e ideológico. Quanto à memória, ou interdiscurso, o conceito de “nuvem”, que Pruinelli (2018) toma emprestado da área da Informática parece bastante esclarecedor. Assim, segundo a autora, a *nuvem*, como metáfora do interdiscurso, funciona como local não físico de estocagem de dizeres/sentidos, um banco de dados dos já ditos, em que sujeito acessa, e, a partir dele, recorta, via memória, os dizeres/ sentidos que lhe afetam, de modo a produzir sentidos sobre aqueles já pré- estabelecidos ao se filiar à determinada Formação Discursiva. Esse

acesso à nuvem, contudo, é feito de forma maquinal, automatizada: o sujeito não tem consciência deste retorno aos já ditos, tampouco do processo de *restauro* dos dizeres implicado no ato de significar.

A nuvem, pois, armazena tudo que já foi dito, em outros lugares, por outros indivíduos, em outras situações, e possibilita com que novos sentidos ascendam ao serem incorporados àquilo que é dito em um dado momento, o intradiscurso. A esse respeito, Orlandi (2010) menciona que Courtine (1984) segmenta o dizer em dois eixos: o eixo vertical, representado pela ordem do dizível, ou seja, o espaço que comporta o já dito, o interdiscurso; e o eixo horizontal, dimensão da formulação, daquilo que está sendo dito, o intradiscurso, intrinsecamente relacionado ao eixo do interdiscurso.

Segundo Pêcheux (1997b, p. 82), os processos discursivos são determinados por “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Sustentados pelas Formações Imaginárias, das condições de produção emergem modos de funcionamento, descritos por Orlandi (2010). Um deles é a *relação de sentidos*, no qual um discurso aponta para o outro, em um movimento de retroalimentação: não há um começo nem um ponto final. Assim, todo discurso é uma fração de um processo discursivo mais amplo no qual ele está inserido. A produção de sentidos é entendida enquanto um sistema cíclico, em que os elementos de significação são conectados uns aos outros pelos sujeitos, sem que seja possível determinar a origem e/ou o fim. Há ainda o *mecanismo de antecipação*, no qual o sujeito, ao prever o efeito que pensa causar em seu locutor, adéqua o seu dizer. A *antecipação* funciona como um mecanismo regulatório da argumentação, uma vez que, a partir desta *previsão*, são feitas escolhas argumentativas visando a um fim específico.

Por fim, chega-se às *relações de força*, que se referem ao lugar a partir do qual o sujeito enuncia, algo como o grau de poder que emana a partir desse lugar, resultado de uma sociedade embasada sobre relações hierarquizadas. Assim, entende-se que uma simples “troca de palavras” seja orquestrada por um jogo imaginário: são as imagens projetadas acerca dos sujeitos e dos objetos discursivos que atuam no discurso. Além disso, são essas projeções que permitem o deslocamento entre os *lugares dos sujeitos* para as *posições dos sujeitos* no discurso (ORLANDI, 2010).

Ao encontro do pensamento de Orlandi, e partindo da premissa de que o imaginário estrutura a relação entre ideologia, sujeito e sentido, Tfouni e Grigoletto (2020) afirmam que é via imaginário que o homem estabelece relação com suas condições reais de existência, o que faz com que ideologia e imaginário atuem de forma conjunta no funcionamento discursivo. Entretanto, não há necessariamente uma correspondência entre o lugar social ocupado pelo sujeito e seu discurso. Assim, tanto um trabalhador pode apresentar o discurso de patrão, como uma pessoa fenotipicamente preta pode negar a existência do racismo, ou até mesmo caracterizar o movimento negro como “escória maldita”. Afastando-se da teoria, diz-se que lhe falta “consciência de classe”. Ou seja, ao não compreender o lugar que ocupa na sociedade, ou ao não se identificar com esse lugar, o sujeito filia-se a um outro conjunto de saberes.

A AD refuta que o sentido seja da ordem da língua, mas que é, sim, da ordem das Formações Discursivas (FDs), lugar de onde os sujeitos enunciam. O conceito, proposto por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*, adquire um novo teor a partir do olhar de Pêcheux. Segundo Foucault, as FDs seriam o espaço do repetível, cujo teor incide na regularidade. Assim, uma FD abriga um conjunto de saberes, ou seja, um conjunto de enunciados interligados entre si em função de uma regularidade discursiva, de um princípio de unidade, e que, por isso, constituem um sistema relativamente autônomo. Entretanto, essas FDs seriam compostas por conjuntos de saberes homogêneos, heterogêneos entre si (INDURSKY, 2003).

Já Pêcheux, que inicialmente atribuía às FDs a homogeneidade, reinterpreta o conceito de FD atribuindo a ela um caráter estável no conjunto de saberes que comporta; contudo, sua essência seria passível de uma instabilidade, responsável pela transformação, como reflexo do cunho contraditório de uma FD. Diferentemente de Foucault, para Pêcheux a filiação de um enunciado a uma FD ou outra é função da ideologia. Portanto, é através da ideologia que os contornos de uma FD são definidos. Ainda para o autor, é a contradição que sustenta o teor de uma FD, enquanto um conjunto heterogêneo de saberes, oriundos de outras FDs e do interdiscurso. Dessa forma, uma FD comporta aquilo que lhe é externo, ou seja, que não nasce no seu interior, mas que em um dado momento recebe o *consentimento* para ser manifestado dentro dos seus limites (ibid., 2003).

Assim, como as FDs se entrecruzam umas às outras, esta contradição característica não se deve “ao contraste de homogeneidades antagônicas”. Por

consequente, os contornos das FDs, entendidos enquanto espaço de contato, caracterizam-se como “lugar de conflito, onde jogam forças [...]”, o que permite relacionar heterogeneidade discursiva à contradição social (MITTMANN, 2010, p. 91.) Ao analista, caberá definir os limites, ainda que plásticos, de uma FD, e sua inter-relação com FDs circunvizinhas, opostas ou aliadas à FD dominante, e a forma como estas se relacionam à trama do interdiscurso.

Segundo Pêcheux, o sujeito do discurso, que se insere em uma determinada FD, assume uma *forma-sujeito*. É através da *forma-sujeito* que o sujeito acessa o interdiscurso, ou seja, a *nuvem* que armazena as possibilidades do dizer, seleciona o que lhe interessa e o que cabe à FD que comporta esse discurso, incorporando esses enunciados à ordem intradiscursiva, em um processo inconsciente de retomada e atualização. Já a *posição-sujeito* seria a relação de identificação entre o sujeito enunciador e a *forma-sujeito*. Esta relação se dá em função do processo de interpelação pelo qual a *forma-sujeito* é submetida, de modo a constituir-se como *sujeito ideológico*, que, a depender do grau de identificação com o *sujeito enunciador*, assume uma posição. Assim, a identificação entre *sujeito enunciador* e *sujeito ideológico* resultará na *posição-sujeito*. Diferentes sujeitos enunciadores podem ocupar uma mesma ou diferentes posições (GRIGOLETTO, 2005).

Assumindo a possibilidade de diferentes tomadas de posição dentro de uma FD, devido ao seu caráter contraditório, De Nardi e Nascimento (2016, p. 88) afirmam que a identificação com a forma sujeito “implica resistência tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD ou os negam, provocando rupturas”. Os autores assumem ainda que esse movimento de resistência se estende assim também à contraidentificação ou desidentificação à forma-sujeito, o que faz com que a resistência seja inerente ao sujeito da AD, que ao assumir uma posição, resiste às demais.

Segundo os pressupostos da AD, não há discurso sem sujeito e sujeito que não seja interpelado pela ideologia. E como o sujeito é assujeitado, pois não é livre para ser origem do seu dizer, é através da memória discursiva, do interdiscurso, que ele enuncia aquilo que pode e deve dizer dentro de uma FD, a partir de posições historicamente construídas. Dessa forma, são as Formações Ideológicas (FIs) que estabelecem o teor de uma FD. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), utilizam o conceito de FI

[...] para caracterizar um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui assim um complexo conjunto de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas que se relacionam mais ou menos diretamente com as *posições de classe* em conflito umas em relação às outras.

Deste modo, as FIs constituem-se em função das posições sociais que os sujeitos ocupam em uma estrutura de classes e que entram em *disputa* no jogo discursivo. Assim, entendidas enquanto um conjunto de elementos que compõem uma 'visão de mundo', são as FIs, refletidas nas FDs, que estão em confronto no embate discursivo. Considerando que o sujeito empírico, ou o sujeito enunciador, enuncia a partir do lugar social que ocupa, é somente através da sua filiação aos saberes de uma determinada FD, que por sua vez, é um recorte de uma FI, que ele institui-se enquanto sujeito do discurso, havendo assim um movimento do lugar empírico para a posição discursiva (GRIGOLETTO, 2005).

Em suma, pode-se dizer que a discursividade, produzida a partir da inscrição da língua na história, caracteriza-se pela filiação dos sujeitos e dos sentidos a uma FD, que, por sua vez, reflete no discurso as Formações Ideológicas. As palavras não significam por si, mas sim devido à filiação a uma FD. Ao enunciar, o sujeito adentra ao *sistema* da significação, selecionando da *nuvem*, do interdiscurso, sentidos que lhe afetam, costurando uns aos outros por meio do fio da ideologia. No capítulo subsequente, esses conceitos serão novamente mobilizados, como forma de sistematizar um caminho possível no que tange ao processo analítico em AD.

4 UM PERCURSO ANALÍTICO

4.1 SOBRE A METODOLOGIA EM AD

Com base em Orlandi (2010, p. 59), em AD, há um dispositivo metodológico de interpretação, cujo funcionamento baseia-se em um jogo de contraposições: “o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro”, buscando desvelar, a partir dos sentidos *explícitos*, aqueles que mesmo ocultos, fazem-se presentes. Com base nisso, o processo analítico em AD centra-se na busca por sentidos possíveis a partir da relação entre a materialidade linguística (intradiscurso), e aquilo que se encontra fora da língua, mas que a constitui, a alteridade discursiva (interdiscurso). Dessa forma, rompe-se com a ideia de busca a um sentido verdadeiro, literal, uma vez que a língua não comporta a relação de 1:1 entre discurso e sentido.

Sendo assim, partindo da *superfície linguística*, “o dado bruto”, o primeiro movimento de análise centra-se em “como se diz, o que diz, em que circunstâncias, etc.” (ibid., p. 65), chegando-se ao *objeto discursivo*. Dessa forma, pretende-se desfazer a ilusão ocasionada pelo esquecimento número 2, de que a forma como se diz algo seja a única possível. Construído o *objeto discursivo*, analisa-se o que é “dito nesse discurso e o que é dito em outros discursos, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas” (ibid., p. 65). Nesta etapa, são analisados processos como paráfrase, polissemia e a relação do dizer e não-dizer. Deste movimento interpretativo, são delineadas as Formações Discursivas (FDs) que se sobressaem na prática discursiva a partir de elementos de regularidade que compõem o objeto discursivo.

É importante destacar que uma FD é o lugar do interdiscurso e é ele que relaciona o que é dito com as inúmeras possibilidades de dizer. É o interdiscurso que representa a historicidade, responsável por fazer com que os “sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (ibid., p. 80). Considerando as inúmeras possibilidades do dizer, ao examinar por que se diz x e não y, busca-se compreender a remissão das palavras a sentidos “já realizados, imaginados ou possíveis”, reflexo da presença da história na língua.

Entre os processos analíticos que incidem sobre o *objeto discursivo*, Orlandi (2020, p. 35) contrapõe paráfrase e polissemia como a relação entre o mesmo e o diferente. Para a autora, a paráfrase, enquanto espaço à produtividade, configura um movimento pendular de retorno ao já dito, produzindo assim uma “variedade do mesmo”. Portanto, há uma atualização de um sentido que já ecoou, a partir de sua reinserção no discurso. Já em relação à polissemia, em que impera a criatividade, não há um *continuum* entre sentidos, visto que este processo trabalha no eixo da ruptura ao mobilizar sentidos a partir de uma *quebra de regras*. Através da polissemia, emerge o inusitado, o extraordinário, uma vez que esses sentidos se encontram fora do conjunto dizível de possibilidades. Orlandi ainda afirma que ao observar-se a mídia, a produtividade predomina sobre a criatividade.

Em um segundo movimento de análise, parte-se do *objeto discursivo* para se chegar ao *processo discursivo*. Então, as Formações Discursivas identificadas na etapa anterior são relacionadas às Formações Ideológicas. Dessa forma, é possível constituir “os processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos”. Aqui, a proposta de Orlandi (2010, p. 78) dá especial atenção, ao lado do mecanismo parafrástico, ao efeito metafórico, o próprio deslizamento de sentido.

Esse efeito, que ocasiona a deriva, aponta para a duplicidade do discurso, em que um discurso é relacionado a outro para que faça sentido, ou seja, sempre há uma outra possibilidade que lhe é constitutiva. Esse lugar, do “duplo e uno”, é entendido como a questão ideológica fundamental, ou seja, o espaço dos deslizes de onde emerge o trabalho ideológico. Desse modo, chega-se ao esquecimento número um, ou esquecimento ideológico, que faz com que acreditemos ser a origem do dizer, quando, em verdade, apenas recuperamos sentidos preexistentes (Orlandi, 2010).

Ainda como forma de sistematizar o processo analítico, Ernst-Pereira e Mutti (2011) trazem três conceitos- chave, que, segundo as autoras, encontram-se na intersecção entre linguística, ideologia e sujeito e que estabelecem uma *via possível* no exame das sequências discursivas: a *falta*, o *excesso* e o *estranhamento*. Sobre esses conceitos, Ernst- Pereira e Mutti (ibid., p. 827) afirmam que “[...] numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso” constituem-se como estratégias discursivas que visam a atingir determinados efeitos de sentidos. Entretanto, tais categorias analíticas não

pretendem ser estanques, já que sob elas há inúmeros mecanismos que comportam os modos do dizer e não dizer, a serem desvelados pelo analista.

De acordo com as autoras, *falta*, *excesso* e *estranhamento* devem ser observados tanto na ordem do intradiscurso, da materialidade discursiva, quanto do interdiscurso, da memória discursiva. De forma concisa, a *falta* refere-se àquilo que se omite, como forma de silenciar sentidos *inconvenientes*. Ela consiste tanto na lacuna em nível intradiscursivo, através da omissão de palavras/expressões na cadeia significante, quanto em nível interdiscursivo, através da ausência de elementos previstos em função das condições de produção que engendram tal discurso. A falta, mais do que recurso puramente estético, está associada ao contexto histórico daquele que dela lança mão a fim de construir determinado efeito de sentido (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011).

Diferentemente da falta, o *excesso* refere-se àquilo que transborda do discurso, e tem como intuito ressaltar, deixar em evidência, saberes *oportunos*. Em nível intradiscursivo, manifesta-se através do uso de intensificadores ou na repetição de palavras e/ou expressões na cadeia significante. Quanto ao interdiscurso, a estratégia é alcançada através da constante reiteração de saberes oriundos da memória discursiva. Já o *estranhamento* opera na ordem do inesperado, uma vez que, através desta estratégia, emergem elementos, via intradiscurso e interdiscurso, que contrastam com aqueles que seriam previstos em uma determinada conjuntura. Tais elementos, alocados na cadeia significante, trazem a ideia de não pertencimento à estrutura linear do enunciado, denunciando o embate entre Formações Discursivas (ibid., 2011).

Assim, ao delinear um possível caminho no que tange ao processo analítico em AD, busca-se estabelecer a relação entre a materialidade linguística e os elementos interdiscursivos, imateriais, uma vez que, a partir desta relação, emergem os sentidos que possibilitam aos sujeitos significar. Entretanto, como bem pontuado por Ernst-Pereira e Mutti (ibid., p. 818), a inclinação do analista à teoria proposta por Michel Pêcheux parece “desenvolver uma sensibilidade especial para olhar a linguagem e nela perceber o social”.

É justamente esse olhar que move uma pesquisa que se destina a falar do imigrante, *o sem lugar*, *o deslocado*, *o inclassificável*, ou ainda da aversão que ele suscita. Portanto, fica aqui um questionamento, novamente nas palavras das autoras supracitadas (ibid., p. 819): “Pois então: será que valeria a pena analisar discurso,

se não fosse para entrar em um debate que pensasse modos de viver com mais justiça e, sobretudo, de exercer o direito de inquietar-se, interrogar, participar?” Assim, é justamente neste espaço em que se aloca a presente pesquisa, uma vez que é conduzida sob a perspectiva de que o fazer científico do analista de discurso possa também suscitar a reflexão sobre igualdade e justiça social.

4.2 SOBRE A COMPOSIÇÃO DO *CORPUS*

É importante destacar que, em AD, a análise parte da composição do *corpus* e que esta deve ser orientada pela pergunta que o orienta, o nó responsável pela sua organicidade. Neste sentido, Orlandi (2020, p. 61) afirma que “decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas”. Portanto, a delimitação do *corpus* é de suma relevância, uma vez que a especificidade de sua composição estabelece os conceitos a serem mobilizados durante o processo analítico.

Constituído o *corpus*, o trabalho de leitura de arquivo incide na análise do cruzamento entre língua, enquanto materialidade sintática, e discursividade, resultado da inscrição da língua na história. A materialidade sintática, espaço para uma infinidade de arranjos possíveis, é passível de cálculo, de um trabalho de natureza formal. Contudo, pelo fato de a língua abrigar em seu interior o deslize, a falha e a ambiguidade, surge, do seio da sintaxe, a questão do sentido (PÊCHEUX, 1994). Portanto, é papel do analista, unir, a partir da leitura do arquivo, o formal ao semântico.

Uma vez que a língua se inscreve na história, é possível, a partir da leitura do arquivo, apontar tendências quanto a práticas sócio-históricas que se configuram em determinadas épocas, tanto no que se refere ao intervalo em que se dão essas práticas, quanto em relação ao período em que são condensadas em um *corpus* de análise. Sobre este aspecto, Mariani (2016, p.17) afirma que o arquivo “congrega aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos [...]”. Dessa forma, pode-se esperar, portanto, que neles “se inscrevam sintomas da época em que foram organizados [...]”.

Para a construção do *corpus*, utilizou-se o discurso jornalístico como *porta* de acesso aos discursos dos sujeitos envolvidos no conflito migratório no estado de Roraima. Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa, composto por discursos diretos de

venezuelanos e de brasileiros, foi construído a partir de notícias veiculadas na mídia nacional nos anos de 2018 e 2019, nas publicações O Estado de São Paulo, Exame, Portal G1, El País, El País Brasil, BBC News Brasil, Folha de S. Paulo e The Intercept Brasil. A escolha por esse tipo de *suporte*, o discurso jornalístico, viabiliza a presente pesquisa, a qual não seria factível através da coleta *in loco* do *corpus* de análise.

Na tabela abaixo, é possível observar as publicações que serviram como fonte para a constituição do *corpus* de pesquisa, bem como os respectivos títulos das notícias/reportagens e a data de publicação.

Tabela 1- Publicações que serviram como fonte para o *corpus*, bem como o título da notícia/ reportagem e data de publicação.

Publicação	Título da notícia/ reportagem	Data de publicação
O Estado de São Paulo	Em Roraima, brasileiros expulsam Venezuelanos (CORREIA, 2018)	21/03/2018
Exame	Moradores de Roraima expulsam imigrantes venezuelanos (REUTERS, 2018)	18/08/2018
Portal G1	Venezuelanos atravessam a fronteira após ataques em RR; veja vídeo (G1, 2018)	18/08/2018
Portal G1	Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército (FÉLIX; COSTA, 2018)	19/08/2018
El País Brasil	Êxodo da Venezuela e Nicarágua provoca surtos xenófobos na região (JIMENEZ; MURILLO; CASTRO, 2018)	20/08/2018
El País Brasil	Roraima à flor da pele	22/08/2018

	(MENDONÇA, 2020)	
El País Brasil	“Minha barraca foi queimada. Perdi roupas e remédios”, diz venezuelana em Boa Vista (MENDONÇA, 2018a)	26/08/2018
El País Brasil	O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil (MENDONÇA, 2018b)	27/08/2018
Folha de S. Paulo	Protesto em Roraima pede mais ordem na fronteira e assusta venezuelanos (MAISONNAVE, 2019)	17/08/2019
BBC News Brasil	'Estamos todos aterrorizados', diz amiga de venezuelano linchado em Boa Vista (CARNEIRO, 2018)	12/09/2018
El País	Brasil acelera programa para distribuir venezuelanos por seu território (GORTÁZAR, 2019)	07/10/2019
El País	O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul (CORPI, 2019)	14/11/2019
The Intercept Brasil	Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima (RAMALHO, 2019)	28/11/2019

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Atualmente, o discurso jornalístico desponta como um dos mais importantes canais pelo qual os fatos são dados a conhecer. Através dele, é possível *experienciar* o mundo e significar as relações entre os seres e entre eles e o espaço que ocupam. Ao discurso jornalístico, atribui-se a fidelidade aos fatos, uma vez que

a informação transmitida é pretensamente isenta de subjetividade. Mas, afinal, sob a perspectiva da AD, isso seria possível? A fidelidade a um fato pressupõe a existência de uma verdade única, a qual é incompatível com o quadro teórico da AD, uma vez que ideologia e inconsciente atravessam sujeitos que utilizam a língua para significar suas relações. Acerca do discurso jornalístico, Mariani (1999, p. 60) afirma que a imprensa, ao vincular a divulgação de uma notícia ao seu compromisso com a “verdade”,

[...] está jogando no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa. No entanto, como não podemos esquecer de que os jornais funcionam construindo modelos de explicação/compreensão da realidade, instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que os dominam, devemos ter claro que, ao alegar seu compromisso com a “verdade”, a imprensa finge não contribuir na produção de evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí seu caráter ideológico, e não um pretenso compromisso com a verdade.

Partindo-se do discurso jornalístico, optou-se por analisar especificamente o discurso direto, demarcado no texto através do uso de aspas. Sobre este aspecto, cabe destacar aqui as formas de *heterogeneidade mostrada* propostas por Authier-Revuz (1990, p. 29), cuja abordagem aponta para a existência de categorias de acordo com o grau de evidência da presença do Outro na superfície linguística. Assim, o discurso direto assinalado pelo uso de aspas marca a presença do outro de forma unívoca, sendo “nitidamente delimitado na cadeia discursiva [...] extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar: aquele de um outro ato de enunciação”. Diferentemente do discurso indireto, o qual implica em uma interpretação, o discurso direto apresenta-se como a *reprodução* do que é dito.

Assim, mesmo valendo-se da *autenticidade* proporcionada pelo discurso direto, entende-se que esse é também produto de um processo editorial, de uma publicação com filiações específicas, escrito e editado por um sujeito filiado a uma FD, que, por via de regra, está condicionada às filiações da publicação. Dessa forma, o acesso aos discursos diretos analisados neste trabalho se dá através do olhar do discurso jornalístico, ou seja, o *corpus* analisado aqui é o *recorte* de um *recorte* realizado pelo discurso jornalístico.

Acerca do discurso direto e indireto, Maingueneau (1997) afirma ser ingênuo opor uma forma à outra quanto à fidelidade do discurso citado ao considerá-las apenas como estratégias diferentes. Segundo o autor, ao invés de atribuir ao

discurso direto à pretensão “de reproduzir literalmente as alocações citadas”, seria mais oportuno entendê-lo enquanto “teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta” (ibid, p. 85). Assim, assume-se, nesta pesquisa, que o discurso direto não necessariamente apresente uma correspondência literal à fala relatada, mas que desta conserva traços notáveis.

Ainda quanto ao discurso direto, Maingueneau (ibid., p. 89) afirma que, a partir do aspeamento, “Os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar sua alteridade; esta última, além disso, é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado” (p. 89). Portanto, esta marca gráfica de alteridade, de evidência da presença do outro no discurso, foi o critério utilizado para a composição deste *corpus* de análise.

5 O CORPUS EM ANÁLISE

O *corpus* de análise organizado nesta pesquisa é composto por dezoito sequências discursivas, as quais se encontram listadas abaixo, e cujas análises serão realizadas no subcapítulo seguinte de acordo com suas regularidades discursivas. O intervalo compreendido entre a SD01 e a SD14 refere-se ao discurso brasileiro, enquanto as sequências discursivas SD15, SD16, SD17 e SD18 correspondem ao discurso venezuelano.

SD01- “O Brasil abriu as portas que nem a mãe Joana.”

SD02- "Eu sou contra essa abertura da fronteira, porque veio de tudo. O [Nicolás] Maduro abriu as portas das penitenciárias e veio tudo pra cá. Desde a chegada dos venezuelanos, a criminalidade aumentou muito. Boa Vista não está aguentando mais."

SD03- “Somos brasileiros de braços abertos, mas não queremos bandidos. Não iremos matar ninguém, mas, em última necessidade, faremos um bloqueio humano”

SD04- “Não aguentamos mais esses bandidos que estão roubando nossas casas e molestando nossas mulheres”

SD05- “Não é que não queremos os venezuelanos, mas temos que colocar os venezuelanos bandidos no seu devido lugar, como esses que me torturaram. A Polícia Federal precisa puxar os antecedentes dos imigrantes na fronteira”

SD06- “Não aguentamos mais a presença deles. Queremos que as autoridades façam alguma coisa. Há muitos roubos e furtos em nossa cidade”

SD07 - "Expulsamos todos os venezuelanos [...]. Queremos que se tenha um controle rígido de entrada na fronteira e que seja estipulado um horário para circulação de pessoas que fazem compras em Pacaraima”

SD08- "Foi um ato de vandalismo, mas foi preciso que acontecesse. Várias vezes pedimos ajuda às autoridades, mas não nos ouviram. Aqui não tem segurança. A população chegou ao seu limite e fez isso para que alguma atitude fosse tomada"

SD09- "Fora, fora, fora, volte para a Venezuela"

SD10- "Se me roubarem, eu tiro ele do ramo e acabou. Bandido bom é bandido morto."

SD11- "Não somos xenófobos. E se fosse sua família espancada?"

SD12- "Quando a gente chega nos postos de saúde, já não tem mais vaga, tudo ocupado pelos venezuelanos. Os médicos já te cumprimentam em espanhol. O último exame do meu filho tive que fazer em um laboratório privado"

SD13- "Temo que a população se volte contra os venezuelanos porque não tem nenhum benefício para brasileiro, só tem benefício para venezuelanos. Não dá cesta básica pro brasileiro, que está passando fome. Mas, pro venezuelano, dá tudo: almoço, jantar, aluguel"

SD14- "A gota d'água foi quando as autoridades quiseram transformar nossa única quadra em um abrigo para os venezuelanos. O local é o único usado como lazer, onde ocorrem shows, exposições e eventos culturais. Agora, não poderá ser mais usado"

SD15- "Preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro"

SD16- "Deus tem algo preparado para nós, mas antes temos de passar por esta prova [...] Quero que venham, mesmo que seja para que não passem fome"

SD17- "Mesmo assim estou mais feliz, olha a situação ruim que estamos, mas ainda é muito melhor que a Venezuela. Aqui pelo menos temos comida, posso ir a um posto de saúde pedir medicamento. Muitos brasileiros são solidários"
[...]

"Não são poucos os moradores que passam aqui nos insultando, gritando de moto coisas do tipo: 'Voltem ao seu país! Ladrões! Filhos da puta!' [...] "Os policiais também exageram. Todo dia revistam os homens aqui do acampamento, de uma maneira intimidadora, às vezes olham também as barracas, bagunçam tudo"

SD18 - "A situação está tão crítica no país que hoje em dia essa caixa chega às famílias a cada 3 meses. Mas não aceitamos. Atualmente é impossível se adaptar ao estilo de sobrevivência que se instaurou no meu país. Seguimos em frente"

5.1 A QUEM AS PORTAS (E OS BRAÇOS) ESTÃO ABERTOS? O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DELIMITANDO OS CONTORNOS DA FD XENOFÓBICA

Diante das análises empreendidas nas SD01 e SD02, é possível observar uma tomada da posição- sujeito de alinhamento aos saberes oriundos da FD xenofóbica. Para tanto, os sujeitos enunciadorees acessam o interdiscurso, em uma busca *inconsciente* por sentidos pré-estabelecidos, materializando, *via língua*, o atravessamento ideológico ao qual estão submetidos, visto que uma Formação Discursiva configura-se como a projeção de uma Formação Ideológica.

Com isso, ocorre um processo de desestabilização dos sentidos que habitam o imaginário acerca do povo brasileiro, tido como receptivo e acolhedor. A partir do movimento metafórico instaurado pelas expressões *abrir as portas* ou *estar de braços abertos*, emergem sentidos de restrição e repulsa ao outro, aquele que não pertence a este território. O discurso securitizador³ é acionado, mediante a identificação do imigrante, e consequentemente, da imigração, como uma forte ameaça à população. Inicia-se, então, um processo de estigmatização do venezuelano, que, através de saberes oriundos do interdiscurso, e de forma implícita, é associado à criminalidade, fazendo com que esse olhar discriminatório seja sedimentado no imaginário social, de modo a criar um efeito de estabilidade na memória do dizer.

³ O conceito de securitização é aqui entendido como processo de identificação do imigrante como uma ameaça à segurança nacional (BRANCANTE; REIS, 2009). Dessa forma, o discurso securitizador atua de modo a reproduzir um conjunto de saberes que desqualificam o imigrante, com o objetivo de repeli-lo do território brasileiro.

Importante destacar neste processo o papel que o imaginário desempenha na constituição dos sentidos e que perpassa todo o movimento de significação ao qual o venezuelano é submetido a partir do discurso brasileiro. Segundo Orlandi (2020, p. 40), “O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. Mas, afinal, a quem as portas estão abertas?

SD01- “O Brasil abriu as portas que nem a mãe Joana.” [Folha de S. Paulo, *Protesto em Roraima pede mais ordem na fronteira e assusta venezuelanos*]

Na SD01, os sentidos são mobilizados a partir do acionamento do *pré-construído* acerca do dito popular *Casa da mãe Joana*⁴. A origem da expressão remonta à Joana I, rainha de Nápoles, e é definida por Pimenta (2002, p.61), como um lugar “em que todo mundo manda e faz o que bem entende”. É desta forma que ela passa a *significar* no interior da formulação, na medida em que o sujeito enunciador lança sobre o Brasil o *status* de mãe Joana. Assim, o teor valorativo desta comparação é depreciativo, afinal de contas, a menção à *casa da mãe Joana* produz o efeito de sentido de *terra de ninguém*, um lugar desprovido de ordenamento.

Por esse viés, a expressão passa a fazer parte dos *já-ditos*, o *interdiscurso*, a partir do qual o sujeito produz novos sentidos sobre aqueles já pré- estabelecidos, mediante a filiação aos saberes de uma determinada Formação Discursiva, que aqui será designada, FD xenofóbica. Na formulação, o pré- construído é mobilizado através da incorporação em nível sintático. Segundo Indursky (2011, p. 3), este encaixe “estabelece co-referência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que aí já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali, no discurso do sujeito”. Neste contexto, a autora

⁴ A origem da expressão remete à Joana I, rainha de Nápoles, que, acusada de participar da morte do seu então marido, Andrew, foge para a cidade de Avignon, da qual era proprietária. Durante o período em que a cidade esteve sob o seu comando, Joana foi responsável por regulamentar o funcionamento dos bordéis da cidade. Entre suas medidas, estipulou que os estabelecimentos deveriam ter uma porta pela qual todos entrariam. Assim, os bordéis ficaram conhecidos como o “paço da mãe (dona da cidade) Joana”. De Portugal para o Brasil, a palavra *paço*, pouco usual por aqui, foi substituída por *casa* (PIMENTA, 2002).

evoca a noção de *repetibilidade*, em que os saberes são anteriores aos discursos. Entretanto, esse processo de restauro dos sentidos é realizado sob o efeito do esquecimento, o que faz com que o sujeito julgue ser origem do dizer.

Ainda, ao comparar o Brasil à decisão da mãe Joana, cuja casa está aberta a todos e a qualquer um, sugere, através da recuperação do não dito, a necessidade de controle fronteiriço. Diferentemente *da mãe Joana*, o Brasil deveria selecionar aqueles que poderiam adentrar ao seu território. A mesma ideia é recorrente nas SDs 02 e 03 subsequentes. A partir da noção de *repetibilidade* trazida por Indursky (2011), pode-se retomar o conceito de *sujeito* para AD, que, ao amarrar os sentidos uns aos outros, mobiliza um saber que já ecoou em outro lugar a partir da sua inserção na cadeia significativa, em uma determinada conjuntura sócio-histórica, para assim, *significar*.

SD02- "Eu sou contra essa abertura da fronteira, porque veio de tudo. O [Nicolás] Maduro abriu as portas das penitenciárias e veio tudo pra cá. Desde a chegada dos venezuelanos, a criminalidade aumentou muito. Boa Vista não está aguentando mais." [El País Brasil, *Roraima à flor da pele*]

A SD 02 mostra o processo de *reificação* pelo qual o imigrante é submetido, a *coisificação do humano*, a qual é manifestada através da inserção do quantificador indefinido *tudo* na cadeia significativa e que emerge do discurso como violência simbólica, pois suscita sentidos de desprezo e repulsa para com aqueles que chegam da Venezuela através do estado de Roraima. O processo de reificação das relações sociais, segundo a tradição marxista, surge como efeito do modo de produção capitalista contemporâneo. Em uma sociedade que abriga classes sociais opostas sob o jugo do capital, os indivíduos passam a assumir a forma de coisas. Coisificadas, completam o processo de transformação dos seres humanos em seres inanimados (OLIVEIRA, 2018). Portanto, a *reificação* do venezuelano que visa causar a repulsa é determinada pelas relações de força, sendo, dessa forma, trabalho da ideologia, que interpela os indivíduos em sujeitos e estabelece a relação entre sentido e história.

Ainda como forma de consolidar esse efeito de sentido que advém do termo *tudo*, o *excesso* é acionado enquanto estratégia discursiva, a partir da repetição da palavra *tudo*, como "um acréscimo necessário ao sujeito que visa garantir a

estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 830).

De modo a desfazer a imprecisão ocasionada pelo termo e enfatizar a construção da imagem do venezuelano em torno da má índole, há o funcionamento do *pré- construído* acerca do ambiente prisional em *[Nicolás] Maduro abriu as portas das penitenciárias e veio tudo para cá*, como forma de mobilizar aquilo que é de conhecimento coletivo sobre o sujeito desprovido de liberdade, cujo estigma é perpetuado pela sociedade como parte da identidade social deste indivíduo. Diante do exposto, há uma tomada de posição- sujeito de identificação aos saberes da FD xenofóbica.

A partir do funcionamento discursivo da SD, observa-se que são as imagens projetadas acerca dos sujeitos e dos objetos discursivos que atuam no discurso, como reflexo das relações de força sustentadas pelas Formações Imaginárias, já que o imaginário estrutura a relação entre ideologia, sujeito e sentido (TFOUNI; GRIGOLETTO, 2020). Assim, o sujeito enunciator constrói discursivamente a identidade do imigrante venezuelano, atribuindo-lhe um passado desonroso, a vida carcerária, e associando-o ao aumento da criminalidade, de forma a mobilizar sentidos que reconhecem no imigrante uma ameaça à estabilidade social.

5.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO REFERENTE: A CONSOLIDAÇÃO DO ESTIGMA EM TORNO DO IMIGRANTE VENEZUELANO COMO CERNE DA FD XENOFÓBICA

As SDs aqui analisadas, 03, 04 e 05, assim como foi possível observar também na SD02, mostram uma condição *sine qua non* ao processo de filiação à FD xenofóbica: a estigmatização do *venezuelano* enquanto coletivo. Assim, para legitimar a repulsa baseada no preconceito, projeta-se a imagem do imigrante como alguém que mereça ser banido para além das fronteiras brasileiras, pois é *bandido*, porque *rouba*, porque *tortura*, porque *pratica violência sexual*. No outro, passa a ser projetado aquilo que o sujeito não reconhece em si, aquilo que causa incômodo e repulsa e que nele se encontra recalcado. Neste ponto, a AD difere da psicanálise, já que no processo de significação do outro, a partir do quadro teórico proposto por Michel Pêcheux, incidem a ideologia e a individuação do sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2017a). Portanto, sob o efeito do ideológico, o sujeito restaura do

interdiscurso sentidos ligados à violência para unificar a sociedade na defesa contra um inimigo comum, fundamentado no preconceito que permeia o discurso *sobre o venezuelano*.

Segundo Orlandi (ORLANDI, 2017b, p. 94), o preconceito

É de natureza histórico- social. Ele se realiza individualmente, mas não se constitui no indivíduo em si. Ele se constitui nas relações sociais, administradas pelo político, pela maneira como são significadas, na formação social capitalista, em que a questão da diferença é uma questão tematizada pelo próprio exercício das práticas sociais. Não é um processo consciente e o sujeito não tem acesso ao modo como os preconceitos se constituem nele. Vêm pela filiação a sentidos que ele mesmo nem sabe como se formaram nele. Isto se dá pelo funcionamento do interdiscurso, saber discursivo, na relação com a ideologia: saber que fala por si mesmo.

Dessa forma, pelo funcionamento do interdiscurso, constroem-se, a partir da materialidade da língua, as prerrogativas que permitem com que, ilicitamente e desumanamente, esse coletivo tenha sua entrada proibida ou sua expulsão exigida. Esse processo de rechaço é embasado nas relações de força que incluem poder e dominação e que se encontram na base dos discursos e crimes de ódio. Importante destacar, como já mencionado acima nas palavras de Orlandi, que na constituição dos sentidos incide o *político*, que, sob a perspectiva discursiva, significa dizer “que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998, p. 74). Ou seja, o sentido é efeito do político, das relações de força que mantêm e perpetuam a ordem econômica vigente.

SD03- “Somos brasileiros de braços abertos, mas não queremos bandidos. Não iremos matar ninguém, mas, em última necessidade, faremos um bloqueio humano” [El País Brasil, *O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil*]

Na SD03, é possível observar o item lexical *bandidos*, utilizado para caracterizar o coletivo *venezuelano*, o qual é ainda recorrente nas SDs 04 e 05. Assim, a construção discursiva do referente se dá de forma a estigmatizar este coletivo, que, mediante incriminação, terá o ingresso no Brasil impedido. Dessa forma, todo o coletivo passa a ser definido por uma característica atribuída inicialmente a um(ns) integrante(s) deste grupo. Segundo Cortina (2020, p. 40), este é o fato que distingue os discursos e crimes de ódio de outras violações, “porque as

vítimas não são selecionadas pela sua identidade pessoal, mas por pertencerem a um coletivo, dotado de um traço que produz repulsão e desprezo nos agressores”, instaurando no discurso a filiação aos saberes oriundos da FD xenofóbica.

Desta forma, é o estabelecimento de uma memória acerca do imigrante venezuelano que passa a ser consolidada via imaginário e materializada através da língua. Nesse sentido, Anjos (2021, p. 111) afirma que

o imaginário que foi sendo formado a respeito desses sujeitos produz efeitos, pelo trabalho da ideologia e, assim, a instituição de uma memória, e pode ser observado, por exemplo, nos discursos contra sua entrada no país, nas manifestações de ódio nas redes sociais, nos casos de violência contra o estrangeiro, no processo de coisificação desse outro.

Ainda sobre a SD em análise, ao tratar sobre os conectivos argumentativos, Maingueneau (1997) dá especial atenção ao *mas*, que, segundo ele, é objeto de grande interesse para a AD, em função de sua frequência e de sua relação com o implícito. O autor afirma que os linguistas atribuem ao *mas* duas funções básicas: refutação e argumentação. O *mas* argumentativo, como em *Somos brasileiros de braços abertos, mas não queremos bandidos*, conecta duas ideias distintas. Maingueneau evoca o linguista Oswald Ducrot para explicar a relação instaurada entre duas ideias conectadas através do *mas*. Assim, a relação é posta por *P mas Q* em *Somos brasileiros de braços abertos (P), mas não queremos bandidos (Q)*.

Dessa forma, com base no que propõem Maingueneau (1997) e Ernst-Pereira (1994), observa-se que, ao dizer Q, refuta-se P, dado a primazia que a formulação *mas não queremos bandidos* exerce sobre a sequência ao qual se conecta, *Somos brasileiros de braços abertos*, uma vez que o conector *mas* introduz um argumento mais forte. Assim, tem-se um embate entre posições- sujeito, na medida em que há identificação com a posição- sujeito que se opõe à conclusão que P induz, ou seja, há restrições a quem os brasileiros esperam acolher em seu território. Portanto, a construção discursiva do estereótipo discriminatório baseado na índole alinha-se aos saberes compreendidos pela FD xenofóbica. Ainda, a partir do estabelecimento do estigma em torno do cidadão venezuelano, tido como *bandido*, constrói-se o efeito de sentido da ameaça, que relaciona a presença do imigrante à insegurança e à instabilidade social.

Essa tomada de posição ainda intui a manutenção das relações de força. Em território nacional, cidadãos brasileiros, a partir dos privilégios da cidadania, colocam-se, sob o efeito imaginário das relações de força e de sentidos, em uma

posição hierarquicamente superior aos estrangeiros, e por esse fato, atribuem-se o direito, e o dever, em nome da manutenção da ordem, de impedir a entrada dos imigrantes.

O conector *mas* ainda aparece na segunda sentença: *Não iremos matar ninguém, mas, [...], faremos um bloqueio humano*. Inicialmente, pode-se pensar em uma relação de refutação instaurada pelo *mas*, o qual conecta a negação e a retificação. Contudo, a questão do *bloqueio humano*, que alude à interdição, a não permissão de entrada em solo brasileiro, e que aqui se contrapõe à morte física, suscita sentidos singulares no contexto da imigração. Para o imigrante, os muros, as cercas e cercos, o *bloqueio humano*, que emerge do discurso enquanto morte simbólica, pode também ser sinônimo de morte física, pois impede o acesso à subsistência. Impreterivelmente, é a *morte do imigrante*, enquanto efeito de sentido, que emerge do discurso, como parte de sua filiação aos saberes da FD xenofóbica.

SD04- “Não aguentamos mais esses bandidos que estão roubando nossas casas e molestando nossas mulheres” [El País Brasil, *Êxodo da Venezuela e Nicarágua provoca surtos xenófobos na região*]

Na SD04, o termo *bandidos* é novamente acionado com vistas a provocar a rejeição aos venezuelanos. Ainda, são colocados em circulação saberes referentes à FD que mobiliza a memória do assédio sexual em (...) *molestando nossas mulheres*, como estratégia que visa perpetuar e consolidar a imagem do imigrante como um criminoso, cuja conduta oferece riscos à sociedade, devendo, portanto, ser banido do território brasileiro. Assim, a partir do estereótipo a ele atribuído, tal discurso produz efeitos de sentido de desprezo e hostilidade ao imigrante.

Ao trazer ao fio discursivo a violação ao lar e às mulheres, há referência a um conjunto de saberes que identificam o *cidadão de bem*, que, segundo Costa (2021, p. 1) “constitui um tipo de estratégia discursiva ideológica e expressa uma patologia social da cidadania brasileira”, além de estar relacionado “ao apelo punitivista e por armas de fogo para civis; às representações ideológicas de gênero, raça e classe; à função social da mídia; e ao neoconservadorismo político.” A partir da perspectiva da AD de Michel Pêcheux, Da Rosa e Vinhas (2019, p. 147) situam o *cidadão de bem* em uma FD a qual designam *conservadora*, que se expande e se consolida a partir do discurso da direita. Para os autores, o *cidadão de bem* se situa em

uma posição privilegiada na formação social, ou se identifica com essa posição, a qual instaura uma divisão que coloca o bem contra o mal. A posição com a qual os sujeitos se identificam é, então, a posição hegemônica do homem branco, heterossexual, religioso (protestante, evangélico, católico), burguês. Tem-se aqui a disputa entre dois imaginários que se relacionam diretamente: o imaginário do “cidadão de bem”, que é aquele que tem o direito e deve ser protegido pelo Estado, pois ele representa o próprio Estado, e o de segregado [...]

Dessa forma, a partir da posição do *cidadão de bem*, observa-se a questão da alteridade marcada na constituição deste sujeito que se configura a partir do outro, do *bandido*, “dessa divisão que coloca o bem contra o mal” (ibid., 147), discurso que se abriga no interior da FD xenofóbica. Ainda, através da *repetição* do pronome *nossas* enquanto estratégia discursiva (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011), busca-se sedimentar sentidos acerca da demarcação da fronteira entre o *nós x eles*, mobilizando as relações de força, de forma a fortalecer as relações assimétricas de poder e dominação que envolvem brasileiros e imigrantes venezuelanos. Ao colocar as mulheres sob a posse do(s) sujeito(s)-enunciador(es), há o acionamento de uma posição-sujeito identificada com saberes machistas, traço marcante no discurso do *cidadão de bem*, conforme mencionado.

SD05- “Não é que não queremos os venezuelanos, mas temos que colocar os venezuelanos bandidos no seu devido lugar, como esses que me torturaram. A Polícia Federal precisa puxar os antecedentes dos imigrantes na fronteira” [El País Brasil, O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil]

Na SD05, a necessidade de controle da fronteira é posta em circulação novamente, emergindo como efeito de sentido a partir da ordem do que *falta* (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011) na relação entre os enunciados (...) *colocar os venezuelanos bandidos em no seu devido lugar* e *A Polícia Federal precisa puxar os antecedentes dos imigrantes na fronteira*. A estratégia discursiva, ao criar um intervalo lacunar em nível intradiscursivo visa a silenciar a restrição à entrada de venezuelanos em solo brasileiro, de forma a dissimular duas posições- sujeito em contradição: uma que *nega não querer os venezuelanos* e outra que diz que venezuelanos bandidos não devem ingressar no Brasil.

Como forma de pressupor o que pode ser inferido pelo seu interlocutor, a negação é mobilizada como *mecanismo de antecipação* a partir do funcionamento das Formações Imaginárias, de modo a contestar a asserção pressuposta que ela comporta. Assim, ao afirmar **Não é que não queremos os venezuelanos** (1), o enunciador contrapõe a asserção *Não queremos os venezuelanos* (2) (MAINGUENEAU, 1997). Dessa forma, ele procura mascarar uma tomada de posição de alinhamento aos saberes xenofóbicos que reivindicam o controle fronteiriço a partir da restrição de entrada de cidadãos venezuelanos.

SD06- “Não aguentamos mais a presença deles. Queremos que as autoridades façam alguma coisa. Há muitos roubos e furtos em nossa cidade” [O Estado de São Paulo, *Em Roraima, brasileiros expulsam Venezuelanos*]

Na SD06, observa-se a relação assimétrica entre o *nós* e o *eles* a partir da utilização do pronome *deles*, cujo referente recai sobre os *venezuelanos*. Ainda, o uso da primeira pessoa do plural identificado através da desinência verbal, carrega o efeito de sentido de unidade, de coesão, como forma de atestar que a população, enquanto coletividade, chegou ao limite da tolerância ao outro. Por esse fato, o discurso securitizador é acionado, visando a legitimar a aversão ao imigrante venezuelano construída discursivamente.

À luz da teoria althusseriana, pode-se dizer que os discursos produzidos do lugar de cidadão brasileiro, endereçados aos venezuelanos, acabam por reproduzir saberes de repressão, no intuito de representar ou aludir ao uso da força para fazer valer a representação de comando, de autoridade de Estado, responsável por garantir a manutenção da ordem, o *status quo*. O apelo à força de comando do Estado se faz através da mobilização do estigma imposto aos venezuelanos, associando-os, implicitamente, ao número elevado de furtos e roubos na cidade.

Assim, o que não foi dito, mas que significa, produz seus efeitos. Para tanto, o sujeito articula um espaço de significação em aberto na cadeia significativa visando a encobrir a filiação aos saberes que remetem à xenofobia. Dessa forma, a *falta* de que tratam Ernst-Pereira e Mutti (2011) é acionada em nível intradiscursivo como estratégia discursiva. A lacuna significativa é ainda intensificada pelos efeitos de sentido advindos da formulação *alguma coisa* em *Queremos que as autoridades façam alguma coisa*. A expressão *Alguma coisa* não significa *qualquer coisa*, mas

suscita sentidos no que tange à repressão e ao uso da força pelo Aparelho Repressivo de Estado.

5.3 A FD XENOFÓBICA VESTE A MÁSCARA DA JUSTIÇA POPULAR

A fim de adentrar às análises das SDs 07, 08, 09, 10 e 11, é preciso retornar à teoria marxista do Estado, a qual Althusser faz “progredir” através da inserção do conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), e que por este viés é inserido no campo da Análise do Discurso pecheuxiana. Partindo-se da teoria marxista do Estado, Marx explica a estrutura da sociedade utilizando a metáfora do edifício. Assim, o nível basilar se constitui pela infraestrutura, concebida como a base econômica. Alicerçada sobre este primeiro nível, encontra-se a superestrutura, constituída, por sua vez, por duas instâncias: a jurídico- política e a ideológica. Assim, conclui-se que a superestrutura necessita da infraestrutura para se manter, o que faz da base econômica o sustentáculo de todo edifício (ALTHUSSER, 1996).

E como manter uma forte base econômica, alicerce de toda a sociedade e responsável por sua coesão? Perpetuando as relações de produção, de forma a manter a classe operária subordinada à classe dominante. Em prol dos interesses da burguesia, é o Estado, enquanto Aparelho de Estado, “como força de execução e intervenção repressora” (ibid., p. 111), que atua para garantir a dominação desta sobre o proletariado, através do Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Assim, é justamente a partir da existência desta estratificação em classes sociais que a ideologia adentra o campo da Análise do Discurso: o sujeito passa a enunciar a partir da visão de mundo que lhe confere sua classe social.

Entretanto, quando a sociedade acredita que a *força de execução e intervenção repressora* do Estado falha, quando se abre uma brecha entre *as massas* e o poder de Estado, entra em cena uma nova força: a justiça popular. Esta forma de justiça, aqui entendida como *a justiça feita pelas próprias mãos*, surge como a expressão máxima dos saberes sob o domínio da FD xenofóbica, que tem no discurso de ódio o seu propulsor. Dessa forma, essa nova força, corporificada pela massa, atua enquanto ARE e AIE jurídico, sendo ainda, no caso do estado de Roraima, fortemente sustentada pelo AIE político. Assim, sobre a violação aos direitos humanos perpetrada pela FD xenofóbica, que busca se legitimar sob o

discurso securitizador, Orlandi (2008, p. 307) diz o seguinte: “Então, o que temos a dizer logo no início é que não é por acaso, desvio, ou falha que a sociedade burguesa desrespeita a dignidade do ser humano. É porque é assim que ela se estrutura e funciona”.

Ainda que o Estado capitalista esteja pautado sob o ordenamento jurídico, o que atribui aos sujeitos direitos e deveres, e que os coloca como iguais perante a lei, como afirma o artigo 5º da Constituição (BRASIL, 1988): “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, a Formação Social burguesa é por excelência o berço da segregação, de onde emanam as relações assimétricas de poder e que instaura o binômio *nós x eles*, materializado discursivamente nas SDs analisadas.

SD07 - "Expulsamos todos os venezuelanos [...]. Queremos que se tenha um controle rígido de entrada na fronteira e que seja estipulado um horário para circulação de pessoas que fazem compras em Pacaraima" [G1, *Venezuelanos atravessam a fronteira após ataques em RR; veja vídeo*]

Assim como nos *discursos de ódio*, a característica constitutiva dos *crimes de ódio* é estigmatizar o grupo social alvo, responsabilizando-o por determinada conduta delituosa, inicialmente atribuída a um membro ou a membros deste coletivo. Mais uma vez, eles se dirigem a uma coletividade, à qual tenha sido atribuída estereótipos preconceituosos (CORTINA, 2020), o que é reforçado, em nível intradiscursivo, pela utilização do pronome *todos*. A falha moral atribuída ao grupo transforma-se em algo inato, algo basal à constituição do sujeito que pertence a esse coletivo, o venezuelano, e que permite uma formulação como *Todo venezuelano é bandido*.

Dessa forma, a partir da formulação, observa-se uma tomada de posição-sujeito no interior da FD xenofóbica, produzindo um efeito de justiça popular, que, neste caso, implica a *justiça feita pelas próprias mãos* e a supressão da atuação do tribunal. Segundo Rios (1988, p. 218), a *justiça pelas próprias mãos*

é uma forma sumária e violenta de justiça popular em que uma coletividade, em estado de multidão, assume o papel de juiz e pune ou tenta punir um ou mais indivíduos, culpados ou não de crimes que lhes são atribuídos, sem

lhes conceder nenhum direito de defesa, infligindo-lhes morte ou lesões corporais graves.

Segundo Foucault (1992), nesta forma de justiça popular, atuam dois elementos: as *massas*, que, sem a prerrogativa de infligir decisões que um aparelho de Estado possui, punem aqueles considerados *inimigos*; e os *inimigos*, aqueles sobre o qual incide a punição. Entretanto, a coletividade que castiga o faz fundamentado em sua própria vivência, sob aquilo que ela sofreu, e não sob os preceitos de uma *ideia universal abstrata de justiça*. Ainda que Foucault acredite que a atuação do tribunal não seja sinônimo de justiça popular, mas que ao contrário, seja uma forma de suprimi-la ao inseri-la no âmbito de um aparelho de Estado, é justamente “a existência de uma instância superior que detém o monopólio absoluto da violência [que] elimina o perigo de uma escalada possivelmente interminável de vingança” (BENVENUTTI, 2014, p. 12).

Pela descrença da efetividade do aparelho de Estado de dirimir de forma eficaz os transtornos gerados pela presença dos venezuelanos, uma parcela da população se vê incumbida de fazer justiça com as próprias mãos, expulsando os venezuelanos do território brasileiro. Vinculados à FD xenofóbica, tais discursos e práticas acionam uma forma de comportamento primitivo no mundo moderno, que procura pagar o mal na mesma moeda, e que se fundamenta em um ideal de *justiça vingativa*.

SD08- "Foi um ato de vandalismo, mas foi preciso que acontecesse. Várias vezes pedimos ajuda às autoridades, mas não nos ouviram. Aqui não tem segurança. A população chegou ao seu limite e fez isso para que alguma atitude fosse tomada" [G1, *Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país*, diz Exército]

Na SD08, o articulador *mas* instaura a contradição entre posições-sujeito: uma, que assume o ato de transgressão, e outra que afirma a necessidade da prática desta ação. Contudo, como o articulador *mas* configura-se como um argumento mais forte em relação à sentença com a qual está conectado, há identificação com os saberes da FD xenofóbica, justificada pelo não atendimento da reivindicação popular por parte do Estado. Mais uma vez, a manutenção da ordem e o ideal securitizador, haja vista o enunciado *Aqui não tem segurança*, aparecem

discursivamente para legitimar o ato de expulsão, em defesa do território brasileiro, frente à ameaça invasora.

A partir da materialidade linguística, observa-se a contradição delimitando aquilo que pode e deve ser dito em uma FD. Para assumir o *ato de vandalismo* nos contornos da FD xenofóbica, é preciso ressaltar a essencialidade da medida, que visa a garantir o reestabelecimento da ordem social ameaçada pela presença do venezuelano.

SD09- “Fora, fora, fora, volte para a Venezuela” [Exame, *Moradores de Roraima expulsam imigrantes venezuelanos*]

Na SD09, a repetição *Fora, fora, fora* presente na formulação remete ao excesso enquanto estratégia discursiva (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011), na busca por sobrepujar um efeito de sentido em detrimento a outro possível. Assim, a partir da filiação à FD xenofóbica, há um enaltecimento dos saberes de repressão que significam a relação instaurada pelos brasileiros contra os venezuelanos.

SD10- “Se me roubarem, eu tiro ele do ramo e acabou. Bandido bom é bandido morto.” [Folha de S. Paulo, *Protesto em Roraima pede mais ordem na fronteira e assusta venezuelanos*]

A expressão *Bandido bom é bandido morto* ganha notoriedade no país na década de 1980, ao ser utilizada por José Guilherme Godinho Sivuca Pereira como *slogan* de sua campanha eleitoral para deputado estadual pelo Estado do Rio de Janeiro. Sivuca, como era conhecido, era delegado e um dos integrantes da *Scuderie Le Cocq*, um dos primeiros grupos paramilitares do país, “escalado pela cúpula da segurança pública estadual para eliminar criminosos, travestis e moradores de rua” (ABREU, 2020). Recentemente, é a partir da incorporação da expressão ao discurso inflamado e ultraconservador de Jair Bolsonaro, no que tange à segurança pública e direitos humanos, que a mesma ganha destaque novamente, podendo ser considerado a máxima do discurso do *cidadão de bem*.

Assim, é pelas redes da memória que a expressão passa a significar, mediante inserção em formações discursivas cujos saberes incluem o autoritarismo, a letalidade policial e as ações de justificação popular. Dessa forma, o pré-

construído é mobilizado a partir do arranjo em nível sintático, como se ali tivesse sido produzido. Ainda, observa-se a partir da formulação, forte aderência da posição- sujeito ao saberes oriundos da FD xenofóbica, o que pressupõe o não reconhecimento do venezuelano como um sujeito de direitos, cuja punição deva se enquadrar nos limites punitivos constitucionais e legais do ordenamento jurídico penal. Sendo assim, entende-se que conceder-lhe direitos, enquanto criminoso, seja um ato de benevolência.

Ainda sobre o discurso do *cidadão de bem*, Da Rosa e Vinhas (2019, p. 148) o identificam sob o domínio da FD conservadora, podendo ainda ser associado à FD fascista. Segundo os autores:

Em um lado, temos o imaginário e discurso de um sujeito que se vê dentro da lei, um sujeito que coloca sobre si o direito de tudo, atribui a si o único discurso/atitude/decisões possíveis, plausíveis e corretos. Por gozar desses direitos de escolha, cabe ao sujeito (sujeito interpelado por uma formação discursiva conhecida pela direita como “o cidadão de bem”, a formação discursiva conservadora), determinar quem é passível de perdão. Isso pode levá-lo a reproduzir saberes que tornam justificável a morte de um em detrimento dos julgamentos de outro, pois aquele que foge do que é permitido precisa encarar a consequência (a morte) de seus atos.

SD11- "Não somos xenófobos. E se fosse sua família espancada?" [cartaz⁵ em “carreata pela paz”, El País Brasil, O “*monstro da xenofobia*” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil]

Na SD11, a negação atua como mecanismo de antecipação. Como parte do jogo das Formações Imaginárias, o sujeito- enunciador prevê aquilo que pode ser dito/pensado pelo seu interlocutor a partir da sua própria posição. Ao afirmar *Não somos xenófobos* (2), o enunciador contesta a asserção pressuposta *Somos xenófobos* (1), já que é possível distinguir, em uma negação, uma proposição precedente (1) e uma outra que a rejeita (2). Neste caso, trata-se de um caso de *negação polêmica*, em que há a refutação de um enunciador posto no discurso mediante articulação interna à própria enunciação a que opõe. Maingueneau (1997) afirma que a negação polêmica, conceito proposto por Ducrot, sustenta uma relação de contradição com o enunciado que contesta, uma vez que eles não podem ser simultaneamente verdadeiros ou falsos.

⁵ Diferentemente das demais SDs analisadas, a SD11 trata-se de um cartaz utilizado em manifestação realizada na cidade de Pacaraima que contestava o fluxo migratório na região.

Ainda, a sentença condicional introduzida pelo articulador **se** aloca o interlocutor na posição do sujeito enunciador através da interrogação. Ou seja, o sujeito- enunciador evoca uma situação de violência familiar para obter o consentimento do seu interlocutor à prática xenofóbica.

5.4 A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA CAPITALISTA: O BERÇO DA FD APOROFÓBICA

Nas três SDs aqui analisadas, SD12, SD13 e SD14, é mobilizado um outro conjunto de saberes, observado pela tomada da posição- sujeito. Agora, o termo *venezuelanos* não aparece associado à criminalidade, mas sim à disputa por recursos instaurada em função da chegada dos imigrantes. Então, quais os saberes encontram-se sob o domínio da FD aporofóbica?

Cortina (2020) cunha o termo *aporofobia*, a aversão ao pobre, por entender que a rejeição que causam os refugiados políticos e imigrantes pobres não se deva ao fato de serem estrangeiros, ou tampouco em função de raça ou etnia. Importuna, nas nações anfitriãs, o fato de serem pobres, de onerarem e sobrecarregarem os serviços públicos, de trazerem o ‘sentimento de insegurança’ à população local. E a origem de mais esta patologia social encontra-se no cerne da sociedade capitalista, que, sob a forma da Formação Ideológica capitalista, constituída sob a contradição entre classes sociais, dita aquilo que pode e deve ser dito no interior da FD aporofóbica enquanto *campo de significância*. É a estratificação em classes sociais, baseada na exploração e na dominação, que mantém a perpetuação da ordem capitalista, o que significa dizer que a desigualdade retroalimenta o sistema.

É justamente através do veio da divisão em classes sociais que a ideologia adentra o quadro teórico da AD, visto que os sujeitos enunciam sob interpelação da *realidade* construída a partir do lugar social que ocupam. Assim, o que esperam os sujeitos, uns dos outros, sob o regime do capital? Cortina (2020, p.147) afirma que as sociedades contratualistas se encontram subordinadas ao Princípio da Troca e ao Efeito Matthew⁶. De forma simplificada, parte-se da premissa *dar para receber*. O pobre, pois, quebra esse contrato tácito entre as partes, como pode ser visto a seguir (ibid., p. 148):

⁶ Está relacionado ao acúmulo de capital: “quem tem mais, recebe mais, e quem tem pouco, mesmo o pouco lhe será tirado”.

No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só apresentam problemas para quem, na realidade, só deseja ajudar para prosperar; suscitam desprezo quando são vistos de uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, na melhor das hipóteses, impaciência para se livrar deles [...]

Mas e como esse sentimento de aversão ao pobre é construído discursivamente? As SDs analisadas apresentam uma regularidade enunciativa que aponta para a disputa instaurada pela chegada dos imigrantes, fortemente fomentada pelo discurso político, uma vez que agora os venezuelanos concorrem com os brasileiros pelo acesso à saúde pública, à alimentação e à moradia/lazer. Dessa forma, passa a ser construído e consolidado um imaginário em torno do venezuelano que visa a causar a repulsa, a rejeição, já que das tomadas de posição- sujeito que se configuram nas SDs, emergem efeitos de sentido que reconhecem no imigrante um inimigo em potencial, já que seu ingresso no Brasil é motivado pelo que lhe falta na Venezuela. Assim, ao Estado brasileiro, cabe acolher esses imigrantes de forma a suprir-lhes suas carências mais imediatas, causando na população brasileira um sentimento de revolta, pois a ela só cabe oferecer, sem nada receber em troca.

SD12- "Quando a gente chega nos postos de saúde, já não tem mais vaga, tudo ocupado pelos venezuelanos. Os médicos já te cumprimentam em espanhol. O último exame do meu filho tive que fazer em um laboratório privado" [El País Brasil, *O "monstro da xenofobia" ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil*]

Na SD12, é possível observar o *estranhamento* (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011) enquanto estratégia discursiva na formulação *Os médicos já te cumprimentam em espanhol*, de forma a corroborar, a partir de um aspecto linguístico, o domínio da presença venezuelana em Roraima. Estando-se no Brasil e sendo brasileiro, seria de se esperar que, em um atendimento médico, a saudação entre médico e paciente acontecesse em português, língua oficial do país. O rompimento da ordem esperada é intensificado, em nível intradiscursivo, através da utilização da partícula *já*, que, além disso, manifesta-se como excesso.

Ainda, é mobilizada a memória da identidade nacional, enquanto um conjunto de aspectos culturais, religiosos, étnicos, sociais e linguísticos que interligam os

sujeitos, que passa a ser ameaçada pela presença dos venezuelanos, uma vez que estes estabelecem uma nova língua à comunicação no Brasil, o espanhol. Assim, a presença do venezuelano faz com o sujeito enunciator experiencie o lugar do outro, causando uma ruptura com que aquilo que o conecta ao *efeito de unidade* sobre o que é *ser brasileiro*, ou seja, ao sentimento de pertencimento. Neste sentido, quanto à identidade nacional, Anjos (2021, p. 114) afirma que

Esse efeito de homogeneidade, produzido pelo Estado, vai determinando as posições que o sujeito deve assumir no interior de uma dada sociedade, de maneira a sentir-se filiado a uma rede de sentidos unívocos que atravessam ritos, hábitos, crenças, costumes e tradições inerentes a uma cultura nacional.

A partir da SD12, o sujeito passa a atribuir sentidos- outros à imagem do venezuelano. Se, enquanto emigrante, o venezuelano deixa o seu país de origem em prol de sobrevivência, sob o domínio dos saberes da FD aporofóbica, ele constitui-se como o estrangeiro pobre, cuja presença é responsável por sobrecarregar o sistema de saúde, de modo a despojar a população brasileira da assistência a que teria direito. Pode-se observar ainda que os saberes mobilizados pela FD aporofóbica se corporificam discursivamente alimentados pelo discurso político, na medida em que este ataca o imigrante e sua pobreza, o que poderá ser observado na SD subsequente.

SD13- “Temo que a população se volte contra os venezuelanos porque não tem nenhum benefício para brasileiro, só tem benefício para venezuelanos. Não dá cesta básica pro brasileiro, que está passando fome. Mas, pro venezuelano, dá tudo: almoço, jantar, aluguel” [Denarium⁷, governador de RR, The Intercept Brasil, *Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima*]

Na SD13, a posição- sujeito enquanto membro do governo é acionada ao advertir sobre a atmosfera de tensão instaurada entre brasileiros e venezuelanos a partir da formulação *Temo*, e que poderia culminar em uma reação, possivelmente violenta, por parte dos brasileiros contra os venezuelanos. Entretanto, apesar de acionar saberes enquanto gestor, com eles não há identificação, na medida em que

⁷ A SD13, diferentemente das demais, é nominal, ou seja, está identificada a partir do seu enunciator, de modo a propiciar a análise do discurso de uma figura política, eleita democraticamente, e que, enquanto governador de Roraima, foi/é responsável por gerir o conflito migratório que se estabeleceu no estado.

o sujeito enunciador justifica o seu receio a partir da exclusão dos brasileiros das benesses concedidas pelo governo, enfatizada em nível intradiscursivo pela partícula *só em só tem benefício para venezuelanos*.

Através do funcionamento discursivo, observa-se que o sujeito fomenta na população um sentimento de repulsa contra os imigrantes a partir da comparação entre os benefícios concedidos aos venezuelanos, em detrimento à população brasileira carente, enfatizando discursivamente a assimetria entre *venezuelanos*, respaldados legalmente pela condição de imigrantes e refugiados, e *brasileiros*. Sobre esse ponto, Anjos (2021, p. 111) afirma que, “ [...] o discurso sobre o imigrante e o refugiado vai sendo orquestrado em diferentes instâncias, na/pela voz de autoridades e canais de comunicação, produzindo evidências, sob o efeito da ideologia, e determinando os sentidos.” (ANJOS, p. 111). Dessa forma, uma rede de sentidos vai sendo estruturada pela FD aporofóbica, perpassada pela ideologia, de modo a consolidar a disputa instaurada pela presença do imigrante, legitimando a repulsa a estes cidadãos.

Identificado com os saberes da FD aporofóbica, e dessa forma, contrário ao acolhimento dos venezuelanos, o sujeito enunciador, dado o lugar de gestor que ocupa na formação social, aciona o Aparelho Ideológico de Estado político em favor dos interesses da classe social a qual representa. Importante destacar que, além de governador, Antônio Denarium é empresário e foi eleito em 2018 pelo PSL, sigla pela qual foi também eleito o presidente Jair Bolsonaro, o que situa seu discurso também sob os saberes da FD conservadora.

Em verdade, esta é uma tendência observada em todo o mundo, uma vez que a xenofobia/aporofobia se apresentam como uma marca de identidade de partidos conservadores que buscam angariar votos pautados no discurso de ódio e na disseminação do medo, ao propagarem a imagem do imigrante como uma forte ameaça à população local. Portanto, fazer ecoar esses sentidos a partir de AIEs é uma estratégia eficaz no que tange à coesão social e à consolidação da figura de líderes em torno de um inimigo em comum, o estrangeiro.

SD14- “A gota d’água foi quando as autoridades quiseram transformar nossa única quadra em um abrigo para os venezuelanos. O local é o único usado como lazer, onde ocorrem shows, exposições e eventos culturais. Agora, não

poderá ser mais usado” [O Estado de São Paulo, *Em Roraima, brasileiros expulsam Venezuelanos*]

Na SD14, o deslizamento de sentido se faz notório a partir da inserção do item lexical *quadra* em diferentes FDs. Para os brasileiros, cujo discurso encontra-se sob o âmbito da FD aporofóbica, a *quadra* é sinônimo de divertimento, de lazer. Entretanto, para os venezuelanos, *quadra* significa abrigo, cuja função é proteger da intempérie e de outros riscos. Ainda, produz o efeito de sentido daquilo que é provisório, não permanente. Assim, são colocados em confronto sentidos antagônicos a partir da filiação a diferentes FDs, como resultado de um processo polissêmico ao qual a língua, opaca, está submetida. O sentido de que trata a AD não se encontra dicionarizado, não existe um sentido único e verdadeiro, uma vez que o *significar* encontra-se intimamente ligado à história.

A posição- sujeito busca ainda dissimular o seu alinhamento aos saberes da FD aporofóbica ao enfatizar os termos *única/único* através da repetição, referindo-se ao espaço de lazer que foi tomado dos brasileiros. Enquanto estratégia discursiva, o *excesso* (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011) atua de forma a sinalizar, como efeito de sentido, a relevância do local para a população, que não possui outro espaço na cidade destinado ao entretenimento, e que mesmo assim teve que cedê-lo, de forma involuntária, aos imigrantes venezuelanos.

Diante do exposto, quais sentidos entram em disputa a partir da FD aporofóbica? Partindo desse questionamento, observa-se que o sujeito constrói discursivamente a imagem do venezuelano como o estrangeiro pobre do qual o Estado brasileiro precisa suprir as necessidades básicas em alimentação, moradia e saúde, assistência esta que deixa de ser direcionada ao cidadão brasileiro. Ou seja, a presença do venezuelano estabelece uma competição por recursos entre os que pertencem ao território e aqueles que não pertencem.

Sob filiação aos saberes que se encontram abrigados no interior da FD xenofóbica, a imagem do venezuelano é construída a partir do estigma da criminalidade. Assim, da sua presença em território brasileiro, emergem sentidos de ameaça à manutenção da ordem. Dessa forma, pode-se observar um deslizamento de sentido decorrente da inscrição do termo *venezuelano* em FDs distintas, o que demonstra que o sentido sempre pode ser outro, pois é fruto das posições ideológicas que, por sua vez, resultam da relação do sujeito com a história. Sobre o

preconceito perpetrado pela FD xenofóbica e a atuação do imaginário na produção de sentidos, Orlandi (2017, p. 94) afirma que o preconceito

é uma discursividade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. Em princípio, os sentidos podem sempre se deslocar. Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes, de acordo com suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e poder que presidem a vida social e a relação com a alteridade. Elas vão fazer com que as diferenças sejam silenciadas em suas especificidades e signifiquem em relação a esse imaginário que administra as relações de sentido e, logo, as relações sociais e de poder simbolizadas, ou seja, políticas.

Diante do exposto, nas análises subsequentes, o gesto interpretativo buscará compreender de que forma se constitui o *emigrante/imigrante* venezuelano a partir do seu lugar social, bem como os sentidos outrora silenciados pelas FDs xenofóbica e aporofóbica que agora poderão ser ouvidos no discurso *do* imigrante.

5.5 A RESISTÊNCIA QUE EMERGE DO DISCURSO DOS VENEZUELANOS NA BUSCA PELA SOBREVIVÊNCIA

Ao falar sobre o imigrante, Sayad (1998) ressalta a importância de uma abordagem cronológica acerca de seu percurso, pois, como faces de uma mesma moeda, o imigrante é, antes de tudo, um emigrante. Portanto, a partir da exposição realizada em seções anteriores, acerca da conjuntura emigratória, pode-se vislumbrar a depauperação econômica venezuelana e a situação de pobreza extrema em que se encontra a população venezuelana, que não tem acesso a itens básicos de sobrevivência, como alimentos e medicamentos. Dessa forma, as SDs analisadas neste bloco apresentam uma regularidade discursiva que aponta para a força motriz que empurra os venezuelanos para além das fronteiras do país: a fome.

Analisar o discurso da fome a partir da perspectiva da AD pecheuxiana é mais uma vez evocar a premissa da ordem capitalista enquanto sistema econômico vigente: a divisão em classes sociais. Segundo Freitas (2003), a origem da palavra *fome* está associada ao surgimento da desigualdade social. Após sofrerem processos de derivação do latim, as palavras *fome* e *família* se vincularam, pois compartilham a mesma essência, que remonta à *servidão*, *escravidão* e *pobreza*. Ainda sobre a fome, a autora a situa no “umbral entre vida e morte”, sendo uma

“perversão social, definida por processos de exclusão, os quais se revelam em cada contexto de dominação política e econômica.” (FREITAS, 2003, p. 13).

Pois se a fome se revela a partir de um contexto de dominação, nada mais oportuno do que pensar que a resistência que dela emerge nasça no espaço da luta de classes. Assim, partindo-se da premissa de que a questão da contradição é imanente ao quadro teórico do discurso, e que o preconceito, aqui considerado basal no que tange ao discurso *sobre* o imigrante, implica neste espaço *em aberto*, “em um equívoco que se aloja na base da constituição da relação do sujeito consigo mesmo e com o outro” (ORLANDI, 2017a, p. 100), é por estas *brechas* que deslizam os sentidos. Dessa forma, ao sujeito é possível *transformar e resistir*, já que ele não se encontra subordinado a perpetuar as relações de produção que mantêm a classe dominante no poder, pois, segundo Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência”.

Portanto, os sentidos que passam a vigorar a partir do discurso venezuelano marcam a resistência tanto ao que se refere à permanência na Venezuela, que pressupõe a escassez daquilo que se faz basal à sobrevivência, quanto ao discurso dominante brasileiro que expulsa, cujos saberes encontram-se sob os domínios das FDs aporofóbica e xenofóbica. Dessa forma, entende-se que a resistência se materializa essencialmente contra a falta do alimento e, portanto, também àquilo que nega o acesso a ele. Assim, ao resistir ao discurso dominante, o sujeito imigrante faz ressoar sentidos antes apagados, interditados por saberes fóbicos que enalteciam a rejeição à presença do imigrante, visto que, segundo Orlandi (2017b, p. 95S), o preconceito é “da ordem do silenciamento local, da interdição no seu funcionamento. Ou seja, o preconceito é uma forma de censura [...]. O que se proíbe produz preconceito e o que é preconceito impede que a gente possa trabalhar outros sentidos.”

Ao contrapor o discurso *sobre* e o discurso *do* imigrante, Payer (2016) atenta para esse lugar de silêncio que é relegado ao imigrante. Entretanto, quando acolhido, os sentidos oriundos do discurso *do* imigrante se diferem daqueles estabelecidos no discurso *sobre*, ainda que, de alguma forma, tenham que se relacionar a ele. Sobre este ponto, a autora fala sobre o efeito da *extraposição discursiva*, em referência ao processo de emergência de sentidos que transbordam aos lugares já previamente estabelecidos e que possibilita o reconhecimento de outros modos de significar a vivência daquele que imigra. Assim, da análise

empreendida do discurso *do* imigrante, observam-se sentidos que extrapolam os *já-ditos* no discurso *sobre*.

SD15- “Preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro” [El País, *O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul*]

Na SD15, o sujeito assume uma tomada de posição de resistência diante da situação de extrema vulnerabilidade em que o venezuelano se encontra. Assim, a memória é mobilizada visando a suscitar sentidos no que tange à escassez e a miséria sob as quais o venezuelano está submetido em seu país de origem. Dessa forma, é preferível estar do lado de *fora*, ainda que a mercê do risco de morte que esta escolha confere aos indivíduos, do que lado de *dentro*, cuja morte por inanição parece premente. Portanto, o sujeito imigrante materializa na língua a resistência sob a qual o cidadão venezuelano está submetido, como reflexo do processo de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso.

Além disso, é posto no discurso o antagonismo entre o *dentro* e o *fora*, de onde emergem os efeitos de sentidos impostos pela linha imaginária, por vezes marco geográfico, que separa duas nações. É esta linha que faz com que se esteja de um lado ou de outro, e que impõe dicotomias como *fome x alimento*, *escassez x acesso*. Entretanto, não se pode falar aqui sobre o binômio *morte x vida*, pois a *morte* se apresenta como uma possibilidade tanto dentro quanto fora da Venezuela. A escolha funesta denuncia a realidade desumana que perpassa o *ser venezuelano* na contemporaneidade.

Deste modo, a fome é entendida como o elemento coesivo da diáspora venezuelana, que, segundo Hall (2003, p. 33), inclui a existência de um Outro e a delimitação entre o *dentro* e *fora*. Assim, nas palavras do autor, o *conceito fechado* de diáspora “se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”.

SD16- “Deus tem algo preparado para nós, mas antes temos de passar por esta prova [...] Quero que venham, mesmo que seja para que não passem fome” [El País, *Brasil acelera programa para distribuir venezuelanos por seu território*, 07/10/2019]

Na SD16, a posição-sujeito se alinha aos saberes do discurso religioso, para o qual as provações são o caminho necessário para que se atinja um bem maior. Assim, a *peregrinação* do venezuelano aparece relacionada à vontade divina e a *prova* a ser superada consiste em suportar a condição em que se encontra enquanto um *deslocado*. Ainda, observa-se uma tomada de posição de resistência que move o sujeito na busca pelo alimento.

Sair do seu lugar de pertença, a Venezuela, justifica-se pela busca por se manterem nutridos e vivos. A marca da concessão *mesmo que* se alicerça no reconhecimento de que é preciso lutar para manter-se resistindo. Sair do seu lugar de origem encontra justificativa para preservar-se enquanto venezuelano que carrega consigo o estigma do sem lugar, do sem alimento, enfim, do estrangeiro. É desse modo que sua condição provoca incômodo numa sociedade cuja engrenagem é mantida pelo capital, sobretudo pelas relações de poder, ou seja, quem tem *versus* quem não tem. Daí as justificativas infundadas para se proteger contra o “inimigo” que, por estar tão próximo, necessita que seja mantido de um dos lados da fronteira: de preferência não em território brasileiro.

SD17- "Mesmo assim estou mais feliz, olha a situação ruim que estamos, mas ainda é muito melhor que a Venezuela. Aqui pelo menos temos comida, posso ir a um posto de saúde pedir medicamento. Muitos brasileiros são solidários" [...]

"Não são poucos os moradores que passam aqui nos insultando, gritando de moto coisas do tipo: 'Voltem ao seu país! Ladrões! Filhos da puta!' [...] 'Os policiais também exageram. Todo dia revistam os homens aqui do acampamento, de uma maneira intimidadora, às vezes olham também as barracas, bagunçam tudo'" [El País, Roraima à flor da pele]

Na SD18, é possível observar uma tomada de posição, que ao assumir a situação desfavorável em que se encontra, não hesita quanto à decisão de ter deixado a Venezuela. Esse movimento pode ser observado pelo uso do conector concessivo *mesmo* em **Mesmo assim estou mais feliz**, que estabelece um contraste com a oração principal *Olha a situação ruim que estamos*. À oração principal, conecta-se ainda a adversativa através do conector *mas* em **mas ainda é muito**

melhor que a Venezuela. Através deste arranjo sintático, o sujeito procura se afirmar na busca pelo o que lhe falta na Venezuela, o que inclui resistir ao discurso que humilha e exige seu retorno ao país de origem. De forma a justificar a asserção, são mobilizados saberes relacionados à fome, como também o acesso a medicamentos. Portanto, a resistência se faz contra a fome, atrelada à permanência do sujeito na Venezuela, como também ao discurso brasileiro que rejeita.

Há ainda na formulação, a menção sobre *a solidariedade dos brasileiros* e que aqui surge como resistência, já que, além do discurso de ódio voltado aos cidadãos venezuelanos, houve um movimento, também brasileiro, de acolhida. Ou seja, a empatia, a compaixão, e o acolhimento, que emergem como efeitos de sentido atrelados à solidariedade, surgem nas brechas de um movimento que insulta, que reifica, que violenta, e que exige o retorno dos venezuelanos ao seu país, saberes atrelados às FDs xenofóbica e aporofóbica.

SD18 - “A situação está tão crítica no país que hoje em dia essa caixa chega às famílias a cada 3 meses. Mas não aceitamos. Atualmente é impossível se adaptar ao estilo de sobrevivência que se instaurou no meu país. Seguimos em frente” [El País, “*Minha barraca foi queimada. Perdi roupas e remédio*”, diz venezuelana em Boa Vista]

Na SD18, a resistência se instaura no discurso tanto diante da recusa ao retorno, explicitada na formulação *Mas não aceitamos*, quanto na perseverança à permanência em solo brasileiro, que, ao contrapor o discurso de rejeição ao imigrante, resiste aos saberes xenofóbicos e aporofóbicos. Dessa forma, tem-se a constituição do *ser imigrante venezuelano* a partir da força que o empurra para fora da Venezuela: a fome. Ainda em nível intradiscursivo, pode-se observar a formulação *estilo de sobrevivência* em detrimento a *estilo de vida*. Assim, como efeito de sentido, observa-se que, na Venezuela, para além de viver, há uma busca por salvaguardar a vida, o que remete à condição de miserabilidade a qual os venezuelanos encontram-se submetidos em seu país de origem, como a escassez de alimentos, ratificada pela referência à caixa de alimentos fornecida pelo governo e sua periodicidade.

Assim, a partir da análise do discurso venezuelano, observa-se um deslocamento dos sentidos concebidos previamente a partir do discurso brasileiro e

que possibilita a emergência de sentidos- outros sobre *quem é o imigrante venezuelano e o que o define*. Para tanto, o sujeito imigrante assume uma tomada de posição de resistência frente à permanência na Venezuela, e consequentemente as inúmeras privações que esta decisão exige, bem como ao discurso xenofóbico e aporofóbico, que o rejeita e o repele em direção ao seu país de origem. Dessa forma, constitui-se o *deslocado* venezuelano, situado, nas palavras de Bourdieu, *na fronteira entre o ser e o não ser social*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise humanitária global ocasionada pelos diversos movimentos de deslocamento forçado vem desafiando as nações receptoras no que tange às políticas de acolhimento destes fluxos migratórios. Entre eles, a diáspora venezuelana, o maior êxodo da história recente do continente, reflexo da crise política, econômica e social que deteriorou as condições de vida na Venezuela, provocando um deslocamento da crise humanitária da Europa para a América do Sul. Pelo fato de compartilharem uma área de fronteira terrestre, o Brasil desponta como um destino possível aos venezuelanos, e em 2020, torna-se o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina.

Diante do intenso fluxo migratório no estado de Roraima, o reconhecimento da alteridade, a condição de ser outro, a partir de uma posição de intolerância, fez com que um movimento de aversão ao estrangeiro, a xenofobia, passasse a significar a relação entre brasileiros e venezuelanos. Ainda, a rejeição ao pobre, a que Adela Cortina denomina *aporofobia*, fez suscitar sentidos de repulsa àquele que instaura a disputa por recursos, ainda que a assistência e proteção ao imigrante e ao refugiado estejam amparadas juridicamente por instrumentos legais. De encontro a esse compromisso legal assumido pelo Brasil, o estado de Roraima, através de instrumentos políticos, instaurou a xenofobia/aporofobia institucional, sendo responsável por alimentar e consolidar a rejeição ao venezuelano entre a população brasileira. E diante da fome que assola os nacionais venezuelanos e contra um discurso fóbico que humilha e exige o retorno, *resistir* passa a fazer parte da constituição do venezuelano.

A proposta de analisar os efeitos de sentido que emergem sob as condições de produção citadas sob a perspectiva teórica da AD de Michel Pêcheux parte das

seguintes premissas: a) em uma sociedade *significada* pela estratificação em classes sociais, o *político* divide os sentidos, atrelando-os ao lugar de onde o sujeito enuncia e estabelecendo-os a partir do grau de poder que emana deste lugar, b) são as imagens projetadas acerca dos sujeitos e dos objetos discursivos que atuam no discurso, como reflexo das relações de força sustentadas pelas Formações Imaginárias, c) todo discurso é uma fração de um processo discursivo mais amplo no qual ele está inserido, em que os elementos de significação são conectados uns aos outros pelos sujeitos, os quais produzem novos sentidos sobre aqueles já pré-estabelecidos no *interdiscurso*, d) o *sentido* é da ordem das Formações Discursivas (FDs), um conjunto de saberes interligados entre si em função de uma regularidade discursiva

Do gesto analítico empreendido, foram delineadas duas Formações Discursivas: a FD xenofóbica e a FD aporofóbica. Considerando a regularidade enunciativa posta por estas FDs, há uma desestabilização dos sentidos que habitam o imaginário acerca do povo brasileiro, tido como receptivo e acolhedor. Ao assumir uma posição- sujeito de alinhamento aos saberes da FD xenofóbica, o sujeito constrói a imagem do imigrante a partir do discurso securitizador. Assim, através da materialidade linguística, há um processo de estigmatização do venezuelano, que, a partir de sentidos previamente estabelecidos, é associado à criminalidade. Dessa forma, é a imagem construída em torno do venezuelano que passa a atuar no discurso, como um efeito das relações de força sustentadas pelas Formações Imaginárias, relações que incluem poder e dominação e que se encontram na base dos discursos e crimes de ódio.

À luz da teoria althusseriana, pode-se dizer que os discursos produzidos do lugar de cidadão brasileiro, acabam por reproduzir saberes de repressão. Ainda, a partir da FD xenofóbica, é possível identificar um conjunto de saberes que definem o *cidadão de bem*, e que situa brasileiros e venezuelanos em lados diametralmente opostos: o *bem*, aquele a quem cabe *aplicar a justiça*, e o *mal*, aquele contra quem ela deve ser aplicada, dada a conduta infratora atribuída ao venezuelano. Assim, o alinhamento aos saberes xenofóbicos é ainda dissimulado em torno de práticas de justificação popular.

Já a partir de uma posição- sujeito que se linha à FD aporofóbica, a imagem em torno do venezuelano é construída de forma a demarcar a disputa que a presença do imigrante instaura em território brasileiro, já que este passa a competir

com os brasileiros pelo acesso à saúde pública, à alimentação e ao lazer/moradia. Consolida-se discursivamente um imaginário em torno do venezuelano que visa a causar a rejeição, pois se reconhece no imigrante um inimigo em potencial, já que seu ingresso no Brasil é motivado pelo que lhe falta na Venezuela.

A partir da análise do discurso venezuelano, o sujeito assume uma posição de resistência, tanto frente à permanência na Venezuela, e consequentemente as inúmeras privações que esta decisão exige, bem como ao discurso xenofóbico e aporofóbico, que o rejeita e o repele em direção ao seu país de origem. Dessa forma, observa-se um deslocamento dos sentidos concebidos previamente a partir do discurso brasileiro e que possibilita a emergência de sentidos- outros sobre quem é o imigrante venezuelano e o que o define, antes interditados por imagens construídas a partir de estereótipos preconceituosos, como parte do jogo que é *argumentar*, sustentado pelas Formações Imaginárias e atravessado pelo político. Desse modo constitui-se o deslocado venezuelano, situado, nas palavras de Bourdieu, *na fronteira entre o ser e o não ser social*.

Ainda, as estratégias discursivas *falta*, *excesso* e *estranhamento* propostas por Ernst-Pereira e Mutti (2011) apresentaram-se como conceitos extremamente produtivos ao gesto de interpretação proposto, uma vez que permitem relacionar traços linguísticos presentes no intradiscurso aos saberes interdiscursivos, possibilitando a inferência dos efeitos de sentidos suscitados a partir da materialidade da língua, tendo em vista, contudo, que esses efeitos de sentido não se esgotam nas análises aqui empreendidas.

Diante do exposto, faz-se urgente repensar os sentidos que as nações receptoras colocam em circulação acerca dos sujeitos que compõem os movimentos migratórios da atualidade, pois quando falamos sobre *eles*, falamos mais ainda sobre *nós*. E quem somos *nós*? Constituímo-nos perante a imagem que fazemos do outro ou constituímos os outros perante a imagem que imaginariamente construímos de nós mesmos?

Em *Educação em Direitos Humanos: um discurso*, Orlandi (2008) afirma que *direitos* não podem ser ensinados, já que sentidos não podem ser aprendidos, mas que precisam ser experienciados. Para tanto, a necessidade de uma educação que situe os sujeitos de forma crítica à segregação imposta pela Formação Social burguesa, de forma a romper com a desigualdade que faz mover as engrenagens do sistema. Sobre o preconceito, a autora afirma ainda que é “preciso mudar as

condições em que se produz [...], é preciso que as práticas de significação não separem o homem do outro homem, mas ao contrário, constitua-os em uma relação de solidariedade, de convivência, de uma diferença não verticalizada, mas co-extensiva” (ORLANDI, 2017a, p. 97).

Neste sentido, estabelecer relações sob o princípio da irrefutável *vulnerabilidade universal*⁸ que constitui os sujeitos, e inegavelmente, os une, parece ser uma forma de resistir às muitas divisões sob os quais os sujeitos estão submetidos: ricos e pobres, brancos e pretos, brasileiros e venezuelanos. A aporofobia, a aversão ao pobre, é uma das causas de repulsa mais corriqueiras e arraigadas às práticas sociais. De tão intrínseca, parecia inexistir. Quanto à crise humanitária ocasionada pelos movimentos de deslocamento forçado, Cortina (2020, p. 17) afirma ser “impossível não comparar o acolhimento entusiasmado e hospitaleiro com que se recebem os estrangeiros que vêm como turistas com a rejeição sem misericórdia com a onda de estrangeiros pobres”. Ou seja, é preciso atenção à origem da repulsa que fecha fronteiras e que se contrapõe aos grandes fluxos migratórios.

Assim, é com os estudos de Cortina que essa patologia social passa a ter um nome, o que possibilita não só a sua problematização, como também a união de esforços que visem a combatê-la. A ruptura com o logicamente estabilizado exige transformação e resistência, e principalmente, a percepção de que é a pobreza que ameaça o bem-estar, a segurança, a dignidade e a estabilidade social, e não o pobre.

⁸ Expressão utilizada por Jessé Souza em Cortina (2020).

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. A polícia toma o poder. **Revista Piauí**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policia-toma-o-poder/>

ACNUR- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM**. Genebra, 2019a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/#:~:text=>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ACNUR- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para comunicadores**. 1. ed. [S. l.: s. n.]. E-book. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

ACNUR- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

ACNUR- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Integração local**. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/integracao-local/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. *In*: ZITEK, Slavoj (org.). **Um mapa da Ideologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 337.

ANJOS, Camila Borges dos. **Sujeitos à deriva: migração, refúgio e processos de subjetivação**. 2021. - Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós- Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ARANHA, Carla. Brasil retira todos os diplomatas da Venezuela e tranca embaixada. **Exame**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-retira-todos-os-diplomatas-da-venezuela-e-tranca-embaixada/>

BAPTISTA, Asdrúbal. **Teoría económica del capitalismo rentístico**. 2. ed. Caracas: Banco Central da Venezuela, 2010.

BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo**. 2007. - Dissertação (Mestrado em Economia Política). Programa de Estudos Pós- Graduados em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BENVENUTTI, Alani Maria. **“Bandido bom é bandido morto”: a polissemia por detrás (e à frente) da prática dos linchamentos**. 2014. - Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira : Expansionismo, limites e defesa. *Historiae*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 59–78, 2014.

BRANCANTE, Pedro Henrique; REIS, Rossana Rocha. A “securitização da imigração”: mapa do debate. *Lua Nova*, São Paulo, SP, v. 77, p. 73–104, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/KwbJt6hy4bmVYYCMTfhjspd/?lang=pt>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 17 maio. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 17 maio. 2020.

BRASIL. **A operação acolhida**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CARNEIRO, Camilo Pereira. Relação Brasil- Venezuela: tratados, integração e fronteira. In: 2017, Montevidéu. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política**. Montevidéu: [s. n.], 2017.

CARNEIRO, Júlia Dias. “Estamos todos aterrorizados”, diz amiga de venezuelano linchado em Boa Vista. **BBB News Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set. 2018 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45492018>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARVALHO, Francisco Alex. Fronteiras e zonas de contato: perspectivas teóricas para o estudo dos grupos étnicos. *Dimensões*, [S. l.], v. 0, n. 18, p. 49–70, 2006.

CAZARIN, Ana Ercília. O “povo” no discurso de Lula: das greves no ABC à Presidência da República. In: MITTMANN, SOLANGE; GRIGOLETTO, EVANDRA E CAZARIN, Ana Ercília (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008. p. 206–217.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: [s. n.], 2003. p. 354. *E-book*. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 1–8, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v32i1.6958>

CIA- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/crude-oil-proved-reserves/country-comparison/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

COMIRR- COMITÊ PARA MIGRAÇÕES DE RORAIMA. **Nota de Repúdio do Comitê para Migrações de Roraima (COMIRR)**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/nota-repudio-comirr-jun-2019/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CORPI, Stephania. O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul. **El País**, Puerto Maldonado, 14 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/internacional/1573170768_919898.html. Acesso em: 15 abr. 2020.

CORREIA, Cyneida. Em Roraima, brasileiros expulsam venezuelanos. **O Estado de S. Paulo**, [s. l.], 21 mar. 2018. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s-paulo/20180321/281496456819955>. Acesso em: 5 jun. 2020.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, [S. l.], v. 32, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564E190106>

CURY, Anay. Governo Chávez melhorou PIB, mas aumentou dependência do petróleo. **G1**, São Paulo, 5 mar. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/governo-chavez-melhorou-pib-mas-aumentou-dependencia-do-petroleo.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CUTRIM, Ilza Galvão; MARQUES, Maxhemiliano Silva. O materialismo histórico na epistemologia da análise do discurso. **Ibanceira**, [S. l.], p. 112–125, 2017.

DA ROSA, Vinícius Nobre; VINHAS, Luciana Iost. Entre a gente e elas: uma análise discursiva dos dizeres de uma apenada. **Gláuks - Revista de Letras e Artes**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 140–157, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47677/gluks.v19i1.115>

DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise de discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **Signum: Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 80, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2016v19n2p80>

ENCOVI. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida- Alimentación**. Caracas: [s. n.], 2017 a. Disponível em: <https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ucv-ucab-usb-encovi-alimentacion-2017.pdf>

ENCOVI. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida- Seguridad Ciudadana**. Caracas: [s. n.], 2017 b. Disponível em: <https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ucv-ucab-usb-encovi-seguridad-2017.pdf>

ERNST-PEREIRA, Aracy. **Na inconsistência do humor, o contraditório da vida: o discurso proverbial e o discurso de alterações**. 1994. - Tese (Doutorado em Letras). Curso de Pós- Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 817–833, 2011.

FARIAS, Victor. Brasil e EUA estão trabalhando para “restaurar democracia na Venezuela”, diz Bolsonaro. **O Globo**, [s. l.], 20 set. 2020, p. 1–13. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-eua-estao-trabalhando-para-restaurar-democracia-na-venezuela-diz-bolsonaro-1-24650291>

FÉLIX, Jackson; COSTA, Emily. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército. **G1**, Boa Vista- RR, 19 ago. 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2020.

FERREIRA, Josué. Migração venezuelana vai transformar RR no “pior Estado do Brasil”, diz relatório de Comissão. **Roraima em Tempo**, [s. l.], 4 jun. 2019 Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/migracao-venezuelana-vai-transformar-rr-no-pior-estado-do-brasil-diz-relatorio-de-comissao-,300724.jhtml>

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, [S. l.], v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636>

FGV- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Desafio migratório em Roraima: Repensando a política e gestão da migração no Brasil**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018.

FGV- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2020. *E-book*. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano-_30-01-2020-v2.pdf

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. [S. l.]: Graal, 1992.

FOX, Michael. O custo humano das sanções à Venezuela. **DW**, [s. l.], 3 out. 2019 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-custo-humano-das-sanções-à-venezuela/a-50666756>

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: FIOCRUZ, 2003. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412497>

FREUD, Sigmund. O tabu da virgindade. *In: Obras Completas*. Tradução Paulo César de Souza. [S. l.]: Cia das Letras, 2016. v. 9p. 316. *E-book*.

FUKS, Betty Bernardo. O pensamento freudiano sobre a intolerância. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 1, p. 59–73, 2007.

FUKS, Betty Bernardo. Sobre a crítica da psicanálise às políticas xenofóbicas e seus dispositivos de poder: segregação e genocídio. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 18, n. Esp, p. 24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18iesp.6447>

G1. Venezuelanos atravessam a fronteira após ataques em RR; veja vídeo. **G1**, [s. l.], 18 ago. 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/venezuelanos-atravessam-a-fronteira-apos-ataques-em-rr-veja-video.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GALVÃO, Thiago Gehre. **Parceria relutante: As relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)**. 2011. - Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en%7B&%7DbtnG=Search%7B&%7Dq=intitle:Universidade+de+Bras%7Bí%7Dlia%7B#%7D9>

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; ARAÚJO, Rafael. As políticas Externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: entre a cooperação e a competitividade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 33, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.30415>

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Brasil acelera programa para distribuir venezuelanos por seu território. São Francisco do Mainã, 7 out. 2019, p. 1–7. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/internacional/1570188090_289601.html. Acesso em: 15 abr. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13–21, 1995.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In: 2005, Porto Alegre-RS. II SEAD- Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre-RS: [s. n.], 2005. p. 1–11. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós- modernidade. *In: A identidade cultural na pós- modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 102.

HALL, Suart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2003.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Psicanálise & Barroco em Revista**. São Carlos, SP: João & Pedro Editores, 2007. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/1679-9887.2019.v17i2.125-138>

HOMRICH, Marcele Teixeira. Alteridade e psicanálise: as modalidades de Outro em Lacan. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 46, p. 153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i46.8670>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2018**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acesso em: 17 jun. 2020.

INDURSKY, Freda. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. *In*: **Cadernos do IL (UFRGS)**. Porto Alegre: [s. n.], 1998. p. 7–21. *E-book*.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. **Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, [S. l.], 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/FredaIndursky.pdf>

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

IOM- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World Migration Report 2020**. Geneva: International Organization for Migration, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>

JIMENEZ, C.; MURILLO, A.; CASTRO, Maolis. Êxodo da Venezuela e Nicarágua provoca surtos xenófobos na região. **El País Brasil**, [s. l.], 20 ago. 2018, p. 1–8. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/19/internacional/1534701044_585193.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. - UNICAMP, [s. l.], 1998.

LIRA, Jônatha Rodrigo de Oliveira. **Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira**. 2017. - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. LÓPEZ, Carelia Rayen Hidalgo. **Fragmentos de La Vida Cambiante**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2021. *E-book*.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de

Campinas, 1997.

MAISONNAVE, Fabiano. Protesto em Roraima pede mais ordem na fronteira e assusta venezuelanos. **Folha de S. Paulo**, [s. l.], 17 ago. 2019 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/um-ano-apos-confronto-com-venezuelanos-moradores-brasileiros-protestam.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 47–62, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 9–26, 2016. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647082>

MENDONÇA, Heloísa. “Minha barraca foi queimada. Perdi roupas e remédio”, diz venezuelana em Boa Vista. **El País Brasil**, Boa Vista- RR, 26 ago. 2018a, p. 1–4. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320_792358.html. Acesso em: 30 abr. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. **El País Brasil**, Pacaraima, 27 ago. 2018b, p. 1–5. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html. Acesso em: 18 mar. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. Roraima à flor da pele. **El País Brasil**, Boa Vista/Pacaraima, 22 ago. 2020, p. 1–8. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/22/politica/1534965762_180606.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53–70, 2018.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 85–101, 2010.

MOREIRA, Paula. **Imigração venezuela-roraima: evolução, impactos e perspectivas**. Brasília, DF: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.38116.ridirur.imigracaovenezuela-roraima>.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. **Sociologias**, [S. l.], v. 20, n. 49, p. 24–68, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300024&tlng=en

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 5. ed. [S. l.]: Cortez Editora, 2006. p. 270.

NOGUEIRA, Luciana. Os sentidos de imigrante e refugiado: uma prática social e política de definição. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli; MASSMAN, Débora; DOMINGUES, Andrea Silva (org.). **Linguagens, Instituições e Práticas sociais**. Pouso Alegre: Univás, 2018. p. 212. *E-book*.

NUNES, Tiago. Um panorama histórico das relações Brasil-Venezuela. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 49–68, 2011.

OIM- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Imigração**. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. v. 22 *E-book*.

OLIVEIRA, Gleidimar Alves de. **A tradição marxista e o problema da reificação: um exame crítico**. 2018. - Tese (Doutorado em Filosofia). Programa Integrado de Pós- Graduação em Filosofia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – Reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Anpege**, Campo Grande, v. 11, n. 15, p. 233–256, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2015.1115.0009>

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**[S. l.: s. n.] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2020.

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados**[S. l.: s. n.] Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 17 maio. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 73–81, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formação e circulação do sentido**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. p. 295–312. *E-book*.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. **Organon**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 111–118, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.29365>

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do fato para o acontecimento (Da diferença à resistência). *In: Eu, Tu, Ele- Discurso e real da história*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017 a. p. 93–112.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Um corpo imigrante. *In: Eu, Tu, Ele- Discurso e real da história*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017 b. p. 71–92.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PAYER, Maria Onice. A condição humana de imigrantes à deriva: corpos, línguas, e diluição do sujeito. *In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (org.). A análise do discurso e sua história: Avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 343–358.

PÊCHEUX, M. Ler O Arquivo Hoje. *In: ORLANDI, Eni (org.). Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução Bethânia S. C. Mariani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. v. 66p. 55–66.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997 a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Sampaio Corrêa Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 b. p. 61–105.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, FRANÇOISE; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Sampaio Corrêa Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163–235.

PIMENTA, Reinaldo. **A Casa da Mãe Joana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRUINELLI, Andréia Maria. **IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016: Ressentimento e cinismo nas bordas do discurso**. 2018. - Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós- Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RAMALHO, Sérgio. Virou rotina agredir e assassinar Venezuelanos em Roraima. *[s. l.]*, 28 nov. 2019 Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Fenômeno migratório. *In: Desamparo psíquico nos filhos de dekassegus no retorno ao Brasil*. São Paulo: Editora

UNESP, 2015. p. 35–52. *E-book*.

REUTERS. Moradores de Roraima expulsam imigrantes venezuelanos. **Exame**, [s. l.], 18 ago. 2018 Disponível em: <https://exame.com/brasil/moradores-de-roraima-expulsam-imigrantes-venezuelanos/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

REVUZ, Jacqueline Authier-. Heterogeneidade(s) enunciativa (s). In: ORLANDI, Eni Puccinelli; GERALDI, João Wardeley (org.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Tradução Celane M. Cruz; João Wanderley Geraldi. Campinas: [s. n.], 1990. p. 25–42.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 20, n. 57, p. 197–207, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCHARINGER, Joana Pantoja. **Psicanálise e alteridade: um percurso em Lacan pelas diferentes modalidades de outrem**. 2009. - Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Programa de Pós- Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SELMAN, Ernesto; FORNET, Rafael. Venezuela: análisis económico de un país en crisis. **Cato**, [S. l.], n. 202, p. 7, 2014. Disponível em: http://movil.elcato.org/pdf_files/ens-2014-07-01.pdf

SILVA, João Lucas Zanoni da. **A imigração venezuelana para o Brasil: do ingresso em Pacaraima – RR ao início da interiorização em Dourados – MS**. 2020. - Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). Programa de Pós- Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

SILVEIRA, Daniel. Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 maio. 2020.

SINGER, Florantonia. Venezuela reconhece inflação de 9.500% em 2019. **El País**, Caracas, 6 fev. 2020 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-06/venezuela-reconhece-inflacao-de-9500-em-2019.html#:~:text=A hiperinflação na Venezuela continua,da Venezuela na quinta-feira.&text=Os novos números da inflação,economia moribunda como a venezuelana>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006**. 2008. - Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento). Programa de Pós- Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani; GRIGOLETTO, Evandra. Imaginário e identificação

no discurso sobre Donald Trump: análise do funcionamento de capas das revistas Exame e IstoÉ. **Fórum Linguístico**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 4815–4830, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020v17n2p4815>

TORRADO, Santiago. “Venezuela superaria em 2020 o fenômeno migratório sírio”. **El País Brasil**, Bogotá, 27 nov. 2019, p. 1–8. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/internacional/1574128387_157435.html

UNHCR- THE UN REFUGEE AGENCY. **Global trends: forced displacement in 2019**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.

VIANA, Ana Carolina; DE QUEIROZ, Olendina Bonet. Relações bilaterais entre Brasil e Venezuela através dos estados de Roraima e Bolívar. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 21, p. 7–22, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i21.1591>

VIDIGAL, Lucas. Conare reconhece “generalizada violação aos direitos humanos” na Venezuela para agilizar análise de pedidos de refúgio. **G1**, [s. l.], 19 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/19/conare-reconhece-grave-e-generalizada-ameaca-aos-direitos-humanos-na-venezuela-para-agilizar-analise-de-pedidos-de-refugio.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. **O debate teórico sobre o governo Chávez : paradoxos do chavismo na Venezuela**. 2016. - Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: o projeto de refundação da república. **Lua Nova**, [S. l.], n. 49, p. 135–159, 2000.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 153–172, 2005.

WASSERMAN, Claudia. História, mito e política na américa latina. **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–11, 2013.